UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

LEONARDO SIQUEIRA ANTONIO

**Entre as injustiças e os sofrimentos: uma etnografia dos modelos societários
produzidos por programas televisivos religiosos.**

São Paulo
2017

LEONARDO SIQUEIRA ANTONIO

Entre as injustiças e os sofrimentos: uma etnografia dos modelos societários produzidos por programas televisivos religiosos.

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social.

Área de Concentração: Antropologia da Religião

Versão Original

Orientador: Profa. Dra. Paula Montero

São Paulo
2017

|

Tese de autoria de Leonardo Siqueira Antonio, sob o título "**Entre as injustiças e os sofrimentos: uma etnografia dos modelos societários produzidos por programas televisivos religiosos**", apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, na área de concentração Antropologia da Religião, aprovada em _____ de _____ de _____ pela comissão julgadora constituída pelos doutores:

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Presidente

Prof. Dr. _____
Instituição: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____

Agradecimentos

Agradeço ao O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pela concessão da bolsa de estudo que me possibilitou a dedicação exclusiva a essa pesquisa.

A minha orientadora Dra Paula Montero pela paciência na orientação, compreensão e incentivo que tornaram possível a conclusão desta tese.

Agradeço aos membros do Religião, Secularismo e Direito pelas leituras e debates em conjunto. A experiência de realizar pesquisa em grupo foi muito gratificante.

E aos meus pais pelo supor e apoio.

Dedico esse trabalho a Beatriz Laporta, pela parceria nos momentos alegres e nos de sacrifícios, que sem o apoio incondicional dela a tese não teria sido concluída.

“... pareceu-me que ele tinha medo – não medo de mim, nem de si, nem do código, nem da consciência; tinha medo da opinião. Supus que esse tribunal anônimo e invisível, em cada membro acusa e julga, era o limite posto à vontade...”

(Machado de Assis – Memória Póstumas de Brás Cubas)

“Mas eu falo assim obscuro e rude, quem sou eu para dar conselhos à opinião pública, regina del mondo”

(Machado de Assis – À opinião pública)

Resumo

ANTONIO, Leonardo Siqueira. **Entre as injustiças e os sofrimentos**: uma etnografia dos modelos societários produzidos por programas religiosos. 2017. 146 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Esta tese está inserida no debate da relação entre religião e televisão e possui como objetivo analisar as práticas discursivas de atores religiosos no contexto televisivo, comparando três programas de três canais brasileiros distintos. – o “Em Pauta” da Rede católica Canção Nova, o “Mundo Maior Repórter” da TV Mundo Maior, e o “Fala que eu te escuto” da Igreja Universal - para estabelecer as semelhanças e as idiossincrasias de cada um, analisando as categorias mobilizadas, o repertório posto em cena, e os significados e as variações semânticas dos termos. Esses programas, do modelo debate, possuem uma determinada configuração: propõem debates de questões candentes da sociedade brasileira; possuem três posições de fala- a figura do especialista no tema da polêmica, o “âncora”, responsável pelo gerenciamento do debate, e sujeitos anônimos que calcam a argumentação na própria vivência e experiência-; e, por fim, um estilo argumentativo pautado pelo jargão “jurídico”, “científico” e do “sofrimento”. Vale destacar ainda que produzem, na sua dinâmica, ordenamentos sociais, isto é, eles são modelo teóricos da sociedade que prescrevem a relação da religião com a sociedade. Desse modo, eles participam de um debate público que pretende definir suas posições na ordem social.

Palavras-chave: Antropologia da Religião. Televisão. Etnografia.

Abstract

ANTONIO, Leonardo Siqueira. **Between injustices and sufferings:** an ethnography of societal models produced by religious programs. 2017. 146 f. Thesis (PhD in Social Anthropology) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

This thesis is inserted in the debate of the relationship between religion and television and aims to analyze the discursive practices of religious actors in the television context, comparing three programs from three different Brazilian channels. - The "Em Pauta" of the Rede católica Canção Nova, the "Mundo Maior Repórter" of TV Mundo Maior, and the "Fala que eu te escuto" from the Igreja Universal- to establish the similarities and idiosyncrasies of each one, analyzing the categories mobilized, the repertoire put on the scene, and the meanings and the semantic variations of the terms. These programs, of the debate model, have a certain configuration: they propose debates on burning issues of Brazilian society; they have three positions of speech - the figure of the expert on the theme of controversy, the "centralizing presenter", responsible for the management of the debate, and anonymous subjects who put the argument in their own life trajectory and experience; and, finally, an argumentative style based on "legal", "scientific" and "suffering" jargon. It is also worth mentioning that they produce, in their dynamics, social orderings, that is, they are the theoretical model of society that prescribes the relationship between religion and society. In this way, they participate in a public debate that intends to define their positions in the social order.

Keywords: Anthropology of Religion. Television. Ethnography

Sumário

1	Introdução.....	10
2	A marcação das fronteiras entre o público e o privado.....	17
2.1	<i>Arenas Públicas X Esfera Pública</i>	<i>23</i>
2.2	<i>Esfera Pública x Esfera Religiosa.....</i>	<i>25</i>
2.3	<i>As Religiões Públicas e as justificações.....</i>	<i>34</i>
3	Em Pauta: a laicidade católica e o protagonismo da igreja na sociedade civil.....	37
3.1	<i>“Em Pauta” da Rede Canção Nova.....</i>	<i>38</i>
3.2	<i>A dinâmica do “Em Pauta” e seus participantes</i>	<i>39</i>
3.2.1	Diagnóstico Político:	43
3.2.2	Resolução dos problemas	48
3.2.3	Papel da igreja Católica na sociedade civil	53
3.2.4	O cidadão-cristão.....	57
3.2.5	O sujeito da experiência na Laicidade Católica.....	58
4	TV Mundo Maior Repórter: das causas às origens!	62
4.1	<i>Tv Mundo Maior: um canal espírita</i>	<i>64</i>
4.2	<i>Segundo Bloco – das origens da homo afetividade.....</i>	<i>76</i>
4.3	<i>Terceiro Bloco – Aceitação e cirurgia de mudança de sexo.....</i>	<i>80</i>
4.4	<i>Terceiro Bloco – as famílias</i>	<i>82</i>
5	Fala que eu te escuto: a pedagogia da controvérsia e de si	85
5.1	<i>Igreja Universal, Império midiático e o Fala que eu te escuto.....</i>	<i>86</i>
5.2	<i>Narrativas do sofrimento: corpo saudável, sociedade e saúde mental.....</i>	<i>89</i>
5.3	<i>Narrativas do sofrimento: injustiça e sofrimento</i>	<i>102</i>
6	Conclusão	140
7	Referências Bibliográficas	144

1 Introdução

A fim de apresentar os principais pontos do texto dessa tese, começemos pela problematização da relação da televisão com a religião. Os diferentes autores que abordam o fenômeno das religiões nos meios de comunicação de massa o fazem na noção de esfera pública. Assim, se torna importante apontar o trabalho metodológico mobilizado por esses autores, bem como as consequências analíticas da observação do fenômeno. O primeiro passo para essa tarefa é compreendermos a abrangência da questão e introduzirmos a noção de *Religiões Públicas* (Casanova, 1994).

Tendo consciência da facilidade atual em encontrarmos canais de televisão pertencentes a uma denominação religiosa, é imprescindível que façamos nesse trabalho uma análise que extrapole o fato da simples atuação na mídia das religiões na contemporaneidade, mas precisamos observar que estas possuem um caráter público. Ou seja, é justamente isso que embaralha o ponto de vista analítico e a visão consagrada da literatura especializada da relação entre esfera pública e esfera privada, onde a religiões estariam supostamente confinadas na esfera privada.

Buscaremos delinear como, nos dias atuais, podemos afirmar com segurança que o pluralismo religioso está presente no cenário midiático brasileiro através de autores brasileiros, como Mariano (2011:249), e de exemplos de canais de televisão das mais variadas religiões, bem como de outros meios, como os canais do Youtube. De início, podemos indicar que todo esse cenário nos leva a ver que a presença pública das religiões pela televisão em absoluto não é exclusividade de algum movimento religioso, como o dito neopentecostal, mas um movimento geral que se espraia como tendência e com densidade suficiente para afirmarmos que há relevância nas ações de atores religiosos nesse meio.

Dentre esses canais televisivos, nos chama atenção as diversas linguagens presentes nos programas das mais variadas matizes, que vão do enfoque “educativo”, ou de “entretenimento”, até “infanto-juvenil”. Por exemplo, programas que apresentam no seu sítio institucional o objetivo em trabalhar assuntos que, de maneira direta ou indireta, afeta as famílias, como sexualidade, finanças, relacionamentos, velhice, filhos, traição, ciúmes, etc. Ou mesmo programas que tenham como missão “levar as pessoas a reflexão daquilo que se ouve” a partir da experiência do compositor e sua composição, apresentando aos telespectadores o processo de criação de uma canção contando coisas como o que o levou a escrever, como ele estava no momento em que ela foi escrita e o que ela representa para ele e para o público.

Sem a pretensão de nos adiantarmos na argumentação, vale aqui pontuar que esta presença pública de modo intensivo, principalmente na televisão, que se caracteriza em fazer algo em nome da religião frente ao crivo de uma audiência ou de um público, nos permite afirmar que as *Religiões* são *públicas* (Casanova, 1994). Isso, pois, essas práticas em público, sejam na televisão, nas manifestações na rua, nas ações nas mídias sociais, fazem frente ao *tribunal* de uma audiência, isto é, conformam um fazer em nome da religião pelos atores. Afirmarmos então que eles precisam produzir *justificações* do que é praticado.

Não nos cabe ainda *justificar* as práticas em público, mas já podemos perceber que a presença pública das religiões, ou melhor, as *Religiões Públicas* tem sido um desafio teórico para uma vasta literatura, que de modo mais ou menos explícito se prendem às interpretações na chave da *secularização*. E, ainda que não entraremos na questão específica da secularização, pois não pertence ao objetivo dessa tese, demonstraremos mais adiante que a questão da relação entre a noção do secular e do religioso é um problema conceituado pelos atores sociais nas práticas televisivas. Portanto, a secularização é um debate em que as *Religiões Públicas* também participam e é nossa intenção etnografar como o fazem.

Outro ponto fundamental presente na chave metodológica é o fato de elegermos como “situações” (Boltanski & Thevenot, 1991) dos programas televisivos na forma de debate e nos perguntaremos como atores religiosos tornam certos temas e os fazem existir na arena pública como discursos religiosos ou moral, mobilizando um leque de práticas de inúmeros atores que apresentam na arena pública como advogados, médicos, cientistas políticos, etc. Assim, focar a nossa atenção aos significados normativos que os atores dão aos seus engajamentos no contexto da televisão para compreender as disputas para a imposição de novas definições da laicidade e do religioso como problema público. Pois, investigaremos as dinâmicas de transformação e formulação das questões públicas, as formas de apresentação dos posicionamentos dos atores e suas estratégias de persuasão acerca de um problema público.

Avançando na questão, propormos um deslocamento no enfoque analítico sobre as relações entre religião e sociedade do debate estritamente teórico sobre a constituição entre as fronteiras da esfera pública e da esfera privada para como efetivamente os atores religiosos, a partir da televisão, constroem e produzem sentido à essa relação. E mais, queremos escapar do viés normativo das apropriações na noção de secularização weberiana etnografando esses atores inseridos em programas televisivos que exigem posicionamentos sobre temas polêmicos da sociedade brasileira.

Como isso se dará? Em primeiro lugar, propomos que as religiões na contemporaneidade possuem um caráter público. As formas de produzirem discursos são pautadas pelo julgamento do tribunal das audiências, e por isso, as falas são em forma de justificações. Assim, é necessário fornecer explicações para os seus posicionamentos. Em segundo, selecionamos como objeto programas no formato de debate que possuem uma estrutura consagrada: sempre nas posições discursivas aparecem a figura do âncora; de um especialista autorizados pelo seu saber normalmente acadêmico a argumentar sobre o assunto debatido; e sujeitos comuns e desconhecidos que falam a partir de suas vivências e experiências. Apesar desses programas se autodenominarem como debate, para nós, os trataremos como se fossem uma totalidade, onde a realidade necessariamente precisa ser construída antes de ser debatida.

Nesta perspectiva, etnografaremos os episódios como se fossem *textos* autorreferentes, isto é, como uma totalidade que apresenta contradições internas e coerência intrínseca em seus argumentos. Propomos que os episódios dos programas são *textos* corridos contendo começo, meio e fim, e mais do que confrontarem o *real*, ou problematizam as questões sociais, mas eles constroem passo a passo, conceito a conceito, a própria realidade na qual será refletida para o debate, produzindo assim, um *texto* sobre a ordem social.

Nesse sentido, os personagens do debate não representam uma ruptura conceitual do ordenamento social construído, mas se apresentam como uma polifonia interna ao texto, construindo *pari passu* sua estrutura de significado. Por isso, para efeito de método conferimos uma dignidade sociológica aos programas, lendo-os como um texto acadêmico, procurando elucidar parágrafo a parágrafo a perspectiva epistemológica, a produção das questões sociais e a relação conceitual entre os argumentos. Assim, eles possuem um repertório que prescreve comportamentos desejáveis, identidades sociais, sujeitos normativos ideias, etc.

O primeiro programa que analisaremos é o católico “Em Pauta” produzido pela Rede carismática Canção Nova. Vale dizer que A TV Canção Nova, emissora católica do grupo da Renovação Carismática Canção Nova conta com uma cobertura nacional e, no Brasil, seu sinal é transmitido por 86 operadoras de TVs a cabo e, no exterior, o sinal via satélite cobre a América Latina, os Estados Unidos (incluindo o Alaska), a Europa, parte do Oriente Médio, o Norte da África e o Canadá. Além disso, toda a programação pode ser acompanhada em tempo real pelo portal Canção Nova.

Essa emissora possui na sua grade de programação um programa de debate, o *Em Pauta*. Segundo o seu sítio institucional os episódios são de cunho jornalístico, refletindo os

temas atuais, com a promoção debates por especialistas. O programa conta com a participação cativa do (b) Frei Antônio Moser¹ e seu âncora é o Padre Hamilton do Nascimento. Além deles, sempre é convidado um membro rotativo, especialista acadêmico da área do direito ou das ciências sociais. O “Em Pauta” está no ar há nove anos, sempre às sextas-feiras às 22:30 pelo canal UHF. Como seu nome mesmo diz, o tema de seus episódios é o que está “em pauta” na discussão política da sociedade brasileira.

Sobre isso, falta ainda apresentarmos que esse programa produz um modelo social que divide a sociedade em três esferas: o Estado, a sociedade civil, e o que eles denominam de “sociedade propriamente dita”, ou esfera privada. Todos os episódios que possuem com tema a política institucional brasileira realizam os mesmos procedimentos para a construção da realidade, com exceção quando o assunto tratado é sobre liberdade individual, como as questões sobre gênero e sexualidade. Nessas polêmicas o procedimento altera um pouco, mas mantêm a lógica desse modelo.

Rapidamente conseguimos já apontar que nos episódios sobre política, independente do título do episódio a questão social construída pelo programa é a mesma: a sociedade brasileira passa por um *déficit democrático* e as medidas necessárias para sermos uma sociedade mais justa passa pelo protagonismo da igreja Católica.

Nesta perspectiva, apresentaremos o proceder desse modelo societário, primeiro, pelo “diagnóstico político” do Brasil com seus problemas por meio de um ideal normativo que orienta a análise do “Em Pauta” (1). Após isso a apresentação das “resoluções” para esses problemas, segundo o programa (2). Depois daremos ênfase nestas resoluções do papel da igreja Católica na sociedade civil (3) e, por fim, de como se define a cidadania (cristã) neste modelo teórico (4).

Em outras palavras, analisar as construções textuais a partir do modelo televisão sobre a relação entre a religião e a sociedade pelo ponto de vista das religiões é uma tarefa que traz alguns desafios. Provavelmente o principal deles é incorrer em visões normativas sobre essa problemática no qual o debate acadêmico ofusque a construção dos atores sociais. O risco que devemos evitar é pressupor *a priori* qual é o ordenamento social construído por eles, como se estivessem respondendo questões nossas, dos pesquisadores acadêmicos, sobre qual é o papel das instituições religiosas no mundo social. Refletir sobre isso traz algumas implicações de pesquisa importantes, pois devemos estar atentos para construções feitas de

¹ O frei Antônio Moser faleceu em uma tentativa de assalto em março de 2016. Após o seu falecimento repentino o programa foi suspenso e não é mais transmitido.

outros paradigmas societários produzidos por esses programas televisivos, com pressupostos diversos e lógicas distintas. Afirmar que eles estão disputando e problematizando como as religiões atuam na sociedade não significa que eles estejam pensando o que é “sociedade” da mesma maneira, já que há pluralidades de formas de se constituir ordenamentos sociais e devemos estar atentos a isso.

Para continuarmos a tarefa de etnografar a construção analítica do social realizada pelos programas televisivos, precisamos “suspender” o modelo analisado anteriormente e compreender a produção de ordenamentos sociais a partir de seus próprios pressupostos. Como demonstraremos a seguir, a “suspensão” do problema teórico da laicidade é fundamental para analisar outras epistemologias do social. Por vezes, poderíamos requerer uma adequação e um ajustamento de questões que estão no debate acadêmico, e os atores sociais inseridos em outros contextos sociais não necessariamente estão preocupados em responder essas questões, mas em formular outras para pensar a inserção deles no mundo social com impactos políticos.

Essa suspensão do modelo analisado anteriormente tem como objetivo abrir a análise para novos caminhos, analisando ordenamentos políticos e sociais a partir de questões posta de modo autorreferente nos contextos específicos em que são formulados, pois podemos nos confrontar com novos paradigmas. Em outras palavras, partimos de antemão que não sabemos qual é o maquinário social construído, pois ele é inteiramente construído pelo programa televisivo ao longo do seu desenvolvimento. Desse modo, compreendemos a necessidade de seguir parágrafo a parágrafo, ou melhor, minuto a minuto dos episódios para elucidarmos como é o ordenamento social debatido.

Tratamos o nosso material empírico do mesmo modo que um texto acadêmico, em que procuramos traçar a problematização construída e a perspectiva no olhar para o mundo social. *Os textos* mais do que dizer algo sobre a realidade, constroem a realidade impondo um repertório, a posições possíveis dos atores sociais e as relações específicas entre a religião e a sociedade. *Eles* são a formulação de uma teoria da sociedade, que prescreve comportamentos desejáveis, identidades e até sujeitos normativos ideais.

Partindo para a apresentação do nosso próximo programa analisado, o *Mundo Maior Repórter*, apontamos que ele pertence a Tv Mundo Maior, de propriedade da Fundação Espírita André Luiz e que produz um modelo de propagação da doutrina espírita através dos meios de comunicação do tipo programas televisivos variados. Essa Fundação surgiu em 1990 com o objetivo de divulgar o espiritismo pela utilização da mídia. Ela é administrada pelo mesmo conselho deliberativo do centro assistencial Espírita Nosso Lar Casas André Luiz, que

possui, entre outras instituições, a Rádio Boa Nova, a Editora e Distribuidora Mundo Maior, a TV Mundo Maior e a Mundo Maior Filmes. A programação é produzida, segundo o sítio institucional, com temáticas diversificadas por psicólogos, médicos, ambientalistas, nutricionistas, sociólogos, advogados, empresários, jornalistas e outros profissionais que focam o indivíduo com necessidades nos âmbitos sociais, biológicos, psicológicos e espirituais.

O *Mundo Maior Repórter* é um programa muito parecido em sua dinâmica aos *demaís*. Assim como aqueles programas, ele é multitemático (prostituição, tráfico de pessoas, drogas, etc.) e, no seu primeiro momento, é constituído de reportagens jornalísticas que apresentam especialistas das mais variadas áreas opinando sobre o assunto e sujeitos da experiência narrando sua experiência de sofrimento, em muitos casos militante políticos e ativistas de movimentos sociais. No entanto, nesse caso, diferentemente do programa católico, a narração é feita em *voz off*, as reportagens são narradas exclusivamente pelo repórter Felipe Ohno- âncora e apresentador e entrevistador do programa.

No caso desse programa, os especialistas em doutrina religiosa são sempre profissionais relacionados à área da saúde mental, como psicólogos, psiquiatras e psicanalistas. Já os sujeitos da experiência, que ao contrário do modelo societário do católico “Em Pauta”, possuem algum protagonismo, variam conforme o tema do episódio e se apresentam pela sua identidade profissional.

O “TV Mundo Maior Repórter” constrói, frequentemente, a realidade a ser analisada a partir da problematização do papel dos movimentos sociais e da militância política. Essa problematização é crucial para a compreensão do ordenamento social construído, já que, como veremos no terceiro bloco dos episódios, são os ativismos políticos que produzirão, segundo esse ordenamento, as transformações societárias e a formação de uma noção de temporalidade. Para eles, o tempo tem um sentido evolutivo e progressivo de transformação para maior democracia e direitos sociais e políticos. Por isso, nos primeiros blocos, logo nos momentos iniciais os movimentos sociais são abordados de modo positivo.

Falando agora mais especificamente do programa “Fala que eu te escuto”, indicamos algo fundamental para nossa análise já no portal de *streaming* dos programas audiovisuais² da Igreja Universal. Ora, não dá para deixar de notar no seu centro, em letras garrafais, grande e chamativo os dizeres: “Por que você está sofrendo? Milhares de pessoas

² <http://sites.universal.org/tvuniversal/>

chegaram até aqui com suas vidas destruídas pelos problemas. Porém, após o atendimento, elas puderam voltar a sorrir.” Essas sentenças, impossíveis de não serem notadas, não estão propriamente ligadas a nenhum programa específico, ao mesmo tempo que, por sua localização no sítio, se relaciona a todos.

O “Fala que eu te escuto” é um programa sobre o *Mal-Estar*: modelo societário que articula sujeitos e suas narrativas de sofrimento com a construção de indeterminações da realidade social e política. Como se as regras sociais fossem incompreensíveis para esses sujeitos e levassem ao sofrimento psíquico, dentre elas, a depressão.

Avançando, os episódios são pautados por narrativas do sofrimento causados por tensões sociais, que no “debate” inserido internamente a ele são produzidos com insolúveis ou sem uma solução aparente, pelo menos nas conformações do mundo social. A resposta a esses sofrimentos seria uma alteração no estado de consciência dos sujeitos por meio da fé. Assim, a problematização do social não teria como foco alterar a realidade, mas sim os próprios sujeitos nela inseridos.

Outro ponto relevante que esse programa, dentre os aqui analisados, é o que atribui maior importância e protagonismo aos “sujeitos da experiência”. Todo o procedimento dele é uma espécie de pedagogia prática que ensina uma racionalidade – lógica para a ação – de como debater em controvérsias públicas e de como se “auto governar” para eliminar os infortúnios e sofrimentos causados pela sociedade.

2 A marcação das fronteiras entre o público e o privado

O objetivo deste capítulo é perscrutar como é mobilizada a noção de esfera pública em diferentes autores que abordam o fenômeno das religiões nos meios de comunicação de massa. Nossa intenção é apontar o trabalho metodológico mobilizado pelos autores, bem como as consequências analíticas da observação do fenômeno. O primeiro passo para essa tarefa é compreendermos a abrangência da questão e introduzirmos a noção de *Religiões Públicas*. Mais do que uma simples atuação na mídia as religiões na contemporaneidade possuem um caráter público. O que embaralha o ponto de vista analítico e a visão consagrada da literatura especializada da relação entre esfera pública e esfera privada, onde a religiões estaria supostamente confinada na esfera privada.

Atualmente ao transitarmos de canais de televisão não é difícil esbarrar em um pertencente a uma denominação religiosa. Canais televisivos e programas produzidos por igrejas são variados e estão presentes nas principais redes de televisão brasileira. Apenas para termos uma ideia da amplitude e generalização desse tipo de mídia, dos 38 canais abertos (UHF e VHF) listados no sítio do Ministério da Comunicação³ presentes somente na região metropolitana de São Paulo, 11⁴ são diretamente ligados a agências religiosas. O que dá 29% do total. Isso sem contabilizar os canais que não são ligados diretamente a religiosos, mas alugam 80% do seu tempo de transmissão para instituições religiosas, como é o caso da Rede 21, que aluga para a igreja Universal do Reino de Deus (IURD); a CNT SP, para a igreja Mundial do Poder de Deus; e TV Sul Bahia, para a igreja Internacional da Graça de Deus (igreja da Graça).

Além disso, nas principais redes de televisão em São Paulo as denominações religiosas também alugam parcialmente tempos da programação. O Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) é a grande exceção que confirma a regra, pois é a única rede das sete⁵ maiores emissoras em faturamento que não aluga seu tempo de transmissão para nenhuma igreja. Destacamos, como exemplo, a igreja da Graça que está presente na Rede Bandeirantes no horário nobre (20h às 22h) e a igreja Católica na Rede Globo nas manhãs de domingo (6h às 7h) transmitindo as missas dirigidas pelo Padre Marcelo Rossi.

³ www.mc.gov.br

⁴ Rede Record; Rede Vida; Record News; TV Novo Tempo; Rede Gospel, TV Canção Nova; TV Evangelizar; RIT Rede Internacional de Televisão; Rede Aparecida; Boa Vontade TV; e TV Mundo Maior.

⁵ TV Cultura; SBT; Rede Globo; Rede Record; Rede Record; Rede TV; TV Gazeta; e Rede Bandeirantes.

De todo modo, é inegável um certo destaque das mídias religiosas no cenário midiático nacional da atualidade, das mais variadas matrizes religiosas. Uma certa literatura no final dos anos noventa, como Campos (1997), relacionava de modo direto a presença na televisão com as denominadas igrejas neopentecostais – também chamadas por essa literatura de “igrejas eletrônicas”. No entanto, nos dias atuais podemos afirmar com segurança que o pluralismo religioso está presente no cenário midiático brasileiro. Inclusive, alguns autores, como Mariano (2011:249), apontam a investida da igreja Católica nesse meio no final dos anos noventa e início do século XXI. Hoje essa igreja conta com pelo menos oito emissoras ou canais de TV⁶.

De algum modo outras denominações também se fazem presentes como proprietárias de canais de televisão, como por exemplo, a fundação espírita André Luiz, proprietária da TV Mundo Maior; e a igreja Adventista do Sétimo Dia, dona da TV Novo Tempo. Isso desconsiderando os canais online que utilizam como transmissão a plataforma Youtube. Neste meio, onde se exige recursos financeiros e legais menores e menos complexos para a formatação de canais se comparado com a televisão, podemos encontrar facilmente canais ligados as agências religiosas de matriz afro, como o canal Axé Ancestral⁷.

Todo esse cenário nos indica que a presença pública das religiões pela televisão em absoluto não é exclusividade de algum movimento religioso, como o dito neopentecostal, mas um movimento geral que se espraia como tendência e com densidade suficiente para afirmarmos que há relevância nas ações de atores religiosos nesse meio. E tudo indica que a atuação desses atores nas mídias terá longa duração, não sendo, portanto, um movimento momentâneo.

Além da pluralidade de igrejas presentes na mídia audiovisual, outra característica é elas explorarem diversas linguagens presentes nesse meio possuindo programas das mais variadas matizes, que vão do enfoque “educativo”, ou de “entretenimento”, até “infanto-juvenil”. Apenas para ilustrar essa variabilidade e diversidade desses programas, olhando de perto a grade de programação da TV Canção Nova, verificamos que com viés educativo temos o “Minha Família é Assim”, programa que, como o próprio nome diz, é voltado para a família e aborda temas como educação dos filhos, relacionamento entre pais e filhos e do próprio casal, saúde, comportamento, espiritualidade, religião, responsabilidade social, entre

⁶ TV Canção Nova, fundada em 1989; Rede Vida (1995); TV Horizonte (1999); TV Século 21 (2000); TV Nazaré (2002); TV Educar (2003); TV Imaculada Conceição (2004); e TV Aparecida (2005).

⁷ <https://www.youtube.com/channel/UC5MQP-nJNbSwgBgBTjFQJiQ>

outros assuntos. Segundo o sítio institucional, o objetivo do programa é trabalhar assuntos que, de maneira direta ou indireta, afeta as famílias, como sexualidade, finanças, relacionamentos, velhice, filhos, traição, ciúmes, etc.

Pelas manhãs de segunda-feira no mesmo canal começa um programa que fornece dicas de saúde, bem-estar, qualidade de vida e educação alimentar. As orientações são feitas por uma nutricionista, Gisela Savioli, que apresenta o programa “Mais Saúde”. Ainda no mesmo canal de cunho jornalístico temos o ‘Repórter CN’ que apresenta uma visão dos acontecimentos cotidianos; além de exibir reportagens especiais e uma retrospectiva dos principais acontecimentos da semana no Brasil.

Mas nem só de jornalismo vive a programação religiosas da canção nova. Como entretenimento, o que mais chama atenção são os programas focados para a música, principalmente, a música sertaneja, nas quais celebridades do meio musical circulam por eles. Exibido semanalmente nas terças-feiras, às 19h30, o programa “Som e Vida” traz a temática da música na evangelização. O programa traz a missão de “levar as pessoas a reflexão daquilo que se ouve” a partir da experiência do compositor e sua composição. Apresentando aos telespectadores o processo de criação de uma canção contando coisas como o que o levou a escrever, como ele estava no momento em que ela foi escrita e o que ela representa para ele e para o público.

Já o programa apresentado por Adriano Moraes, “Canção Nova Sertaneja”-que é tricampeão mundial de montaria em touros-, recebe convidados como do domínio sertanejo como Michel Teló, Maiara e Maraísa, entre outros. No decorrer da atração, o telespectador assiste aos quadros especiais sobre cavalgada, receitas do campo caseiras e trabalhos de artesanato. Essa variabilidade toda, ilustrada acima, somente em um canal. Vemos que em praticamente todas as redes hoje em dia, encontramos a mesma diversidade de programação.

Esta presença pública de modo intensivo, principalmente na televisão, que se caracteriza em fazer algo em nome da religião frente ao crivo de uma audiência ou de um público, nos permite afirmar que as *Religiões* são *públicas* (Casanova, 1994). Essas práticas em público, por vezes heterogêneas – na televisão, nas manifestações na rua, como a Marcha para Jesus; ações nas mídias sociais, como Facebook, etc. - em que se faz frente ao *tribunal* de uma audiência, conformam um fazer em nome da religião pelos atores, pois eles precisam produzir *justificações* do que é praticado. Agora, é preciso *justificar* as práticas em público e, assim, os atos tendem a ser julgados pela audiência frente a suas pretensões normativas, já que estas se tornam explícitas.

Nesse sentido, a presença pública das religiões, ou melhor, as *Religiões Públicas* tem sido um desafio teórico para uma vasta literatura, que de modo mais ou menos explícito se prendem às interpretações na chave da *secularização*, sendo Max Weber uma referência importante nesse campo acadêmico. Estas interpretações foram exaustivamente problematizadas por diversos autores, como Montero (2003) (2006) e Pompa (2008) (2012), por isso julgamos não ser necessário entrar nessa celeuma, pois não é o objetivo desta tese debater no plano teórico o conceito de *secularização*. Para fazer isso, teríamos que mobilizar uma ampla literatura que apenas tangenciaria nossas pretensões conceituais. Para nós, como demonstraremos mais adiante, a questão da relação entre a noção do secular e do religioso é um problema conceituado pelos atores sociais nas práticas televisivas. Assim, a secularização é um debate em que as *Religiões Públicas* também participam e é nossa intenção etnografar como o fazem.

Mas antes de avançarmos nessa questão, precisamos fazer uma limpeza na noção de *Religiões Públicas*. O conceito na sua originalidade foi cunhado por José Casanova (1994) para refletir os papéis estruturais das religiões na contemporaneidade. Apenas para ilustrar o que gostaríamos de reter do conceito vamos esmiuçar o que Casanova (1994) denomina de *secularização*. Relembrando que passa ao lardo das nossas intenções de pesquisa produzir um quadro exaustivo sobre o debate do conceito.

Nesta perspectiva, no nosso entender este autor reflete a *secularização* problematizando as possibilidades de sua realização. Apesar de apontar pelos fatos empíricos que não é possível mais pensar as religiões como um fenômeno concernente a esfera privada, já que agora as *Religiões* são *públicas*, ele procura preservar do conceito o debate sobre as diferenciações das esferas de valor e o declínio das crenças e práticas religiosas na modernidade. Sendo assim, Casanova (1994) não focaliza o olhar para descrever o que os atores religiosos fazem em público, mas se prende nas diversas dimensões dos sentidos da *secularização*.

O autor (1994) com base numa sequência empírica de fatos históricos muito bem analisados com o objetivo de demonstrar que, durante os anos de 1980, importantes modalidades religiosas ao redor do mundo (do fundamentalismo islâmico na Ásia à teologia da libertação na América católica) tinham passado a desafiar na esfera pública as forças sociais e políticas dominantes. Apesar da sociologia dominante da época argumentar ao contrário, já não era mais possível pensar as religiões como “confinadas na vida privada”. Ele denominou esse processo de “desprivatização” da religião na vida contemporânea.

No entanto, o autor (1994) ainda sustenta duas teses da noção de secularização: secularização como diferenciação estrutural e funcional (emancipação) das esferas seculares com respeito às instituições e às normas religiosas, identificando-a como uma tendência generalizada no mundo moderno; e secularização como declínio nas crenças e práticas religiosas, que, de forma diferente da anterior, não é uma tendência estrutural moderna, mesmo sendo uma tendência histórica dominante em muitas sociedades ocidentais, principalmente europeias.

Essa visão do autor sobre o conceito retoma o pacto clássico proposto pela literatura especializada da sociologia da secularização em torno da constituição do Estado secular moderno que se constituiu sobre o pressuposto do declínio das crenças e práticas religiosas; e diferenciação das esferas (Estado, economia e ciência), normalmente entendido como emancipação das instituições e das normas religiosas.

Não se trata aqui de retomar as proposições weberianas da diferenciação das esferas. Mesmo porque esta visão teórica da secularização já foi duramente criticada, como em Montero (2006) e Pompa (2012). As antropólogas (2006) (2012) demonstram como essa visão produz distinção autorreferente do religioso e do secular como dados *a priori*. Na nossa compreensão a crescente atenção das agências religiosas na arena pública tem tornado essa distinção com domínios próprios e autônomos como inoperante. Por isso propomos analisar como na prática televisiva os atores sociais formulam essas fronteiras. E para tanto, Casanova (1994) apresenta insights que podemos perseguir com esse intuito.

O que queremos preservar do conceito de *Religiões Públicas* é que para Casanova (1994) esse processo de desprivatização das religiões as tornaram públicas em dois sentidos: se tornaram objeto de atenção de vários públicos, como as ações realizadas na mídia; e se tornaram forças de contestação moral e política, passando a disputar seu espaço de atuação e a regulação dos valores morais da sociedade. São esses dois pontos que queremos reter do conceito.

O sociólogo (1994) não persegue esse insight demonstrando como – quais justificações das suas ações em público, com qual repertório, quais categorias mobilizadas, etc. – as *Religiões Públicas* atuam na arena pública. Mas esse é um dos objetivos desta tese. Assim, olhando o que os atores religiosos fazem em público em nome da religião na televisão, este trabalho pretende deslocar o lugar da observação dos limites entre secular e religioso do modelo teórico para as disputas dessas fronteiras realizadas pelos atores sociais em suas práticas públicas.

Nesta perspectiva, as noções de secular e religioso são uma disputa ou propriamente um debate que as *Religiões Públicas* também produzem, sendo, assim, possível estabelecer de modo analítico a configuração de como os atores sociais definem essas fronteiras. Acreditamos que se realizarmos um mapeamento dos repertórios possíveis no contexto televisivo teremos tido acesso às construções legítimas – no sentido de socialmente aceitos – dos sentidos do secular e do religioso. Portanto, não se trata de pensar a relação entre secular e religião como problema teórico, mas de etnografar estratégias discursivas de justificações desses domínios pelas *Religiões Públicas* na televisão.

Elegeremos como “situações” (Boltanski & Thevenot, 1991) dos programas televisivos na forma de debate e nos perguntaremos como atores religiosos tornam certos temas e os fazem existir na arena pública como discursos religiosos ou moral, mobilizando um leque de práticas de inúmeros atores que apresentam na arena pública como advogados, médicos, cientistas políticos, etc. Assim, focar a nossa atenção aos significados normativos que os atores dão aos seus engajamentos no contexto da televisão para compreender as disputas para a imposição de novas definições da laicidade e do religioso como problema público.

Reforçamos que o sentido de público aqui mobilizado está também atrelado com a noção de publicidade, isto é, que possui uma audiência ou produz um público. E não público como “oficial” ou como algo diretamente ligado ao Estado. Nesse sentido de publicidade a exigência de visibilidade não se circunscreve apenas aos atos do Estado, mas se torna condição de existência dos agentes em uma arena pública. Deste modo, podemos pensar as *arenas públicas* como resultado das dinâmicas de publicização de problemas sociais – aborto, “cura gay”, violência social, etc. - colocadas em ação pelos atores na disputa pela atenção pública. Investigaremos as dinâmicas de transformação e formulação das questões públicas, as formas de apresentação dos posicionamentos dos atores e suas estratégias de persuasão acerca de um problema público.

Neste ponto queremos pensar essas formulações de problemas sociais em público como Arena e não como usualmente aparece esfera pública. Nesse sentido, Arena Pública torna-se o locus fundamentação e justificação de normas morais, a partir da qual podemos etnografar as diversas lógicas de discursivas produzidas pelos atores sociais acerca das fronteiras do mundo social.

Queremos pensar essas formulações de problemas sociais em público realizadas em uma Arena Pública (Cefaï, 2011) e não como usualmente aparece, na Esfera Pública, pois parece-nos que esta noção possui um crivo normativo problemático quando pensamos a

atuação das *Religiões Públicas* na produção de justificações morais. Vejamos isso mais de perto.

2.1 *Arenas Públicas X Esfera Pública*

A tensão normativa central do conceito esfera pública é aquela na qual foi forjada como fundamento da modernidade ocidental, traçando a distinção entre ela e a dimensão do religioso como irreversível. É justamente essa distinção, considerada como conquista histórica do ocidente moderno, o pressuposto epistemológico das pesquisas sobre religião e televisão. Assim, torna-se necessária uma problematização histórica dos binômios sagrado-profano, público-privado, religião e civil que são frequentemente utilizados ambigualmente como categorias analíticas e como realidades empíricas anteriores à análise. (c.f. Pompa, 2012)

Segundo Meyer & Moors (2005), a noção de esfera pública tem sido invocada como uma alternativa para o conceito de sociedade civil para a produção de pesquisas. No entanto, ambos os conceitos são passíveis de críticas por atribuir pressupostos ocidentais para as relações entre Estado e sociedade no contexto pós-colonial. Para essas teorias, o declínio da religião na esfera pública seria um indicativo intrínseco da modernidade do Estado. Quanto menor a presença da religião nessa esfera mais moderna é a nação. Se a religião assume uma função pública marcada, isto mostra o nível do atraso da sociedade ou indícios de uma tendência retrógrada.

Para as autoras (2005), o conceito se mostrou um mito normativo e universal usado a partir da generalização da história articular da Inglaterra, França e Alemanha. Na forma que é constituído faz sentido a sua utilização a um conjunto muito pequeno de contextos sociais, em que se forjou um critério de racionalidade como repertório ideal e universal para mensurar a adesão à modernidade. Essa racionalidade ao ser orientada para um entendimento, como o modelo habermasiano⁸ propõe, exclui outros repertórios possíveis, não apenas divergentes, mas distintos, de formular críticas à ordem social vigente.

⁸ Analisar o pensamento do filósofo alemão Jurgen Habermas acerca da emergência da esfera pública seria uma tese a parte, já que este pensador produziu bastante e com complexidade nas últimas décadas. Ao longo do tempo Habermas produziu inúmeros textos sobre o assunto e muitas vezes discordou de si próprio. Alguns comentadores afirmam que o filósofo possui diversas fases em seu pensamento. Tudo indica que Meyer & Moors (2005) estão dialogando com Habermas entre os textos “Direito e Democracia” (2003), publicado originalmente no começo dos anos noventa, e “Entre Naturalismo e Religião” (2007), publicado em 2005. Nesse período, do começo dos anos noventa até o meados da década de 2010, Habermas ainda publicou outros textos

Como afirmado mais acima, nossa proposta compreende etnografar lógicas discursivas distintas produzidas publicamente acerca das fronteiras do mundo social. Por isso, pelo teor normativo da noção de esfera pública, propomos trabalhar com a noção de Arena Pública (Cefaï, 2011). Como aponta o autor (2011), o cerne das *Arenas Públicas* são formas discursivas de formular determinados problemas sociais, como no contexto brasileiro a violência urbana, a criminalização do aborto, a idade da maioridade penal, a união homo afetiva, etc. Nesse sentido, é uma forma de incerteza compartilhada, que diversos atores em distintos contextos discursivos concordam que há desacordos, e por isso, entram em debates para explicitar seus pontos de vistas.

Nesse sentido, *Arena Pública* é pautada pelo desacordo de como o mundo social funciona, não possui essa demanda de consenso. Outra característica do conceito é que ele está relacionado ao acesso de determinados grupos a direitos sociais. De algum modo, a sociedade é requerida a debater sobre a concessão a direitos coletivos. Se pegarmos o Brasil como exemplo, vemos que, frequentemente são produzidas diversas Arenas Públicas sobre: maioridade penal, quais os direitos e deveres dos jovens infratores?; criminalização do aborto, qual o direito e deveres das mulheres frente ao seu corpo e ao feto?; união homo afetiva, quais os direitos dos casais formados por pessoas do mesmo sexo?

É nesse sentido que ela possui uma força generalizadora – é uma questão candente em diversos contextos discursivos de modo simultâneo - e calcada pelo desacordo – os atores entram de modo virtual em embates discursivos. Assim, o conceito é um equivalente funcional de visibilidade que explicita as multiplicidades de pontos de vistas em diversos contextos discursivos em uma relação pautada pela virtualidade - construída de modo abstrato pelo pesquisador.

A nossa intenção de tratar as *Arenas Públicas* como categoria analítica é permitir tornar visível as relações de sujeitos e construir abstratamente um modelo de rede de

como, “Dialética da secularização” (2005) e “Fé e saber” [2001](2012), basicamente com a mesma argumentação: que os discursos religiosos deveriam passar por uma espécie de “tradução” para serem encenados publicamente na esfera pública. Para ele (2005) (2007) (2012), nessa época entre os anos 90 e 2000, somente discurso pautados pela razão comunicativa – voltada para o entendimento – eram considerados normativamente válidos. Em um artigo de 2006, “Religion in the public sphere” Habermas sugeriu uma mudança de sentido em sua produção teórica ao problematizar sociedades denominadas de “pós-seculares”. Nesse caso, ele começou a atentar para o fato empírico de outras racionalidades presentes na esfera pública. De qualquer modo, a argumentação das autoras Meyer & Moors (2005) criticando os princípios normativos do conceito da esfera pública continua válido. Colocar o prefixo “pós” ainda está atrelado a história da Europa Ocidental. No nosso entendimento, não é possível compreender outras sociedades à não ser a europeia como “pós”, “pré” ou “contra” seculares, pois ainda sugere a centralidade normativa da Europa Ocidental.

circulação de categorias de modo a compreendermos as dinâmicas dos processos disputas pela configuração da sociedade por parte dos atores religiosos.

E, ao mesmo tempo, permite-nos observar manipulações de diversas formas discursivas por diferentes atores sem a necessidade de supor que eles estão no mesmo registro discursivo. É nosso objetivo compreender as dinâmicas que articulam entre si atores e proposições referentes à mesma questão social.

Nesta perspectiva, manejar esse instrumento analítico nos permite, de modo virtual, aproximar ou colocar em perspectiva formulações sobre a sociedade emitida pela televisão. Nossa proposta é analisar programas televisivos produzidos por denominações religiosas que tematizam questões candentes da sociedade brasileira a fim de participar do debate público. Assim, podemos visualizar os diversos atores, categorias, posições, se relacionado de modo direto as *Arena Públicas*.

Antes de avançarmos vamos no debruçar em como a literatura sócio antropológica articula a relação entre televisão e religião por meio do pressuposto normativo presente na noção de esfera pública, para ficar mais claro nosso argumento. Ao utilizar essa noção, os limites do mundo social são dados de modo *a priori* pelo modelo teórico.

2.2 *Esfera Pública x Esfera Religiosa*

Antes de mobilizar nosso referencial teórico vamos explorar detidamente as duas principais abordagens que se pautam pelos pressupostos da noção de esfera pública, uma que denominaremos de “mercado” e outra de fenomênica. A literatura especializada, de um modo geral, aborda a articulação entre religião e televisão de dois modos: uma que identifica similaridades da lógica do mercado nas ações dos atores religiosos; e outra que se ocupa da apropriação da televisão pelos atores religiosos pela lógica singular inscrita na cosmo visão religiosa tida como autorreferente.

A postura analítica que objeta uma metáfora do mercado sobre as práticas religiosas compreende o fenômeno da relação entre mídia e religião como uma invasão da lógica de uma esfera, o do mercado, para a outra, a religiosa, caracterizando uma generalização da lógica do mercado para o domínio do religioso.

Essa abordagem é construída a partir de um diagnóstico sociológico sobre a sociedade brasileira, de que a lógica do mercado teria “vencido” em todos os âmbitos da vida

social, inclusive o religioso. Por meio desse diagnóstico, os autores analisados, como Leonildo Campos (1997), Eduardo Paegle (2008) e Eduardo Paegle & Eduardo Filho (2009) pretendem delinear as consequências e os impactos do crescimento vertiginoso de denominações evangélicas, nas duas últimas décadas, no campo religioso. Este contexto social, de competitividade entre as denominações pela “sedução” dos fiéis-consumidores, produz disposições para que os atores religiosos atuassem pela lógica do mercado. Ou seja, as relações entre fiéis e igrejas são postas como relações entre produtores e consumidores. É nesse contexto que os usos da televisão são analisados.

Para esses autores, o funcionamento do campo religioso é análogo ao mercado, no qual as igrejas *vendem* produtos simbólicos da salvação em concorrência umas com as outras, sendo a televisão o meio privilegiado de divulgação destes produtos. Nesse contexto analítico, a televisão, instrumento de visibilidade por excelência, é um potente veículo de propaganda, com um alto poder de persuasão, capaz de agregar valor às mercadorias religiosas.

O ponto de partida desses teóricos é um diagnóstico denominado como pós-moderno, que conforme Paegle & Filho (2009), demonstra como as pessoas tratam os indivíduos como bens de consumo, até mesmo nas relações amorosas. Assim como os contatos entre as pessoas e as mercadorias postas em uma prateleira ou vitrine, as relações sociais afetivas seriam fugazes, marcadas por uma concorrência competitiva e por escolhas conforme as opções particulares dos indivíduos. Como consequência dessas características haveria um processo de acirramento da individualização, um descarte da tradição e dos laços comunitários para uma maior padronização dos indivíduos em conjuntos de consumidores. Nessa perspectiva, a sociedade não é mais vista como produtora, característica da modernidade, mas consumidora, marca da pós-modernidade, pois tudo se relaciona a bens consumíveis, inclusive nas relações postas como religiosas. (Paegle & Filho, 2009) (Paegle, 2008) (Campos, 1997).

Assim, a lógica do mercado, que seria imposta à sociedade, também influenciaria o contexto religioso, tornando o país mais plural e com uma concorrência competitiva religiosa mais acirrada. Por isso, esse debate parte do suposto de que o campo religioso brasileiro está em transformação e deixou para trás, de uma forma definitiva, os períodos relativamente estáveis dos monopólios e da coexistência pacífica entre os grupos e instituições, predominando um clima de turbulência, pluralismo e realinhamento organizacional (Paegle & Filho, 2009) (Paegle, 2008) (Campos, 1997).

Portanto, esta perspectiva postula, por um lado, uma racionalidade capitalista utilitária, em que a ação é uma espécie de cálculo egoísta voltado para o consumo e, por

outro, uma redescoberta “pós-moderna” do misticismo que fundamenta o pluralismo religioso. Desse modo, os atores que desenham o campo religioso o fariam enquanto membros de seus respectivos grupos sociais, refletindo em suas ações tendências e forças históricas hegemônicas da sociedade.

Nessa sociedade de consumidores as denominações construiriam seus próprios mecanismos de articulação para a venda. Assim, a propaganda seria a técnica, a linguagem privilegiada de atuação nesse meio, pois poderia influenciar a ação humana através da manipulação das representações. A Igreja Universal pelo uso extensivo dessa linguagem televisiva atribuiria aos seus produtos valores adicionais: imagens que os diferenciam dos que são ofertados pelos concorrentes (Paegle & Filho, 2009).

A emergência desse pluralismo cultural no país teria produzido a disposição da lógica do mercado no contexto religioso, fazendo com que os grupos se tornassem mais competitivos, seguindo suas estratégias e construindo planos conforme essa lógica. O campo religioso seria então caracterizado por uma sociedade em que existe uma condição de disputa competitiva entre diversas denominações pelo maior número de fiéis possível (Paegle, 2008).

Ao nosso entender, a leitura do religioso em termos de “mercado” representa uma tentativa de encontrar referências teóricas e instrumentos analíticos para a presença da dimensão do religioso onde está, mas não deveria estar, a esfera pública, numa concepção normativa que continua determinada pela oposição secular x religioso.

Essa polarização não leva em conta que a atuação de atores religiosos é também parte do processo de construção dos critérios de definição e limitação daquilo que a sociedade configura para si como sendo os domínios “público” e “privado”. Ou seja, que esses limites são construídos historicamente pelas relações contextuais dos atores, entre eles, os religiosos. Nessa perspectiva, os processos de construção das fronteiras da sociedade podem ser pensados como produto do próprio trabalho religioso.

Como bem pontuou Pompa (2008), os conceitos antropológicos como *cultura*, *sociedade*, *estrutura*, entre outras, passaram por críticas radicais, explicitando que as chamadas sociedades tradicionais não são e nunca foram sistemas fechados, autossuficientes, autorreferentes, que se reproduzem de forma autônoma. Para a autora, é necessário passar pelo mesmo crivo crítico a noção de *religião*.

Ao construir historicamente o termo e suas significações, a autora demonstra que *religião* não é algo universal, trans-histórico e trans-cultural. Por isso, a noção é produto histórico-discursivo ocidental, não sendo um sistema de relações fechado e autônomo.

Asad (1993), com uma argumentação próxima de Pompa, em enfrentamento direto com Clifford Geertz, demonstra que na tentativa de universalização na noção de *religião* com base na fenomenologia, ocorreu a separação entre religião e poder.

Para Asad (1993), como o sistema simbólico modela a experiência em um duplo sentido, (como modelo de execução da ação e como modelo de objetificação da realidade, ou seja, o modo como damos significado à experiência), a concepção dos signos são atribuições anteriores, dadas a priori, aos processos constituídos nas práticas. Segundo o autor, a significação dos signos é atribuída na prática em contextos específicos. Portanto, o *autoritarismo* dos discursos religiosos, ou seja, sua eficácia enquanto imposição de sentido, foi e é constituído em configurações discursivas, em que diversos agentes, inclusive, políticos, econômicos, em relações de poder disputam a significação dos signos religiosos.

Pompa (2008) e Asad (1993) apontam que a noção de religião é um produto histórico específico e, portanto, criticam uma visão sistêmica autônoma distantes de outras dinâmicas sociais e sua separação como perspectiva apartada das relações de poder.

Como demonstrado acima, a abordagem do mercado deduz *a priori* os limites da esfera do religioso com outros domínios do mundo social. Religião e política não são necessariamente desassociadas e seus limites são produtos de disputas nas quais atores religiosos também participam. Argumentamos que alguns programas televisivos encenam de modo direto essas fronteiras com diversas lógicas de atuação. A exploração desse argumento e a explicitação de como analisar essas lógicas abordaremos adiante.

Agora voltemos à análise teórica da separação da dimensão religiosa com outras esferas, já que, a nosso ver, o que está implícito na abordagem do mercado é uma visão normativa de esfera pública que não analisa as práticas de disputas do “lugar” da religião na sociedade, mas a interpretam conforme um modelo.

Alguns autores como Montero (2006) e Casanova (1994) criticam a normatividade das diversas compreensões do conceito de secularização, nas quais a religião, na sociedade moderna, deveria estar apartada das esferas política, social e econômica. Segundo Montero (2006), é preciso problematizar como cada processo histórico particular produziu a ruptura entre Estado e Igreja, de modo a compreender como cada sociedade específica configura para si aquilo que ela entende por esfera pública. Como é inviável pensar em gradações qualitativas de secularização, Montero e Casanova sugerem refletir sobre como esse processo levou à separação jurídica entre Igreja Católica e Estado e configurou a religião com determinados papéis políticos a partir de um debate sobre a legitimidade de discursos.

No processo de separação jurídica entre Igreja e Estado no Brasil, a presença histórica das igrejas cristãs nas áreas de educação, saúde e assistência social correspondeu a uma delegação consentida e pactuada pelo próprio Estado. Isso que acarretou uma configuração de esfera pública e uma forma “legítima” de se apresentar publicamente dos atores religiosos. Nesse sentido, as denominações religiosas “ofertarem” escolas, hospitais e instituições de caridade não constitui, propriamente, uma invasão de elementos do universo privado no universo público, pois houve a produção da legitimidade da atuação pública nesses âmbitos de agências religiosas (*c.f.* Montero, 2006).

Quando se desloca o foco da observação dos fenômenos religiosos das suposições do modelo teórico do mercado para as práticas, percebe-se um descompasso entre modelos fundados nos comportamentos e nas crenças e aquilo que efetivamente fazem os indivíduos. Nesse sentido, deveríamos nos perguntar, a partir de quais critérios, em um determinado momento histórico, se reconhece um conjunto de práticas como religiosas e outras como seculares.

Se não quisermos recair nas armadilhas do essencialismo é preciso considerar que há diversas maneiras das religiões conquistarem a possibilidade de estarem presentes e de se fazerem ouvir e serem vistas na arena pública. Para evitar tipologias essencialistas é preciso compreender as ações em seus contextos uma vez que podem desempenhar, na arena pública, funções não prescritas pelo modelo, quando as circunstâncias assim o exigirem.

A abordagem do mercado ao deduzir do modelo teórico qual é a lógica de atuação na televisão de todos os atores religiosos não problematiza a concepção de esfera pública e de esfera religiosa prescrita pela teoria. A concepção de sociedade com os limites das esferas, suas hierarquias e dimensões são dadas antes da pesquisa. Para analisar os limites dos âmbitos da relação entre as esferas públicas e privadas precisamos etnografar os atores em suas práticas ao usar as tecnologias televisivas.

Se os autores do mercado não levam em conta as práticas significativas dos atores religiosos ao atuar com a televisão, outros pesquisadores focam de maneira intensa essas práticas. Birmam & Machado (2012) realizaram um importante deslocamento teórico, ao invés de compreender as práticas dos atores como a priori deduzida diretamente da teoria, elas debruçaram o olhar para o que os atores sociais realmente fazem com as tecnologias de mídia. Assim, com esse deslocamento em direção à empiria, elas analisaram a inserção da televisão nas práticas rituais da Assembleia de Deus dos Últimos Dias (ADUD) localizada na cidade do Rio de Janeiro.

Ao realizar a análise as autoras (2012) compreenderam que a televisão está inscrita nas práticas dos atores em uma lógica própria da ADUD e, ao mesmo tempo, a teodiceia *nativa* formula, além de noções como tempo e espaço, noções de sociedade, religião e Estado. Ao problematizar uma leitura singular do mundo social, elas demonstram que essa igreja formula um limite específico para as relações entre esfera pública e esfera religiosa. Elas fazem uma leitura evangélica promovida pela ADUD sobre um universo social de violência, assim como o modo desse grupo evangélico de organizar as pessoas e a cidade.

Elas explicitam essas formulações sobre os contornos da sociedade por meio de uma comparação implícita, já que não anunciam os seus interlocutores para o que denominam “de formas habitualmente aceitas do secular”. Parece-nos indicar para um senso comum acadêmico que sugere a religião e o secular como regimes autônomos e separados. De qualquer modo, o específico e singular dessa leitura do mundo social indicado por elas é em relação ao um modelo supostamente hegemônico de interpretação que a teoria *nativa* vai ao encontro. Esse modo de argumentar é o *modus operandi* dessa etnografia, que coloca a idiosincrasia do modelo da ADUD em relação como a forma hegemônica da noção de secular. Isso é importante elucidar para compreendemos na explanação abaixo da etnografia em relação ao o que as autoras estão desvelando a leitura da ADUD sobre o mundo social como *diferente*.

Essa questão, da relação de modelos de sociedade formulados por atores distintos, será retomada mais adiante, voltemos a essa etnografia que possui dois planos de análise para o papel da televisão: a especificidade do projeto, ao mesmo tempo teológico, político e social, que participa de dispositivos políticos-religiosos relacionados com o tratamento da violência urbana; e as modalidades de intervenção que realiza no plano ritual, cujo caráter invocado revela uma peculiaridade, ou seja, um uso único que somente a ADUD faz da televisão. De um lado, integram a construção do carisma e da legitimidade política, social e moral para responder aos problemas sociais como a violência urbana. De outro, as ações rituais, extremamente elaboradas, participam da construção desses territórios como uma região moral a ser salva pela conversão de seus integrantes a uma “comunidade de fiéis”. (cf Birmam & Machado, 2012).

Sobre o primeiro plano de análise, o perfil da ADUD, segundo as antropólogas (2012), é voltado a um conjunto espacial e social específico, a periferia da cidade e a marginalidade social, como prisões, penitenciárias, delegacias, favelas e etc.. Esses espaços perfazem um conjunto coerente do ponto de vista teológico e missionário. Todos esses locais seriam dominados pelo crime, ou seja, por forças diabólicas e pelo pecado. A categoria

jurídica “crime” ganha outro sentido ao ser vinculado à noção de pecado. Levando ao extremo a ideia presente no meio evangélico de que todos fomos pecadores e criminosos. Com essa premissa teológica, a vida no mundo, como lugar baixo e diabolicamente determinado, é atravessado por momentos de coação e por conflitos violentos sem que haja na sociedade fonte moral confiável com que seria possível contar.

Assim, o discurso dessa igreja vincula o crime e a violência ao pecado e os definem ao mesmo tempo pela exclusão da cidade e pelo confinamento de população em suas fronteiras externas a cidade e a salvação. Emerge, assim, a produção cotidiana de uma população de indesejáveis, submetida a formas específicas de exclusão e inclusão pelo Estado e pela igreja.

Com essa estratégia, os líderes da ADUD integram ex-bandidos à comunidade mais ampla dos que se encontram em territórios periféricos, classificando a população nas topografias variadas da exclusão. Constroem-se momentos de identificação coletiva, cujos critérios permitem valorizar os ex-bandidos e abarcar seus próximos, definidos das mais diversas maneiras. (*c.f.* Birmam & Machado, 2012)

Sobre o segundo plano de análise, a ADUD tem como prática fundamental a filmagem e a edição de suas ações rituais e missionárias. É conhecida e reconhecida como um centro cujas práticas religiosas engendram uma grande produção e circulação de imagens. Seus vídeos são produzidos e transmitidos em todos os espaços de sua atuação – igrejas, prisões, favelas, delegacias e periferias.

O principal vídeo dos cultos é filmagens de “expedições de resgate” de jovens ameaçados de execução pelo chamado “tribunal do tráfico”, um grupo de traficantes de drogas que castiga e/ou mata supostos traidores em lugares da periferia sob seu controle. Ao longo do culto, as telas frequentemente transmitem imagens divididas em duas metades: o vídeo do passado dos fiéis presentes, enraivecidos, com metralhadoras; e imagens ao vivo, em tempo real quando os fiéis se vêm enquanto oram e louvam.

Isso, segundo as autoras (2012) produz uma *outra* concepção de tempo e espaço, pois, torna o culto um acontecimento tridimensional: estão presentes o lugar do passado nas imagens da época do banditismo; o presente na tela (virtual), nas imagens ao vivo do culto; e o que acontece no momento real nas performances fora das imagens.

Para Birmam & Machado (2012), essa configuração de elementos que *normalmente* são mantidos em separados - pelo *outro* modelo implícito da análise - tanto na esfera social como nos âmbitos morais e religiosos, pode ser valorizado como um momento, uma experiência fenomênica única, que produz uma suspensão do tempo e do espaço que dá

lugar a uma exploração de sentimentos de êxtase que reafirmam o compartilhamento emocional e espiritual dos presentes.

No fim da etnografia, as antropólogas acoplam os dois planos de análise efetivando um fechamento para o uso da televisão pela ADUD. É aqui que a comparação com o *outro* modelo fica mais evidente. Segundo elas (2012), é por meio das imagens dos corpos mutilados que a mídia *secular* descreve o caráter adjeto da morta não só “dos inimigos da sociedade, mas também daqueles identificados na mesma região moral”.

Para elas (2012), apesar de não demonstrarem como, há um diálogo implícito e altamente eficaz entre mídias seculares e religiosas. Esse diálogo é assimétrico e complementar. Enquanto a primeira explora na cena pública a visibilidade desses corpos para reafirmarmos a legitimidade de uma política do Estado que dispõe da vida e da morte dos moradores desses territórios, a mídia religiosa destaca a necessidade impiedosa de salvá-los da morte física e redimi-los como filhos de Deus. (*cf* Birmam & Machado, 2012).

As autoras (2012) argumentam que se a orientação política predominante da esfera pública busca inviabilizar a condição de pessoa desses marginais, os recursos midiáticos do pastor são postos a serviço de sua salvação pelo reconhecimento cristão de uma humanidade em comum. As pessoas ali presentes são simbólicas e socialmente consideradas excluídas por uma *visão habitual de secular*, e lhes é ofertada pela igreja a oportunidade de “nascer de novo”. O mundo da política e da cultura ganhou dispositivos que interagem com uma interface evangélica, cuja forma de ação é indissociável de projetos considerados *seculares*.

Ao etnografar, elas partem de modo implícito de noções de secular e de religioso, pois analisam por meio de uma comparação não anunciada. E as autoras mostram uma concepção dos limites dessas esferas que é ao mesmo tempo singulares, própria de uma igreja, e ao mesmo tempo, contrária ao uma concepção predominante no senso comum acadêmico.

Interessante notar que de um modo muito distinto, assim como na abordagem do mercado, a relação entre secular e religioso é posta de modo cristalizado e fixo. Assim, emerge como questão relacionada à articulação entre religião e televisão. Em ambos os casos a questão da divisão é considerada como auto evidente e esses limites entre a esfera da religião do secular se coloca como problema teórico tributário da relação entre religião e televisão. De um lado, essa divisão impõe uma lógica de ação universal na televisão por parte dos atores religiosos, no caso da abordagem do mercado. De outro, uma cosmo visão religiosa posta como *diferente* e peculiar frente a uma postura hegemônica de se entender essa divisão.

A etnografia de Birmam & Machado (2012), na nossa compreensão, ao propor uma interpretação com base fenomênica na construção da interpretação religiosa sobre o mundo social se volta ao esforço e decodificação da cosmologia e do universo simbólico do religioso. De modo diferente da abordagem do mercado, problematiza como os atores religiosos realmente usam a tecnologia televisiva e ao usarem formulam os contornos e os limites do mundo social, mas de modo semelhante, as autoras também postulam uma relação *a priori* dicotômica entre o secular e o religioso.

No entanto, gostaríamos de reter dessas pesquisas: a do “mercado”, a proposta de análise que permita algum grau de generalização a partir da constatação de que os atores religiosos estão em disputas. Demonstraremos como disputam e o que formulam discursivamente é muito variado e heterogêneo, possuindo, portanto, diversas lógicas de atuação com a televisão; e a de base fenomênica, levar a sério as formulações dos atores para interpretar a visão *nativa* sobre os contornos e limites da sociedade, enfocando qual é o “lugar” da religião na complexidade do mundo social.

Com essas explanações dessas duas abordagens refletimos sobre o estatuto teórico e metodológico da noção de *esfera pública*, pois, como demonstrado acima, de modo explícito ou implícito, a pesquisas que problematizam a articulação entre religião e televisão encaram a questão analítica da normatividade do conceito. Essas reflexões, a abordagem do mercado e a leitura fenomênica nativa da sociedade, procuram dar conta de modo analítico de uma presença religiosa na *esfera pública* não prescrita na teleologia moderna do Estado. Como se a religião estivesse fora de “lugar”, em um caso, e como se a religião fosse um domínio do universal humano revestido de diversas maneiras.

A relação entre religião e poder político, em ambos os casos, é vista como tensão entre duas esferas ontologicamente distintas. Nossa intenção para deslocar os limites teóricos desse debate é realizar uma pesquisa que explicita a construção processual, transitória e discursiva da dimensão do religioso e suas relações com o político e o civil. Mostraremos que os atores religiosos também fazem parte das disputas dos delineamentos dessas dimensões do mundo social em contextos televisivos específicos, produzindo espaços de disputas e polêmicas, as *Arenas Públicas*.

Para isto, precisamos mudar o enfoque do olhar analítico para a noção de arena pública. Mas agora precisamos analisar de modo geral o que fazem e produzem discursivamente os atores sociais ao entrarem em arenas públicas.

2.3 As Religiões Públicas e as justificações

Argumentamos até o presente momento que articulação religiões e televisão produz uma questão teórica de fôlego presentes em duas principais abordagens sobre o assunto, a abordagem do mercado e a fenomênica. Essa articulação está intimamente ligada à questão teórica de como se negocia os limites do secular e o lugar da religião no mundo social. Por isso, o nosso foco é refletir a partir dos usos da televisão como dos atores religiosos negociam ou disputam esses limites. Assim, entendemos que os atores religiosos são também parte do processo de construção dos critérios que delimitam o secular e o religioso. É preciso considerar que há diversas maneiras das *Religiões Públicas* conquistarem a possibilidade de estarem presentes nas arenas públicas. Por isso, precisamos etnografar esses processos, pois entendemos que a cada situação empírica elabora uma gramática – regras - e uma semântica - sentidos. Assim, é impossível definir de antemão qual o elemento simbólico é mais apto à produção de consensos compartilhados a respeito de como as coisas são ou devem ser definidas na vida social.

Então, nesse ponto, precisamos nos perguntar, se os atores formulam discursivamente a sociedade a partir de distintas lógicas em arenas públicas para disputar os sentidos do secular e do religioso, como compreender o que esses atores estão fazendo? Se o meio empregado é a televisão, como recortar as diversas instituições de mídias e grades variadas de programação?

Dentre a diversidade presente nas grades de programação dos canais de televisão, há programas televisivos que procuram mimetizar arenas públicas. Eles possuem como características pautar e ter como tema as polêmicas candentes da sociedade brasileira. Em trabalho anterior (Antonio, Leonardo: 2012), refletimos sobre esses programas que possuem um modelo específico, a forma debate. Eles são objetos privilegiados para analisar como atores religiosos produzem a “sociedade” e suas fronteiras, pois são um arquétipo dos momentos críticos ou “situações” (Boltanski & Thevenot, 1991), nesses momentos de crítica, os atores sociais são impelidos a proferirem “justificações” sobre seus argumentos.

Neles existem uma espécie de “estrutura” com as posições discursivas, ou seja, lugares consagrados de fala nesse contexto televisivo. Percebemos que em todos esses programas estão presentes as seguintes posições: (a) o “âncora”, o responsável pela narrativa das reportagens e pelas mediações das diversas falas, apresentando os personagens do debate e concedendo a palavra; (b) A figura do especialista, um ator que supostamente possui um

conhecimento especializado sobre o assunto debatido. Médicos, nutricionistas, juristas, cientistas políticos são algumas das especialidades que aparecem nos programas E por fim, (c) a posição do sujeito da experiência. É a posição na qual o ator narra sua própria experiência ou de alguém próximo a ele, como familiares e amigos para argumentar no debate. Apesar de serem estruturalmente parecidos os diversos programas televisivos desse formato produzem discurso muito diferentes sobre a realidade social a partir dos “debates”.

Naquele trabalho, também, pudemos perceber que esses programas são uma totalidade. Isto é, apesar de se apresentarem como uma produção de dissenso, no âmbito de suas produções a divergência é apenas aparente e as variabilidade de opiniões acabam formando um conjunto discursivo coerente. (cf. ANTONIO: 2012)

Desde modo, podemos comparar programas televisivos produzidos por agências religiosas com o mesmo formato. O que difere entre si esses programas são seus conteúdos. Isto é, as lógicas argumentativas para expor os seus pontos de vistas. Mas agora precisamos analisar o que produzem discursivamente os atores autores sociais nos contextos televisivos quando entram em arenas públicas.

Ao entrar nelas os atores formulam noções de como o mundo social funciona, estabelecendo hierarquias, divisões. Estas formulações realizadas nos contextos desses programas televisivos nós denominaremos de *ordenamento social*⁹. (Cf Boltanski & Thevenot, 1991)

Há determinadas “situações” (Boltanski & Thevenot, 1991), em que os atores sociais são repelidos a explicitar suas justificações morais. Defendemos que os programas de debate são essas “situações” por excelência. Elas, as “situações”, são pautadas por contextos em que há uma incerteza compartilhada, ou seja, um não acordo de como a realidade é estabelecida. Nesse contexto, os atores operam qualificações de entidades, pessoas e objetos. Isto é, os atores sociais produzem discursivamente definições de como é a realidade social. Definem, por exemplo, a dimensão do religioso e a noção de secular. Essas “situações”, esses

⁹ O termo original do francês é *cit* do Boltanski (1991). H uma certa polmica sobre a traduo desse conceito. Por exemplo, Corra, 2002 opta pela traduo do termo *Cit* por Cidadela, j que, segundo ele, o termo em portugus designa lugar de onde se pode estabelecer uma defesa. “E tm qualquer centro ou reduto que congrega os partidrios mais fervorosos de uma causa, de uma doutrina etc.” ou, ainda, como “situao fortemente defensiva, de predomino e isolamento, sob contnuo ataque”. No entanto, acreditamos que Cidade ou Cidadela podem levar o leitor a confuso semntica e, no nosso entender, o conceito no tem somente relao com espao fsico. Os autores do conceito, Boltanski e Thvenot, publicaram um texto de apresentao da sua teoria para os leitores de lngua inglesa (*The Sociology of Critical Capacity*). Nele, a palavra *Cit* foi traduzida por *World* e no por *City*, o que indica que o desejo dos autores que se privilegie o sentido em detrimento da traduo literal. O mesmo se pode dizer da traduo alem, cuja opo foi *Polis* e no *Stadt*, o equivalente direto da palavra Cidade. Nesta pesquisa, optamos por traduzir por ordenamento social por acharmos que faz mais juzo ao conceito que significa uma arquitetura de justificaes, como uma *constituio* no sentido de ordenamento da sociedade.

momentos privilegiados, poderemos ter acesso às construções de ordenamentos sociais, pois é um requerimento dos contextos de crítica produzida em embates, querelas, debates, etc.

Nesses momentos eminentemente críticos, ao formular justificações, os atores constroem discursivamente sociedade, produzindo verdadeiros modelos teóricos. A ação se faz sobre o pano de fundo compartilhado, de um mundo vivido em comum. Boltanski & Thevenot (1991) insistem sobre o momento consensual do debate, para disputar e discutir é necessário ao menos estar de acordo em situação sobre os critérios normativos de julgamento que permitam estabelecer a realidade, no caso de contestá-la. No nosso entender, esse programa televisivo do modelo debate produz esse momento consensual e explicita uma forma específica de ordenamento social. Eles são, portanto, epistemologias do mundo social, pois podem possuir critérios ou lógica de ordenação social distintos.

Nessa perspectiva, eles são mediações simbólicas e axiológicas que permitem construir um ordenamento social como um conjunto bem ordenado de interações vividas entre pessoas em seu ambiente imediato. São como vocabulários típicos e convencionais de motivos normativos socialmente aceitáveis que os atores invocam nos contextos de justificação. Assim, esses modelos societários são vocabulários convencionais e repertórios transituacionais de justificação que os atores utilizam e introduzem em concordância nas situações de disputa.

Eles são “formas de associação” que estruturam as interações em situações de uns contra os outros. Deste modo, exprimem diferentes princípios históricos de justificação, para serem recebidas como “legítimas” – no sentido de socialmente aceito.

Assim, elas são constituições políticas, ou seja, diferentes convenções gerais orientadas para o bem comum, permitindo definir a grandeza relativa das pessoas. Para cada uma delas, apresentaremos três programas produzidos por igrejas, correspondem a diferentes princípios de equivalência ou justiça, enquanto convenções normativas. É nesse sentido que elas são gramáticas do laço político, pois definem repertórios transituacionais que possui regras de diferenciação de pessoas e lugares. A partir dessas formas de associação que estruturam as interações, os atores produzem discursivamente hierarquias e esferas sobre o mundo social. Inclusive refletem sobre os papéis da religião na sociedade.

No nosso entender, as Religiões Públicas, assim como a literatura especializada, também formulam noções de Estado, sociedade, justiça, etc.. Elas produzem de modo discursivo e público modelos teóricos de sociedade para disputar os contornos da sociedade.

Como enxergamos esses programas como uma totalidade, como método de análise trabalharemos eles como um *texto* que será melhor delineado no próximo capítulo

3 Em Pauta: a laicidade católica e o protagonismo da igreja na sociedade civil.

No capítulo anterior propomos um deslocamento no enfoque analítico sobre as relações entre religião e sociedade do debate estritamente teórico sobre a constituição entre as fronteiras da esfera pública e da esfera privada para como efetivamente os atores religiosos, a partir da televisão, constroem e produzem sentido à essa relação. Nossa proposta é escapar do viés normativo das apropriações na noção de secularização weberiana etnografando esses atores inseridos em programas televisivos que exigem posicionamentos sobre temas polêmicos da sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, propomos que as religiões na contemporaneidade possuem um caráter público. As formas de produzirem discursos são pautadas pelo julgamento do tribunal das audiências, e por isso, as falas são em forma de justificações. Assim, é necessário fornecer explicações para os seus posicionamentos. Em segundo, selecionamos como objeto programas no formato de debate que possuem uma estrutura consagrada: sempre nas posições discursivas aparecem a figura do âncora; de um especialista autorizados pelo seu saber normalmente acadêmico a argumentar sobre o assunto debatido; e sujeitos comuns e desconhecidos que falam a partir de suas vivências e experiências. Apesar desses programas se autodenominarem como debate, para nós, os trataremos como se fossem uma totalidade, onde a realidade necessariamente precisa ser construída antes de ser debatida. Esse consenso mínimo e fundamental torna os episódios um constructo de um ordenamento social. Isto é, uma epistemologia da sociedade que pode variar em sua lógica de programa a programa. Por isso, após a análise somente é que poderemos saber qual modelo societário por este meio os atores sociais produzem

Nesta perspectiva, como delineado no capítulo 1, etnografaremos os episódios como se fossem *textos* autorreferentes, isto é, como uma totalidade que apresenta contradições internas e coerência intrínseca em seus argumentos. Como método propomos que do segundo inicial ao final os episódios dos programas são *textos* corridos contendo começo, meio e fim. E eles mais do que confrontarem o *real*, problematizando as questões sociais, mas constroem passo a passo, conceito a conceito, a própria realidade na qual será refletida para o debate, produzindo assim, um *texto* sobre a ordem social.

Nesse sentido, os personagens do debate não representam uma ruptura conceitual do ordenamento social construído, mas se apresentam como uma polifonia interna ao texto, construindo *pari passu* sua estrutura de significado. Nesse contexto, há um dissenso permitido a partir do consenso compartilhado de como a sociedade é ou deveria ser. Por isso, para efeito

de método conferimos uma dignidade sociológica aos programas, lendo-os como um texto acadêmico, procurando elucidar parágrafo a parágrafo a perspectiva epistemológica, a produção das questões sociais e a relação conceitual entre os argumentos. Assim, eles possuem um repertório que prescreve comportamentos desejáveis, identidades sociais, sujeitos normativos ideias, etc.

Para nos auxiliar e organizar nossa leitura desses *textos* nos pautaremos pelas seguintes perguntas para construir os ordenamentos sociais dos programas televisivos:

1. Como são pensados os problemas sociais abordados e a partir de quais construções sociais? Quais são as categorias chaves para compreender esse ordenamento social?
2. Quais sujeitos são atingidos pelos problemas sociais? De que jeito são atingidos e como reagem?
3. Quais são os papéis dos sujeitos e das instituições religiosas frente a esses problemas?

O primeiro programa que analisaremos é o católico “Em Pauta” produzido pela Rede carismática Canção Nova. Antes de entrarmos especificamente nessa etnografia, vejamos um breve relato desse canal.

3.1 “Em Pauta” da Rede Canção Nova

A TV Canção Nova, emissora católica do grupo da Renovação Carismática Canção Nova, começou suas atividades em 8 dezembro de 1989, às 10 horas, transmitindo a celebração de uma missa somente para o interior paulista. Oito anos mais tarde, em 1997, essa rede de comunicação ampliou o seu sinal para uma cobertura mais ampla com a compra da TV Jornal em Aracaju (SE), gerando a programação para toda a região nordeste.

Desde 2007, A TV Canção Nova possui na sua sede, em Cachoeira Paulista (SP), cinco estúdios e três espaços para eventos - um deles com capacidade para aproximadamente 100 mil pessoas -, que servem de cenário para a programação. Além de contar com três unidades móveis de geração e produção via satélite, o que permitiu à Canção Nova a cobertura nacional.

No Brasil, o sinal é transmitido por 86 operadoras de TVs a cabo e, no exterior, o sinal via satélite cobre a América Latina, os Estados Unidos (incluindo o Alaska), a Europa,

parte do Oriente Médio, o Norte da África e o Canadá. Além disso, toda a programação pode ser acompanhada em tempo real pelo portal Canção Nova.

Essa emissora possui na sua grade de programação um programa de debate, o *Em Pauta*. Segundo o seu sítio institucional os episódios são de cunho jornalístico, refletindo os temas atuais, com a promoção debates por especialistas. Ele não é produzido na sede da emissora em Cachoeira Paulista (SP), mas nos estúdios da TV Canção Nova em Belo Horizonte. Alguns temas já abordados pelo programa foram o aborto, sexualidade humana, lei de biossegurança, transgênicos, eleições, Campanha da Fraternidade, família, Aids, etc.

O programa conta com a participação cativa do (b) Frei Antônio Moser¹⁰ que foi diretor-presidente da Editora Vozes, doutor em Teologia Moral e assessor da CNBB para assuntos de Bioética. O âncora é o Padre Hamilton do Nascimento, e sempre é convidado, um membro rotativo, especialista acadêmico da área do direito ou das ciências sociais para participar dos episódios

O “Em Pauta” está no ar há nove anos, sempre às sextas-feiras às 22:30 pelo canal UHF. Como seu nome mesmo diz, o tema de seus episódios é o que está “em pauta” na discussão política da sociedade brasileira.

3.2 A dinâmica do “Em Pauta” e seus participantes

O programa possui um cenário simples: uma televisão no fundo escrita “Em Pauta” e três púlpitos com bancos. O programa é apresentado pelo “âncora” Padre Hamilton Nascimento, Sacerdote da Diocese de Lorena - SP. Ele é mestre em teologia (FAJE-Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte) e professor no Instituto de Teologia Bento XVI.

Outro membro permanente do “Em Pauta” é o frei Antônio Moser. Ele possui uma relevante formação em teologia, publicou diversos livros e ocupa cargos importantes em empresas ligadas a Igreja Católica. Sobre sua formação intelectual, como graduação ele estudou Filosofia e Teologia em Petrópolis e cursou a licenciatura em Teologia em Lyon na França. Cursou doutorado em Teologia, com especialização em Moral, na Academia

¹⁰ O frei Antônio Moser faleceu em uma tentativa de assalto em março de 2016. Após o seu falecimento repentino o programa foi suspenso e não é mais transmitido.

Alfonsianum em Roma. O título da sua tese doutoral é “O compromisso do cristão com o mundo na teologia de M.D. Chenu”.

Possui experiência em docência, durante 10 anos lecionou teologia como professor na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro tanto na graduação como na pós-graduação. Além disso, tem passagens como professor convidado na Universidade Católica de Lisboa, em Portugal, e na Universidade de Berkeley nos Estados Unidos. Como publicações editoriais, é autor de 25 livros, principalmente, sobre teologia moral e bioética.

Até o seu falecimento foi Diretor Presidente da Editora Vozes, professor de Teologia Moral e Bioética no Instituto Teológico Franciscano (ITF) em Petrópolis, Pároco da Igreja de Santa Clara, coordenador do Comitê de Pesquisa em Ética da Universidade Católica de Petrópolis (UCP).

Ambos, o Padre Hamilton e o Frei Antônio Moser, apesar de serem membros da igreja Católica, no programa se apresentam em trajes civis: camisa sem gravata, paletó e calça social. E eles ao se referirem a audiência a chama de telespectador, e não de católicos ou qualquer designação dada a frequentadores da igreja. Isso indica a proposta do “Em Pauta” a se dirigir ao público em geral e não apenas católico, o que traz a implicação que o programa constrói como audiência, pelo menos em possibilidade, qualquer um.

Além dos membros permanentes temos um convidado por episódio que, normalmente, é da área das Ciências Sociais ou do Direito. Todos com uma relevante vida intelectual e acadêmica. No caso deste capítulo trabalharemos, principalmente com quatro episódios, e sendo assim, quatro convidados. No episódio “*Eleições: para onde queremos ir?*” De setembro de 2013 o convidado foi o professor doutor Pedro Gustavo Fernandes Assone Arruda. Esse convidado é Bacharel em Direito, mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista e doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP. Atualmente é professor de ensino superior da mesma universidade onde se doutorou.

Em outro episódio utilizado para a nossa análise com o título de “*Reforma política: ainda é possível fazer uma?*” De outubro de 2013 participou o Alberto Luís Mendonça Rollo. Ele é advogado especialista em direito eleitoral, formado em direito, ciências econômicas e administração de empresas. Também é mestre em Direito Constitucional pela PUC/SP e membro da comissão de direito eleitoral pela Ordem dos Advogados do Brasil.

No episódio “*Manifestações: quais são as causas?*” De julho de 2013 participou o Dr. Sabino José Fortes Fleury. Ele é bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade

Católica de Minas Gerais e em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. Kursou o mestrado em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas e é especialista em Assessoramento Parlamentar Avançado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre em Administração Pública pela Escola de Governo Prof. Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro. É, também, doutor em Ciência Política pela UFMG. Ocupa, desde 1991, o cargo Analista Legislativo na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), tendo exercido a função de Gerente-Geral da Consultoria Temática da ALMG entre 1997 e 2007. Atualmente é Diretor de Processo Legislativo dessa mesma instituição.

E por fim, no “*Pós manifestação: estamos no começo de mudanças realmente significativas?*” de agosto de 2013 o convidado foi o Dr. Malco Braga Camargos. Ele possui graduação em Ciências Sociais UFMG, mestrado em Ciência Política pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ (1999) e doutorado em Ciência Política também pela SBI/IUPERJ. Atualmente é proprietário do Instituto “Ver, Pesquisa e Estratégia” e professor assistente da PUC-MG. Pesquisa na área de motivação do voto e é especialista em análise de estratégias e cenários políticos eleitorais.

Como podemos notar, o programa se serve de convidados com relevante atuação acadêmica sobre a área do Direito e da Ciência Política. Todos eles são especialistas, podemos afirmar, com legitimidade conferida pelos saberes dessas áreas para argumentar sobre a realidade brasileira. Do mesmo modo, os membros permanentes, o Padre Hamilton e o frei Antônio Moser, também possuem destacados títulos acadêmicos na área de Teologia.

Esses participantes, como poderemos notar, produzirão um modelo societário com repertório calcado fundamentalmente no linguajar acadêmico, o que implica um “tom” didático professoral a esse *texto*. Como será demonstrado abaixo, a posição discursiva presente em programas na forma debate sujeito da experiência tem função bem reduzida, para não dizer, quase nula para efetivação desse ordenamento social.

Com essa configuração o “Em Pauta” constrói um modelo societário. É importante ressaltar que no âmbito do programa não há, necessariamente, debates. Os atores, normalmente, concordam e trabalham suas falas no mesmo registro argumentativo. Selecionamos somente quatro episódios, nesse momento, pois eles se repetem com falas próximas ou muito parecidas. E como veremos, mesmo mudando o especialista da área do Direito e da Ciência Política, as construções discursivas são próximas. Ou seja, mesmo esses especialistas e os especialistas em Teologia, cumprem funções semelhantes. Em muitos casos, o especialista em Teologia faz indexações Políticas e, em outros, o especialista da Política faz

indexações Teológicas. Com a pequena exceção do âncora do programa, o Padre Hamilton que, além de discursos sobre Política e Teologia, apresenta os convidados e gerencia os tempos de fala, todos exercem os mesmos papéis.

Neste capítulo trabalharemos com quatro episódios do segundo semestre de 2013 com os temas: dois sobre as grandes manifestações ocorridas em julho daquele ano que tiveram repercussão na mídia; um sobre a necessidade de se uma reforma política no Brasil; e por fim, sobre a última eleição presidencial.

Para facilitar a exposição, dividimos essa construção sociológica do “Em Pauta” em quatro momentos argumentativos. Esses momentos não são de aparecimento cronológico no programa, mas sim de exposição analítica para facilitar a compreensão do funcionamento dessa ordem social.

Esse programa produz um modelo social que divide a sociedade em três esferas: o Estado, a sociedade civil, e o que eles denominam de “sociedade propriamente dita”, ou esfera privada. Todos os episódios que possuem com tema a política institucional brasileira realizam os mesmos procedimentos para a construção da realidade, com exceção quando o assunto tratado é sobre liberdade individual, como as questões sobre gênero e sexualidade. Nessas polêmicas o procedimento altera um pouco, mas mantêm a lógica desse modelo. Veremos no final do capítulo as implicações disso, que resumidamente aponta como esse ordenamento social anula as participações dos “sujeitos da experiência” e produz, assim, uma sociedade onde esses sujeitos são sem agência.

Então, nos episódios sobre política, independente do título do episódio a questão social construída pelo programa é a mesma: a sociedade brasileira passa por um *déficit democrático* e as medidas necessárias para sermos uma sociedade mais justa passa pelo protagonismo da igreja Católica.

Nesta perspectiva, apresentaremos o proceder desse modelo societário, primeiro, pelo “diagnóstico político” do Brasil com seus problemas por meio de um ideal normativo que orienta a análise do “Em Pauta” (1). Após isso a apresentação das “resoluções” para esses problemas, segundo o programa (2). Depois daremos ênfase nestas resoluções do papel da igreja Católica na sociedade civil (3) e, por fim, de como se define a cidadania (cristã) neste modelo teórico (4).

3.2.1 Diagnóstico Político:

Como demonstraremos neste capítulo a construção sociológica do mundo social feita pelos atores do “Em Pauta” é realizada a partir de um ideal normativo de “bem comum”. Isto é, uma visão de como a sociedade deveria ser construída para que tenhamos uma plena justiça social. Nesses modelos há uma contradição entre o modelo teórico – que possui um critério de justiça - e a própria realidade – injusta -, pois os processos sociais efetivos não podem cumprir todos os requisitos prometidos pelo ideal normativo. Dentro desse processo, os atores formulam diagnósticos para a resolução dos entraves sociais para a efetiva realização da justiça dentro do critério normativo proposto.

O nosso argumento neste capítulo é que o programa “Em Pauta” constrói um ordenamento social na qual há uma tensão entre um *dever* – como deveria ser a política brasileira - e a realidade – como ela realmente é. Nesse mundo social em transformação, segundo essa produção televisiva, a igreja Católica, como membro uma entidade da sociedade civil, tem o papel de protagonista. É dela que se tira o exemplo para a transformação, os valores que deveriam imperar nas condutas dos cidadãos e o princípio fundamental de cidadania - o compromisso com a nação democrática.

O ideal normativo que rege o “Em pauta” foi expresso pelo Padre Hamilton, o âncora do programa, no episódio “*reforma política: ainda é possível fazer uma?*” de maneira explícita e direta: “sabe-se que a política é arte de se fazer o bem, o bem comum, isso vem desde a Grécia antiga. Esse ideal não pode ser perdido. [...]”.

Interessante notar que a princípio a visão normativo deles é secular, já que não é pautada pela justiça divina, mas pela justiça feita entre homens. O que nos diz esse princípio, é preciso buscar a justiça, em um sentido social entre os homens. Essa “arte de se fazer o bem” vem antes mesmo do cristianismo. No entanto, veremos mais adiante que a religião tem importantes funções a desempenhar desde a Grécia antiga.

Voltemos a fala do Padre, ele continua delineando o ideal normativo: “[...] é a Política que de fato constrói a sociedade, que a faz se organizar; e que possa progredir, avançar em todos os campos.[...]” Ele expõe como princípio ordenador as regras da Política, ou seja, da forma que os homens se organizam. Esse princípio, como afirmado, é laico, pois não é a regra divina que pode ordenar os homens, mas são as regras firmadas entre os homens.

Pensado desse modo, não são os princípios religiosos o centro articulador que rege o mundo social. Assim, essa noção abre espaço para as intervenções nos processos sociais de todos os atores sociais, religiosos ou não. Nesse sentido, a *Polis Laica* do “Em Pauta” tem caráter *universalista* – importante ressaltar para depois compararmos com outros modelos societários de outros programas.

Dentro desse ideal, o programa trabalha com uma concepção de Estado em que há uma separação institucional entre Estado e igrejas. Como afirma o doutor em Ciências Sociais, de maneira assertiva, Pedro Arruda, no episódio “*Eleições: para onde queremos ir*”, no Brasil o Estado é laico, ou seja, não existe uma religião oficial do Estado e a religião é questão de foro íntimo. No mesmo sentido, o Frei Antônio Moser complementa no mesmo episódio que não tem dúvida nenhuma que as várias igrejas têm um papel fundamental sociedade, mas não se pode confundir religião com Estado, pois estamos no estado laico e isso significa que todas as religiões têm que ser respeitadas. Nesse modelo, o Estado - as instituições governamentais - não é *lugar* da religião e não se pode confundir a esfera do Estado com religião. E por isso, não é nessa esfera que se dá a atuação da Igreja. Como veremos adiante a Igreja está dentro da sociedade civil.

Dentro desse ordenamento social, em que as regras do político são construídas entre todos os homens e o Estado é afirmado como laico, o programa faz um *diagnóstico* acerca do processo de democratização na sociedade brasileira. Para o “Em Pauta”, vivemos no Brasil um *déficit democrático* que possui dois desdobramentos: um, no plano da política institucional do Estado – não há uma verdadeira alternância do poder; e outro, na organização da sociedade civil – não há *corpos intermediários* entre o Estado e a população que garanta uma efetiva participação popular nas decisões políticas. Nesta perspectiva, o Brasil precisa de mudanças estruturais e repensar o seu modelo de governo, no sentido que não apenas abarque as instituições políticas, mas também aprofunde a participação da população nas decisões sobre os rumos da sociedade.

Abordaremos primeiro o plano institucional. Segundo o Doutor em Ciência Política Camargos, no episódio “Pós-manifestações” “é fundamental que tenha oposição a qual dispute os espaços com a situação dos melhores resultados”. Quando a política não é questionada ou quando um governante não é questionado, “ele tende a deitar em berço esplêndido.”

Segundo o diagnóstico, no Brasil não há alternância de poder porque há uma confusão entre situação e oposição. Nosso sistema presidencialista de coalisão¹¹ produz configurações confusas como base aliada do governo e os partidos políticos não têm identidades programáticas próprias. Como afirma o Frei Moser no Episódio *“Eleições: para onde queremos ir?”*:

Agora no tocante a questão da alternância de poder eu acho que a gente tem que aprender com a história. [...] em outras palavras, a alternância eu acho que é essencial a verdadeira democracia. Então a reforma, me parece, que passa pela alternância, é muito mais pela mudança da concepção do que é governar um país e, sobretudo, dentro do nosso contexto, é uma confusão tão grande. Porque no fundo você não tem praticamente um partido completo, mas tem vinte partidos, trinta partidos, que é base aliada. Chega ao fim você pergunta quem é o que, situação ou oposição. Eu acho que tem que ser repensado por aí. Como estruturar programas de governo sobre os quais nós iremos nos pronunciar. E não tanto contra fulano e sicrano. A gente tem que pegar as coisas mais profundas.

Ele faz o diagnóstico de que não temos na política brasileira uma verdadeira oposição ao governo. Ou melhor, a base aliada é tão confusa que é difícil detectar quais são os partidos da oposição ou da situação. E os partidos são identificados por critérios personalistas, identificamos figurões ao invés de projetos políticos. Em outro episódio, no “Pós-manifestações” ele vai além, na democracia o articulador de mudanças positivas são os conflitos.

Segundo o Frei, talvez seja para alguns um sonho ter uma nação pacificada. No entanto, quando se olha mais afundo na existência e na história humana, percebe-se que certa harmonização nem sempre é produtiva, ou seja, certos conflitos ou tensões empurram para frente a sociedade em busca de melhorias. No contexto de presidencialismo de coalizão, a base aliada talvez tenha sido uma conquista, para alguns, no sentido de uma harmonização. Entretanto, essa harmonização é mais aparente do que real, porque os interesses dos muitos partidos estão vivos e de vez enquanto isso vai aparecer nas disputas.

¹¹ Segundo Limonge & Figueredo (1998) O “presidencialismo” é o sistema de governo no qual o chefe do Executivo é eleito diretamente pelo sufrágio popular e tem um mandato independente do Parlamento. A origem do presidente e do Parlamento (os deputados e senadores) são distintas, o eleitor sempre pode optar por eleger um presidente de um partido e um representante parlamentar de outra agremiação. E “coalizão” refere-se a acordos entre partidos (normalmente com vistas a ocupar cargos no governo) e alianças entre forças políticas (difícilmente em torno de ideias ou programas) para alcançar determinados objetivos. Em sistemas multipartidários, nos quais há mais do que dois partidos relevantes disputando eleições e ocupando cadeiras no Congresso, dificilmente o partido do presidente possuirá ampla maioria no Parlamento para aprovar seus projetos e implementar suas políticas. Na maioria das vezes a coalizão é feita para sustentar um governo, dando-lhe suporte político no Legislativo (em primeiro lugar) e influenciando na formulação das políticas (secundariamente). Assim, alguns partidos, ou muitos, dependendo da conjuntura política, se juntam para formar um consórcio de apoio ao chefe de governo, denominando-se base aliada.

Importante ressaltar que para ele o conflito é inerente a democracia e possui caráter positivo. Para o programa, esse problema não é recente fruto do atual governo do Partido dos Trabalhadores, partido da presidente da república naquela época. O âncora, Padre Hamilton, no episódio “Manifestações: quais são as causas?” faz uma explicitação dessa questão da democracia não é um problema pontual:

[...] Muito se esperou que o Brasil mudasse através de partidos, ideologias. Existia um partido anterior, o PSDB¹² que governou o país fez algumas coisas. Depois um partido popular, o PT que afirmou que quando assumir o governo o país vai mudar. Vai melhorar para os pobres porque eles serão contemplados. No que a gente repara que nessa alternância de poder, certo descaso, um desdém, por volta disso é corrupção é desvio, é obra super. Faturada [...]

Para Hamilton, o problema não está inserido apenas no atual mandato presidencial. Essa estrutura de governo é também de quando outro partido político, o PSDB, estava no governo. Nesta perspectiva, o Frei no mesmo episódio afirma que a alternância do poder é uma ilusão porque não houve realmente, já que na base aliada estão sempre os mesmos políticos. Como afirmou o Hamilton, troca-se de sigla, mas na realidade são sempre os mesmos personagens. Nesse sentido, é preciso repensar a maneira de se organizar os partidos, pois pensa ele, essa organização deveria se dar em torno de propostas, e não em torno de pessoas.

Somado a essa questão da alternância no poder está uma falta de participação de parcelas significativas da população brasileira nas decisões políticas. Segundo o Dr. Pedro Arruda no episódio “Eleições” o processo político é complexo e não somente se resume ao ato de votar. A política no sentido estrito é apenas o ciclo eleitoral. As pessoas não deveriam apenas depositar o voto na urna a cada quatro anos, mas cobrar os governantes durante o mandato. As decisões políticas mais importantes são pautadas pelo grande capital, por aquelas empresas que financiam as campanhas eleitorais, e que, por isso, determinam as tomadas de decisões mais relevantes. E essas decisões são agenciadas “de cima para baixo”, seladas nos bastidores entre quatro paredes onde a população dificilmente participa.

Dr. Fleury no episódio “Manifestações” argumenta no mesmo sentido. Para ele, uma das características da modernidade, pelo tamanho da sociedade de estrutura complexa, é

¹² (Partido da Social Democracia Brasileira)

a existência da representação. Isto é, ao mandato que se dá a determinadas pessoas para exercerem a atividade cotidiana do poder em nome da população. No entanto, há problemas para a fiscalização do governante fora do período eleitoral. É preciso que o representante seja responsabilizado não apenas do momento da eleição, de quatro em quatro anos. Mas, é necessário que haja mecanismos de responsabilização do governante durante o exercício do mandato, para que percebam a voz do povo e modifiquem, se assim for o caso, os rumos políticos durante o exercício do poder. Esses mecanismos devem ser parte do próprio Estado, e não apenas uma atitude do governante. Além disso, o Estado deve fornecer a sociedade instrumentos de informação para que a ela acompanhe o exercício da política no dia-dia.

No diagnóstico da falta de participação da população nas decisões políticas, além da falta de mecanismos de regulação dos governantes, temos também uma falta de representatividade política que abarque a heterogeneidade da população. Segundo doutor Arruda no episódio “Eleições”, nas manifestações de junho de 2013 havia, em outras coisas, um sentimento de que essa democracia representativa, com modelo de participação indireta, não atendeu a todas as exigências da maioria da população. A correlação de forças entre grupos, ou entre as classes sociais, no congresso nacional não representa exatamente os interesses de todas as camadas da sociedade. Porque muitos grupos e categorias profissionais estão sub-representados, outras têm uma sub-representação. Assim, muitas decisões políticas que são tomadas pela maioria parlamentar não correspondem a vontade da maioria da população brasileira.

O Frei argumenta na mesma direção no episódio “Pós-manifestações” que os partidos não tem identidade programática, mas personalista e a maioria da população não se sente representada, já que eles abandonam a bandeira inicial e os propósitos de promessas na primeira oportunidade. Além de algumas fisionomias estão eternamente no poder.

E assim o programa constrói o diagnóstico dos problemas da democracia brasileira no plano institucional. Esse é o quadro político institucional: por um lado, não há uma efetiva alternância no poder, a alteração de siglas no mandato do governo mantém a mesma estrutura, onde reina uma confusão para se definir quem é oposição ao governo e situação; por outro, como a população não possui mecanismo de fiscalização dos governantes, ela somente participa da política no período eleitoral; e para completar, não há uma efetiva representação política de parcelas significativa da população, já que o processo eleitoral brasileiro é pautado pela força financeira das campanhas.

Além do diagnóstico no plano institucional, o “Em Pauta” também traça os problemas na sociedade civil. Em um primeiro momento pode parecer simplório o diagnóstico, já que passa pela constatação da desorganização desse plano. No entanto, como veremos mais adiante, é na sociedade civil onde está a resolução dos problemas do *déficit democrático* da sociedade brasileira. Segundo essa produção televisiva, deve ser a sociedade civil organizada a cobrar os governantes, independentemente de partido político, e auto representar suas demandas políticas, por meio do protagonismo católico.

O Frei explicita sua visão como está a organização da sociedade civil no episódio “Reforma Política”. Para ele, no Brasil, não há *corpos intermediários* entre o Estado e a população propriamente dita. Não são os partidos figurarem como esse intermediário. E as associações de moradores e os sindicatos, por exemplo, não funcionam como pressão aos governantes. Se existem eles foram absorvidos pelo Estado, e não mais representam uma busca do bem-estar, a partir das bases.

Em outro episódio, no “Pós-manifestações”, ele argumenta de forma muito semelhante: há a necessidade da volta dos movimentos populares que foram absorvidos pelo Estado, não há um sindicato realmente consistente e, as associações de moradores desapareceram.

O dr. Camargos, no episódio “Pós-manifestações”, e o especialista em direito eleitoral Rollo, no episódio “reforma política”, também argumentam na mesma direção. Para o dr. Camargos, os movimentos sociais foram cooptados pelo governo federal e, por isso, não exercem efetivamente nenhuma pressão política. E segundo Rollo, os grupos de pressão estão desorganizados não tendo, portanto, nenhuma relevância política.

Esse é o panorama do diagnóstico do problema na sociedade civil, uma completa desorganização. Apesar da constatação aparentemente simples, mais adiante veremos que esse plano possui uma configuração complexa para aprofundamento da democracia, por causa de necessidade da atuação religiosa católica. Mas antes iremos apontar em linhas gerais, segundo o “Em Pauta”, como resolver as principais questões desse diagnóstico político geral.

3.2.2 Resolução dos problemas

Neste ponto começaremos a traçar as resoluções dos problemas presentes no diagnóstico político do programa “Em Pauta”. De um modo geral, no plano institucional precisaria haver uma despersonalização do processo político – a pauta política não deveria ser dada por pessoas dotadas de carisma, mas por projetos políticos - e uma descentralização do poder – haver uma alternância do poder. Sobre a personalização do poder, ressaltamos a fala do doutor em ciência política Fleury no episódio “Manifestações”:

[...] basta você abrir caminho para pessoas ou grupos oportunistas, eu pessoalmente eu não gosto de ninguém que venha com uma ideia salvadora. Messias foi só um, apesar de haver muitos candidatos a messias em todos os tempos a salvadores da pátria, isso gera normalmente uma ação política ruim. [...]

O que chama a nossa atenção nessa fala é a indexação de um ideal político de despersonalização da política de modo teológico. Doutor Fleury, o especialista “secular” desse episódio, lembra que a personalização é ruim, pois Salvador, ou Messias, foi um só. E quem se passa por esse papel são oportunistas que geram uma ação política ruim. Essa indexação, de um ideal político de modo teológico, será a tônica desse modelo societário daqui para frente. Esse é o *modus operandi* do “Em Pauta” para a resolução dos problemas políticos brasileiros.

Expusermos essa fala do especialista “secular” para ilustrar que essa lógica argumentativa, no âmbito do programa, não é exclusiva dos especialistas em Teologia. De todo modo, essa produção televisiva elenca um conjunto de medidas para a resolução do diagnóstico político, dentre eles a falta de uma oposição no país. Para o Frei no episódio “Reforma Política”, isso poderia em parte ser solucionado se houvesse uma descentralização institucional em relação aos poderes do governo federal.

Segundo ele, teríamos que caminhar em uma maior federalização. Não no sentido de simplesmente romper as unidades da federação. Na argumentação, ele faz um paralelo com empresas do setor privado. Nelas há vínculos entres as diversas áreas, se um diretor quiser decidir tudo sozinho, a empresa não dá certo, pois ele não domina toda a complexidade da organização. Do mesmo modo, o governo, se tudo for centralizado, dependendo apenas de uma assinatura no palácio presidencial, estaria perdido, já que o presidente não teria a mínima possibilidade de conhecer a complexidade de toda a nação. Nesse sentido, teríamos que ir em direção a uma maior descentralização sem perder os vínculos de sermos uma só nação. Nesse sentido, é preciso repensar a maneira de se organizar os partidos, pois pensa ele, essa

organização deveria se dar em torno de propostas, e não em torno de pessoas. E cada estado e município teria autonomia para gerenciar os seus recursos.

Outra medida no plano institucional seria uma maior transparência por parte do Estado nas ações do governo. Segundo doutor Fleury no episódio “Manifestações”, é preciso que os governantes usem os canais institucionais que já existem, mesmo que funcionem mal. Dessa forma, eles deveriam ser aperfeiçoados para que os governantes exponham para sociedade, sem receios, aquilo que efetivamente estão fazendo, inclusive as falhas e as dificuldades.

Segundo ele, isso é possível de ser realizado em curto prazo, pois já há mecanismos institucionais, legais e tecnológicos, com a internet, que permitem que isso aconteça. Isso seria fundamental para o aperfeiçoamento da democracia, o acompanhamento das políticas públicas por parte da população. Assim, os governantes expondo o que estão fazendo, receberiam críticas para depois corrigirem seus rumos políticos.

Além disso, para ele, o Estado deveria dar a possibilidade da participação da população por meio da sociedade civil através de conselhos que também seriam instâncias atuantes no planejamento e na elaboração das políticas públicas. Assim, daria legitimidade/para que as pessoas participem dentro do estado, criando mecanismos institucionais de interlocução com a sociedade. Nesse sentido, haveria possibilidade de caminharmos na direção de darmos mais força para população participar nas decisões do governo.

O doutor Pedro Arruda no episódio “Eleições” argumenta na mesma direção. Para ele, é interessante estimular as formas de participação mais direta da população, como, a implementação de um orçamento participativo, onde a população possa definir a destinação dos recursos arrecadados pelas unidades da federação, para que a definição das prioridades não fique só nas mãos dos governantes.

Essas seriam de um modo geral, as soluções para os problemas da democracia brasileira no plano institucional: uma política pautada por projetos e não por carismas de políticos; uma maior descentralização do poder; e uma maior transparência por parte do estado. No entanto, ainda fica a questão de como realmente conseguir essas mudanças no plano político institucional. Para o “Em Pauta”, essas mudanças somente são possíveis com uma participação popular, no sentido de pressionar os governantes que tomem as medidas necessárias.

Nesta perspectiva, as resoluções destas questões passam pela organização da sociedade civil para que as aspirações da população cheguem ao Estado. Assim, este plano,

para o programa, é foco de onde as questões fundamentais da política brasileira podem ser resolvidas.

Nesse ponto a indexação dos ideais políticos por teológicos ficam mais evidentes. O principal, digamos, teórico utilizado, principalmente pelo Frei Antônio Moser, para justificar os seus posicionamentos políticos é o papa Leão XII¹³. Ele afirma no episódio “Eleições” que não basta alternância no poder para uma efetiva participação popular. Tem que haver corpos intermediários:

[...] não basta tocar A por B. Aí começa modelos, mas que modelos? Onde haja efetiva participação maior da população. Não com assembleias, mas a população através do que, desde Leão XIII de 1891¹⁴, se chama corpos intermediários, ou seja, entre o poder e a população tem que haver uma organização espontânea, não ditado de cima pra baixo, mas que represente esses anseios, canalize e purifique, porque muitas vezes são coisas assim que não tem muita consistência [...].

Segundo ele, esses *corpos intermediários* possuem funções fundamentais para a democracia. Eles seriam a instância social de aglutinação das aspirações políticas da população, de modo que elas sejam depuradas. Além disso, importante ressaltar, que a organização da sociedade civil não seja ditada pelo Estado, mas de modo “espontâneo” pela igreja Católica. Mais à frente veremos qual é o sentido de “espontâneo”, que exclui às instituições políticas para afirmar igreja Católica como protagonista.

No episódio “Reforma”, Padre Hamilton dá pistas sobre esse protagonismo ao afirmar que essa expressão, *corpos intermediários*, é utilizada há bastante tempo pelo Frei e é um meio de *comunhão*. Isto é, de a população estar junto com o auxílio da igreja Católica. Desse modo, os *corpos intermediários*, por um lado, não permitem que a sociedade “adormeça” ou caia na passividade, e por outro, coloca a população “na porta dos governantes e dos políticos”, para que seus anseios sejam atendidos.

¹³ Nome de batismo Vincenzo Gioacchino Raffaele Luigi Pecci Prosperi Buzzi, nascido em 1810 e faleceu em 1903. Foi papa de 1878 até sua morte.

¹⁴ Segundo o site do vaticano (http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html), é o ano de publicação encíclica “Rerum Novarum” (coisas novas): é uma encíclica escrita pelo Papa Leão XIII no dia 15 de Maio de 1891. A encíclica trata de questões levantadas durante a revolução industrial e as sociedades democráticas no final do século XIX. Leão XIII apoiava o direito de os trabalhadores formarem sindicatos, mas rejeitava o socialismo e defendia os direitos à propriedade privada. Discutia as relações entre o governo, os negócios, o trabalho e a Igreja. A encíclica critica fortemente a falta de princípios éticos e valores morais na sociedade de seu tempo e laica, uma das grandes causas dos problemas sociais. O documento papal refere alguns princípios que deveriam ser usados na procura de justiça na vida industrial e socioeconômica, como a melhor distribuição de riqueza, a intervenção do Estado na economia a favor dos mais pobres e desprotegidos, a caridade do patronato aos trabalhadores.

Segundo o Frei, no mesmo episódio, a própria igreja Católica é governada nesse momento por esses princípios:

[...] olha o Papa Francisco, eu não quero governar sozinho, aí vocês bispos vocês dão jeito aí. Eu não quero centralizar. Então eu começo por aí. Mas ele se inspira sabe em quem? No papa Leão XIII, 1891, *renum novarum*. Ele apregoa contra o capitalismo da época. Ele é terrível, ele é mais forte do que Marx. A sua linguagem é contundente. Ele diz tem que haver corpos intermediários, ou seja, representatividade dentro da sociedade. Mas realmente tem que haver. Eles enfrentam o governo se for necessário. [...]

Para ele, o formulador do conceito de *corpos intermediários* tem um caráter anticapitalista, inclusive o Papa Leão XIII foi mais incisivo do que o Karl Marx – considerado um dos teóricos revolucionário. Desse modo, o Frei indexa o Papa como um crítico social com teor revolucionário.

Nesta perspectiva, a noção de *corpos intermediários* seria um “remédio” que efetivaria a representatividade da população frente aos problemas institucionais da democracia brasileira. No entanto, nesse plano, na sociedade civil onde estaria essa noção precisa passar também por uma mudança de mentalidade.

O frei dá pistas do que seria essa transformação de mentalidade no episódio “Eleições”. Para ele, temos que repensar os grandes valores que são capazes de dar uma nova fisionomia, de orientação democrática, a nação brasileira. E esses valores seriam adquiridos, segundo o Padre Hamilton no episódio “Reforma Política”, entre outros meios, pela “conversão do coração”, para atingir uma transformação de mentalidade.

Portanto, essa mudança de mentalidade, segundo o “Em Pauta”, seria uma conversão que daria acesso a determinados valores necessários para o bom funcionamento democrático da sociedade civil. Segundo o Frei no episódio “Reforma Política”, neste momento, há uma deturpação de valores. A primeira constatação é sobre a corrupção generalizada, “de cima pra baixo, mas também de baixo para cima”, isto é, no governo, mas também na sociedade civil. A falta de valores é imensa e “todo mundo passa a perna em todo mundo”. Assim, tem que haver uma reforma de mentalidade, no sentido de honestidade, de ética e etc. A segunda constatação é a falta de compromisso da população em relação a nação, pois é preciso criar uma consciência política. Argumenta ele que votar não é obrigação, somente porque está escrito na lei, mas um compromisso com a comunidade. Nesse sentido, essa obrigação é moral, participar dos processos de gestão do país. É uma obrigação moral a pessoa participar da transformação da sociedade.

Antônio Moser no episódio “Manifestações” lembra que a constituição começa em nome de Deus, mas todo poder emana do povo e por ele é exercido. Estaria na hora, portanto, dentro dessas diretrizes, do povo efetivar esse preceito. E de algum modo ele está mostrando, pelo menos nos momentos das grandes manifestações de julho de 2013, que quer dar esse passo. Ele acredita que esse é o despertar da nova consciência política com responsabilidade perante a comunidade.

Se vivemos um momento de crise, segundo o diagnóstico político do “Em pauta”, isso pode ser transformado em algo positivo. Segundo Frei Moser nesse mesmo episódio, vem do grego do Krinem, que ajuda discernir, aquele processo de purificação. Nesse sentido, as crises podem ser muito positivas: em nível pessoal, quando uma pessoa entra em crise para reencontrar o caminho, em nível de igreja uma crise é muito boa para despertar a força do evangelho; da mesma forma uma crise social é positiva desde que seja aproveitada e que seja bem conduzida.

Até este ponto vimos em linhas gerais as resoluções dos problemas do diagnóstico político do “Em Pauta”. Analisamos como há uma indexação teológica a ideias políticas. Assim, a noção de corpos intermediários é fundamental para a organização da sociedade civil, junto com uma mudança de mentalidade. Agora olharemos de mais próximo essa indexação e analisaremos mais detidamente o protagonismo da igreja Católica na sociedade civil.

3.2.3 Papel da igreja Católica na sociedade civil

Neste momento analisaremos a articulação da igreja Católica e sociedade civil feita pelo programa “Em Pauta”. Nesta perspectiva, quando se pensa nessa articulação é preciso reconhecer a sua profundidade histórica. Como bem lembra o Padre Hamilton no episódio “ Pós-manifestações” a igreja Católica milita no campo social a bastante tempo. No Brasil, sobretudo a partir de 1964, os movimentos sociais tiveram uma forte atuação da igreja Católica.

Segundo ele, muitos movimentos sociais na década de 60 e 70 começaram por causa da atuação da Igreja. Alguns tinham um caráter iminentemente eclesial, mas com uma tônica de transformação social.

E na atual conjuntura, para ele, a Igreja também é atuante. No tocante as manifestações de julho de 2013, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) emitiu uma carta de apoio. Se em um segundo momento ela preferiu silenciar essas movimentações populares foi devido aos atos de predação e vandalismo que ocorreram.

Nesse sentido, de reconhecer que a Igreja é atuante na sociedade civil, no mesmo episódio, o Frei afirma que a igreja Católica, apesar de ser criticada por alguns de ser conservadora, em termos sociais é muito avançada. Para ele, se as políticas públicas levassem mais em conta a doutrina social da igreja teríamos resultados sociais mais satisfatórios. Segundo ele no mesmo episódio:

[...] queria dar um exemplo, sobre a propriedade particular. A igreja lá em 1891 defendia, porque lá no contexto do marxismo aquilo tudo. Mas o nosso beato Joao Paulo II numa de suas encíclicas ele diz a propriedade tem um caráter eminentemente social. Gente, isso é uma revolução. Quer dizer a igreja está atenta. Ou então na *labore exercebamur*, é muito interessante, nós temos que ir à luta, mas não contra, mas a favor da justiça. Ir a favor de uma mudança. Nesse sentido a igreja apoia evidentemente esses movimentos desde que não se transforme em baderna. [...]

Para Antônio Moser, mesmo o pensamento do Papa Leão XIII ser uma potente crítica social, ainda tinha um entrave em relação a função a propriedade privada. No entanto, esse entrave foi superado com o Papa João Paulo II, no século XX, já que foi repensado a função social para caráter eminentemente social.

Além da carta de apoio as manifestações de julho de 2013, Padre Hamilton no episódio “Eleições”, traz à tona o protagonismo da igreja Católica, notadamente pela CNBB, na promulgação da lei da ficha limpa. As diversas paróquias católicas pelo Brasil se mobilizaram para arrecadar assinaturas para a efetivação dessa lei. Agora essa mesma mobilização está em ação para lei de eleições limpas e de uma proposta de reforma política.

A igreja Católica se faz presente a algum tempo na sociedade civil, segundo o Programa, com essa breve memória demonstrou uma efetiva nisso participação e de algum modo, segundo o “Em Pauta”, a igreja contribui as discussões políticas como no caso da lei de ficha limpa. De alguma maneira incentivando os eleitores e a população a pensar e refletir sobre o processo eleitoral.

Outro modo da Igreja atuar na sociedade civil, segundo o “Em Pauta”, é pela força de seu exemplo na organização institucional. Nesse sentido, a Igreja seria um modelo no qual a sociedade deveria se espelhar.

No episódio “Reforma Política”, padre Hamilton traça paralelo entre sociedade e igreja. A igreja Católica também possui alas que pedem reformas institucionais no intuito de transformá-la em mais democrática. Até a eleição do Papa Francisco, a Igreja vivia um momento de estagnação e concentração, após esse período surgiram algumas “enfermidades”. No entanto, o Papa Francisco com muita humildade, mas também com muita coragem, como aquele que preside a igreja na caridade de forma universal, implementou essas reformas no sentido de abrir a Igreja num processo de democratização: as chamadas reformas da cúria romana; naquilo que se convencionou chamar de banco do vaticano, embora na verdade não seja um banco; e outros elementos. Nesse sentido, O papa está pautando reformas para a Igreja e isso soa ser uma boa influência para a sociedade.

Segundo o Frei, no episódio “Reforma Política”, existe um ditado teológico “ecclesia semper reformanda est” (A igreja tem que continuamente estar em reforma), ou seja, a história da Igreja está repleta de mudanças institucionais. Para ele, a primeira grande reforma começou com São Paulo contra São Pedro, afirmando a necessidade de pregar fora do mundo judeu para os pagãos. Ele lembra que já vivenciou algumas reformas. No passado já cantou a missa em latim e de costa para o povo.

O papa Bento XVI, segundo ele, teve um gesto profético de renunciar. O frei chega a sugerir que o mandato papal não deve ser vitalício, ao concordar com o anúncio do Papa Francisco de que não levará o seu mandato até a morte, ele também renunciará quando perceber não ter mais condições físicas.

A argumentação do Padre Hamilton vai na mesma direção no episódio “Pós manifestação”. Para ele, o testemunho que o papa Bento XVI continua sendo eloquente. Diz ele: “Porque imagine aquele que é o principal representante da igreja católica, denominado como sumo pontífice. Em determinado momento, reconhecendo que não tem mais condições renúncia. Demonstra em um gesto de humildade e desapego frente ao poder. ”

Essa constante reforma que a Igreja passa é um exemplo de como a sociedade precisa estar em constante transformação no sentido de maior democratização social. Esse é um dos papéis dessa instituição na sociedade civil. Tanto a igreja como a sociedade brasileira precisa estar se adaptando as novas realidades.

No entanto, essas formas de atuação pela mobilização na sociedade civil, como pela força do exemplo que dá a sociedade brasileira de instituição sempre em reforma, são mais superficiais sobre a articulação entre Igreja católica e sociedade civil, se comparada com a pretensão da igreja de ser a grande fornecedora de valores morais para a sociedade. Para o “Em pauta”, uma nação que é verdadeiramente democrática é aquela que carrega consigo

valores (morais). Vejamos mais de perto como Frei no episódio “Reforma Política” define essa relação:

Eu diria que uma verdadeira religião ela sempre carrega consigo valores. E como é que constrói ou destrói uma nação. É partir de valores. Eu gostaria de acessar para dois exemplos de construção e desconstrução de uma nação. Grécia antiga imagina um paisinho como é se construiu a seriedade, o pensamento, a filosofia, a religião, por que não? Mesmo os que se diziam ateus na época, a palavra dada, a honradez. Enfim uma série de valores. O que aconteceu. Na medida em que se perderam esses valores. A Grécia foi absorvida por Roma que trouxe os valores. O início do império romano, você tinha valores, palavra dada, comprometimento com pátria assim por diante. E depois lá pelo século IV por volta do V acentuadamente, os bárbaros vieram do Norte e destruíram Roma. Não! Os bárbaros estavam em Roma. Agora decadência total, da família, bebida, tudo quanto é tipo de vício. Evidentemente como é que eles lutaram com novas forças que iam surgindo. Queria chamar atenção para isto. Por exemplo, a questão da família, gente você pode ter uma compreensão eu diria relativamente elástica, mas sem família você vai para onde? Seja a família estrita, seja a família ampliada, mas é um fator importante. A verdade, a busca da verdade, depois também a palavra dada. Simplesmente não existe palavra dada, promete e compromete etc., mas não vale nada. Ou seja, você tem uma série de valores que estão unidos à religião. [...]

O primeiro ponto a ser notado, é que a verdadeira religião é aquela que carrega valores. Obviamente o modelo de religião que o programa emprega é o da igreja Católica. No âmbito do “Em Pauta”, muitas das vezes, ambos, religião e igreja Católica, são sinônimos. O segundo ponto, é que o que traz um total derrocada para as civilizações é a falta de valores morais-religiosas. Pelos exemplos históricos dados pelo Frei, isto está para além do próprio cristianismo. Terceiro, apesar de esses valores religiosos serem anteriores historicamente ao catolicismo, o frei Moser ao usar os mesmos valores – família, conduto sem vício, etc. – tanto na Grécia antiga, para o império romano, quanto para a atualidade, confere caráter de universalidade e atemporal para os valores religiosos católicos que devem conduzir a sociedade civil a democratização.

Em outro episódio, no “Manifestações”, o Frei explica como esses valores religiosos, sendo a igreja Católica a protetora deles, com uma metáfora. A Igreja seria como um grande farol dentro de uma condição de névoa e sombra em que não se vê muito bem para onde vai. A igreja tem essa luz do farol que é a luz do evangelho. Pois, segundo ele é a Igreja que porta os valores de respeito a pessoa humana e, principalmente, aqueles que estão enfrentando essa situação difícil ou são vítimas da realidade social e das injustiças.

Nesta perspectiva, para esse programa, uma nova consciência de orientação democrática é produzida por valores religiosos nos quais seu protetor é a igreja Católica. Como diz o Frei no mesmo episódio: “nós somos uma igreja que tem uma história e que tem

uma responsabilidade em transformar essa terra num lugar onde todos se sintam realmente amados, filhos e filhas de Deus”.

Assim, no âmbito deste modelo societário, a responsabilidade do cristão também tem uma conotação de cidadania. Para o Padre Hamilton, sobre a consciência política, temos que parar de pensar o homem religioso como um alienado. Pelo contrário, ele é alguém ciente de suas responsabilidades e de seus compromissos com a comunidade em prol de uma sociedade que proclame a igualdade, uma cidadania plenamente democrática.

Para concluir essa incursão na articulação entre sociedade civil e igreja Católica, ainda temos que olhar de perto o estatuto do cristão católico como cidadão na democracia.

3.2.4 O cidadão-cristão

Se nesse modelo, por um lado, o Estado *é* laico, ou seja, há uma separação clara entre Estado e igrejas, por outro, a sociedade civil produzida não é secular. Os “valores civis”, os compromissos de cidadania, e, a própria figura do cidadão são todos religiosos (cristão – católico). O protagonismo católico defendido pela “Em Pauta” produz, ao mesmo tempo, um estado sem igreja e uma sociedade religiosa. No entanto, ao se colocar no centro da sociedade civil a igreja, primeiro, retira o protagonismo de outros atores sociais nas ações políticas referente a esse domínio social, como os movimentos sociais; segundo, ela se auto declara “iluminadora” da sociedade, como fonte de esclarecimento e guia de valores ditos “democrático”.

Nesse sentido, uma das consequências desse modelo é um profundo rebaixamento dos “sujeitos das experiências” feitas de pessoas comuns na realização do Estado democrático de direito. Isso produz, então, um ordenamento social “sem sujeitos”, sem pautas sobre as liberdades individuais- como as questões que envolvem “gênero e sexualidade”. Mesmo ao pensar o católico na chave da cidadania, o conceito é abstrato e retratado de forma genérica. Nesse programa são usadas narrativas pessoais para indexar sentidos para o modelo societário. Por exemplo, segundo o Padre Hamilton no episódio “Eleições”, algumas pessoas dizem que a religião, provavelmente, com orientação marxista, é o ópio do povo, no sentido de ser um dos fatores de alienação sobre os processos efetivos do mundo social. Para elas, o religioso é uma pessoa meio alienada, que não está comprometida com o seu país, com a cidadania, com a construção de uma sociedade justa. No entanto, afirma o Frei no episódio

“Manifestações” que é a religião a semente de uma nova consciência, isto é, que ela diz respeito à responsabilidade do cidadão, mas também do cristão. Pois, o cristão é um cidadão desse mundo com uma perspectiva de eternidade, o que lhe dá luz para não cair na baderna e exageros. E por isso, ao mesmo tempo, consegue ver com profundidade o que é que está sendo exigido como cidadão e o que precisa ser feito.

E ainda segundo ele, essa nova consciência é política com P maiúsculo, e deve ser ensinada desde a primeira catequese para que a criança já saiba que ela também é corresponsável. Isso se chama graça, momento da graça e do pecado. Então, segundo o frei, a formação política deve ser realizada nas igrejas nos processos de catequização.

Porém, esse “cidadão” formado no catolicismo possui quase nenhum protagonismo de ação nesse ordenamento social. Ele deve ser impregnado pelos valores da igreja e seguir os seus ditames. Assim, esses sujeitos não possuem quase nenhuma relevância no ordenamento lógico desse modelo societário. Na intenção de demonstrar essa relação entre o protagonismo, ou melhor, a sua falta, dos “sujeitos da experiência” e o ordenamento social, analisaremos de perto quando o tema do episódio exigiria uma reflexão sobre esses sujeitos, uma vez que é relacionado a liberdade de modos de ser e estar na realidade.

Quando olhamos para episódios que tratam de gênero e sexualidade, por exemplo, a lógica do ordenamento social se mantém, porém, alocando o especialista do direito ou das ciências sociais como se fosse porta voz do Estado.

3.2.5 O sujeito da experiência na Laicidade Católica

Em junho de 2013 o tema do episódio do “Em Pauta” foi “Casamento Gay”, assunto debatido naquele momento no Brasil porque a união civil entre pessoas do mesmo sexo foi “oficializada” no mês anterior. O Conselho Nacional de Justiça, o CNJ, - entidade que fiscaliza as ações dos cartórios - publicou no dia 14/05/13 a resolução número 175 que proíbe as autoridades competentes a se recusarem a habilitar, celebrar o casamento civil ou converter união estável em casamento de pessoas do mesmo sexo.

O CNJ se baseou no julgamento do Superior Tribunal Federal que considerou inconstitucional a distinção do tratamento legal entre as uniões estáveis homo afetivos. E essa instituição se baseou também no julgamento Superior tribunal de Justiça que argumentou não haver obstáculos legais a celebração entre pessoas do mesmo sexo.

No dia desse episódio participou do programa, além do âncora, Padre Hamilton, e o membro cativo frei Antônio Moser, a Dra. Ana Carolina Brochado Teixeira- doutora em direito civil e professora no centro universitário UNA, de Belo Horizonte e leciona especificamente na área do direito familiar e sucessão. Nesse dia, um dos principais assuntos foi sobre o papel desempenhado pelo movimento social LGBTTTQ nas questões relacionadas aos direitos civis. O Frei Antonio Moser produziu uma argumentação negativa, indagado pelo Padre Hamilton, sobre esse movimento logo no início do episódio. Interessante como o Padre, como “âncora”, posiciona a fala do participante frente a uma das esferas do ordenamento social:

Padre Hamilton: mas será que o caminho, nós nos perguntamos enquanto sociedade civil, enquanto pessoas livres, será que esse seria o caminho, o caminho da obrigatoriedade, da determinação, posta pelo lobby gay, frei?

Frei Antonio Moser: o lobby não deixa ninguém discernir, esse é o problema. Então discernir, vem cá, procura aí alguém a ajudar a encontrar a sua identidade, senão você não vai se realizar. Vai ser infeliz não tenha dúvida nenhuma. [...]

Como podemos notar, Hamilton aloca a fala e argumentação de ambos como representantes da sociedade civil. Já com a doutora o procedimento é diferente. Mesmo ela não tendo nenhuma ligação concreta com o judiciário do Estado brasileiro e nem o representa em nenhuma instância, no andamento do programa ao argumentar de forma positiva sobre o movimento social LGBTQ, ela é alocada como porta voz da visão do Estado. A primeira fala dela sobre o assunto, de uma certa forma, surpreende o Padre:

Padre Hamilton: o tipo de coisa que aparentemente é bom, obviamente, mas tem elementos também que não são tão bons assim, o que a senhora diria desse lobby, portanto, o nome que convencionou usar, mas desses patrocínios, essa militância, para impor um pouco na força aquilo que deveria fluir mais de forma natural, forma mais conversada, dialogada.

Dra. Ana Carolina: na perspectiva jurídica do Estado, o lobby, as manifestações homo afetivas, elas vieram muito em função de seguidas decisões que não consideravam uniões homo afetivas como um tipo de família. Isso acabava marginalizando muito aquele, por exemplo, que tinha uma vida em comum, em 30 anos o companheiro faleceu e ele ficou sem qualquer direito. Então a militância veio para tentar reverter à situação, para tentar se fazer compreender que aquela união entre pessoas do mesmo sexo também eram um tipo de família. Então, na perspectiva jurídica essa militância ela veio de forma salutar. [...]

Como vemos acima, a doutora produz uma fala antagônica a do frei, porém, a própria participante se coloca como porta voz do judiciário do Estado. Procedimento interessante de ser analisado, pois essa postura não causou nenhum tipo de constrangimento ao logo do episódio, mesmo que a doutora e o frei argumentassem de forma divergente.

Sentados em seus púlpitos lado a lado, como cada personagem atua como porta voz de esferas sociais distintas não houve embate direto entre eles. Nesse escopo, e na postura do frei, é positiva a divergência, desde que a igreja seja a guardiã dos valores morais e desafie o Estado. Por sua vez, para a doutora, se o Estado e o direito normativo defender os direitos das pessoas não há constrangimento nenhum.

Nesse funcionamento do modelo societário, faltou analisar a posição dos sujeitos da experiência, pessoas que somente tem a própria vivência como autoridade para participar de debates. Essa última esfera, também denominada pelo programa de “pessoas propriamente dita” é, praticamente, completamente desqualificada. Vejamos como se realiza nas falas:

Padre Hamilton: está certo, nós vamos aqui para as ruas. Perguntamos para as pessoas o seguinte: você é a favor ou contra o casamento gay de pessoas do mesmo sexo e por quê. Vamos ver o que as pessoas responderam.

Pessoas anônimas na rua: Eu não sou contra, não. Cada um tem a sua opinião. Eu acho que todos têm o seu direito.

Para mim é indiferente

Contra, porque na natureza nós não somos feitas dessa forma.

Nem a favor, nem contra. Cada um faz o que quer.

Favor, acho que todo mundo tem o direito de amar de qualquer forma. Se é feliz com casamento gay ou hétero, eu acho que vale é as pessoas se amarem e se respeitarem.

Favor, cada um tem o direito de se expressar, se a pessoa ama quem, outra pessoa do mesmo sexo, poderia se expressar, podemos dizer assim, dentro da lei.

Favor, porque são duas pessoas como qualquer outra que se ama e tem o direito de ficar junto. Só por isso. Favor, todo mundo tem o direito de ser feliz independente da escolha que fizer.

Padre Hamilton: doutora, as pessoas se manifestando, na verdade a sociedade carece de momentos como esse que nós estamos fazendo aqui, ou seja, com a plena liberdade, com toda serenidade debatermos. Tentarmos entender mais. E frei, falta muito para uma compreensão mais clara, né?

As intervenções das pessoas comuns e anônimas possui a função de ilustrar como elas não compreendem muito sobre o assunto e como as demais posições, no caso, o Estado de direito, e a igreja, representante da sociedade civil, são capazes pelo seu embate “esclarecer” essas pessoas. Para esse modelo societário, os sujeitos e os indivíduos possuem uma nulidade referente aos procedimentos para tornar a sociedade mais justa.

De qualquer modo, esse ordenamento social se coloca o problema da relação entre o Estado e a igreja, e performatiza esse embate em seus episódios. Nos próximos capítulo veremos que a problematização da relação entre a religião e a sociedade possui outro eixo lógico. Neles, a questão fundamental é a relação entre o indivíduo e a sociedade, e o papel das religiões para compreender a adequação ou inadequação dos sujeitos frente aos processos

sociais. Sai de cena a “laicidade” e entra o “mal-estar” – o sentimento de indeterminação em relação a sociedade.

4 TV Mundo Maior Repórter: das causas às origens!

Analisar as construções textuais a partir do modelo televisão sobre a relação entre a religião e a sociedade pelo ponto de vista das religiões é uma tarefa que traz alguns desafios. Provavelmente o principal deles é incorrer em visões normativas sobre essa problemática no qual o debate acadêmico ofusque a construção dos atores sociais. O risco que devemos evitar é pressupor *a priori* qual é o ordenamento social construído por eles, como se estivessem respondendo questões nossas, dos pesquisadores acadêmicos, sobre qual é o papel das instituições religiosas no mundo social. Refletir sobre isso traz algumas implicações de pesquisa importantes, pois devemos estar atentos para construções feitas de outros paradigmas societários produzidos por esses programas televisivos, com pressupostos diversos e lógicas distintas. Afirmar que eles estão disputando e problematizando como as religiões atuam na sociedade não significa que eles estejam pensando o que é “sociedade” da mesma maneira, já que há pluralidades de formas de se constituir ordenamentos sociais e devemos estar atentos a isso.

De certo modo, essa questão ficou inerte no capítulo 2, pois o programa católico “Em Pauta” e seu *texto* sobre a ordem social faz “eco” as questões tradicionalmente abordadas pelas teorias socio-antropológicas, pautadas pelo paradigma da secularização. Esse programa se coloca a questão das fronteiras entre Estado e igrejas e reflete sobre o papel da igreja Católica nesse modelo societário. Ele possui como tema privilegiado as questões políticas nacionais, a partir da problematização da relação da igreja Católica, protagonista da sociedade civil, e o Estado democrático de direito, postulando, assim, um princípio de laicidade.

No capítulo anterior, analisamos, também, como ao produzir um Estado laico concomitante com uma sociedade civil religiosa, onde há o protagonismo da igreja Católica, esse modelo “anula” os sujeitos e não refleti sobre as concepções das pessoas que somente possuem suas vivências para argumentar.

Para continuarmos a tarefa de etnografar a construção analítica do social realizada pelos programas televisivos, precisamos “suspender” o modelo analisado anteriormente e compreender a produção de ordenamentos sociais a partir de seus próprios pressupostos. Como demonstraremos a seguir, a “suspensão” do problema teórico da laicidade é fundamental para analisar outras epistemologias do social. Por vezes, poderíamos requerer uma adequação e um ajustamento de questões que estão no debate acadêmico, e os atores sociais inseridos em outros contextos sociais não necessariamente estão preocupados em

responder essas questões, mas em formular outras para pensar a inserção deles no mundo social com impactos políticos.

Nesta perspectiva, parece-nos que se perguntar a questão das fronteiras transforma as problematizações sociais das instituições religiosas em imagens difusas da laicidade, e por isso, consideradas incompletas, distorcidas e incoerentes. Isto é, uma imagem sem nitidez por estarmos imbuídos de um problema transportado de fora a um discurso social de outra natureza, que por sua vez, propõe um novo paradigma para se pensar a relação entre a religião e a sociedade. Essa suspensão do modelo analisado anteriormente tem como objetivo abrir a análise para novos caminhos, analisando ordenamentos políticos e sociais a partir de questões posta de modo autorreferente nos contextos específicos em que são formulados, pois podemos nos confrontar com novos paradigmas.

Semelhante ao capítulo anterior, como método consideramos os episódios televisivos como *texto*. Isto é, como um discurso que possui encadeamentos de conceitos e categorias, onde podemos refletir sobre suas contradições internas e sua coerência intrínseca. Assim, propomos do segundo inicial ao final transformar os episódios dos programas em um texto corrido contendo começo, meio e fim. Eles mais do que confrontarem o *real*, problematizando as questões sociais, constroem passo a passo, conceito a conceito, a própria realidade na qual será refletida para o debate, produzindo assim, um *texto* sobre a ordem social.

Nesse sentido, os personagens do debate não representam uma ruptura conceitual do ordenamento social construído, mas se apresentam como uma polifonia interna ao texto, construindo *pari passu* sua estrutura de significado. No âmbito dos programas, há um dissenso permitido a partir do consenso compartilhado naquele contexto de como a sociedade é ou deveria ser. Por isso, para efeito de método conferimos uma dignidade sociológica aos programas, lendo-os como um texto acadêmico, procurando elucidar parágrafo a parágrafo a perspectiva epistemológica, a produção das questões sociais e a relação conceitual entre os argumentos.

Por isso, partimos de antemão que não sabemos qual é o maquinário social construído, pois ele é inteiramente construído pelo programa televisivo ao longo do seu desenvolvimento. Desse modo, compreendemos a necessidade de seguir parágrafo a parágrafo, ou melhor, minuto a minuto dos episódios para elucidarmos como é o ordenamento social debatido.

Tratamos o nosso material empírico do mesmo modo que um texto acadêmico, em que procuramos traçar a problematização construída e a perspectiva no olhar para o mundo

social. *Os textos* mais do que dizer algo sobre a realidade, constroem a realidade impondo um repertório, a posições possíveis dos atores sociais e as relações específicas entre a religião e a sociedade. *Eles* são a formulação de uma teoria da sociedade, que prescreve comportamentos desejáveis, identidades e até sujeitos normativos ideais.

Antes de pensarmos esses discursos com problemas estabelecidos, de “fora” deles, refletimos quais questões eles propriamente constroem e como os respondem. Por isso, ao invés de nos perguntarmos, como tradicionalmente a literatura socio-antropologia faz, sobre uma possível adequação a laicidade dos discursos, nós olhamos para os episódios como esses três conjuntos de questões:

1. Como são pensados os problemas sociais abordados e a partir de quais construções sociais? Quais são as categorias chaves para compreender esse ordenamento social?
2. Quais sujeitos são atingidos pelos problemas sociais? De que jeito são atingidos e como reagem ?
3. Quais são os papéis dos sujeitos e das instituições religiosas frente a esses problemas?

A partir dessas perguntas trabalharemos a análise dos episódios. Nosso objetivo é retirar a carga normativa do olhar do pesquisador para o objeto, para com isso, descreveremos o que os atores religiosos fazem e produzem ao debaterem problemas sociais na televisão, a partir de um modelo consagrado de se exibir, a saber, a forma debate. Como já descrito no capítulo 1, esse modelo possui três posições discursivas: há um apresentador ou apresentadora que é membro da igreja e que possui a função de mediar os episódios; e há um especialista sobre os temas trabalhados, por exemplo médicos, advogados, cientistas sociais, e sujeitos anônimos que possuem suas experiências como referencial para a controvérsia.

Porém, antes de iniciarmos a etnografia do programa, vamos apresentá-lo mais propriamente e descrever a sua origem.

4.1 *Tv Mundo Maior: um canal espírita*

A Tv Mundo Maior é de propriedade da Fundação Espírita André Luiz e produz um modelo de propagação da doutrina espírita através dos meios de comunicação do tipo

programas televisivos variados. Essa Fundação surgiu em 1990 com o objetivo de divulgar o espiritismo pela utilização da mídia. Ela é administrada pelo mesmo conselho deliberativo do centro assistencial Espírita Nosso Lar Casas André Luiz, que possui, entre outras instituições, a Rádio Boa Nova, a Editora e Distribuidora Mundo Maior, a TV Mundo Maior e a Mundo Maior Filmes.

A TV Mundo Maior está sediada em São Paulo desde janeiro de 2006 e oferece 24 horas diárias de programação. Essa programação é produzida, segundo o sítio institucional, com temáticas diversificadas por psicólogos, médicos, ambientalistas, nutricionistas, sociólogos, advogados, empresários, jornalistas e outros profissionais que focam o indivíduo com necessidades nos âmbitos sociais, biológicos, psicológicos e espirituais. Dentre essa programação ressaltamos o “Mundo Maior Repórter”.

O *Mundo Maior Repórter* é um programa muito parecido em sua dinâmica aos demais. Assim como aqueles programas, o *Mundo Maior Repórter* é multitemático (prostituição, tráfico de pessoas, drogas, etc.) e, no seu primeiro momento, é constituído de reportagens jornalísticas que apresentam especialistas das mais variadas áreas opinando sobre o assunto e sujeitos da experiência narrando sua experiência de sofrimento, em muitos casos militante políticos e ativistas de movimentos sociais. No entanto, nesse caso, diferentemente do programa católico retratado no capítulo anterior, a narração é feita em *voz off*, as reportagens são narradas exclusivamente pelo repórter Felipe Ohno- âncora e apresentador e entrevistador do programa.

No caso desse programa, os especialistas em doutrina religiosa são sempre profissionais relacionados à área da saúde mental, como psicólogos, psiquiatras e psicanalistas. Já os sujeitos da experiência, que ao contrário do modelo societário do católico “Em Pauta”, possuem algum protagonismo, variam conforme o tema do episódio e se apresentam pela sua identidade profissional.

Diferentemente do *Em Pauta*, ainda, esse programa não é ao vivo, ou seja, todo ele é constituído de material gravado e editado. Dentre esse material há entrevistas com especialistas no assunto proposto, pessoas comuns que enfrentam determinados tipos de problemas e, médiuns e especialistas em doutrinas dos espíritos. Essas entrevistas são sempre opinativas sobre o tema candente proposto, e são apresentadas em sequência pelo âncora Felipe Ohno.

Ele possui uma periodicidade mensal e, apesar de não ter tema fixo dos seus episódios, podemos afirmar que as questões em torno da sexualidade – prostituição, identidades de gênero, homo afetividade, entre outros – se apresentam como tema

privilegiado, pois dos episódios realizados desde de janeiro de 2012 quase metade, 48%, são sobre esse tema. De algum modo, enquanto o “Em Pauta” é articulado pelo discurso do direito liberal, este é pautado pelo repertório do gênero e sexualidade, e, como veremos adiante, tem sua centralidade nas questões relacionada a “família”.

Normalmente, eles tratam de assuntos que estão na pauta do legislativo ou dos poderes que compõe o Estado. Para a realização desta etnografia elegemos dois episódios que julgamos serem representativos da construção *textual* do “Tv Mundo Maior Repórter”, um de 08/2013, sobre “homossexualidade” e outro de 08/2014 sobre “transgêneros”. Escolhemos esse em específico por se relacionar diretamente com as pautas nacionais do momento.

Por exemplo, o episódio de 08/13 tem como um dos seus personagens deputado pastor Marcos Feliciano¹⁵ e o acontecimento relacionado a ele envolvendo o projeto de lei denominado “cura gay”.

Apenas para nos situar, esses acontecimentos ocorreram em março de 2013, quando aconteceu a eleição para presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara de Deputados. Por um procedimento do nosso presidencialismo de coalizão – que não nos cabe aqui detalhar -, que consiste em uma divisão das vinte umas comissões permanentes da Câmara entre os partidos da base aliada, essa comissão seria ocupada por um deputado do Partido Social Cristão (PSC). Podemos apontar que essa “eleição” é um procedimento meramente protocolar, já que de antemão sabemos qual partido governista indicará o deputado que ocupará o cargo de presidente da CDHM.

Sobre isso ainda, no mesmo mês de junho, o deputado-pastor colocou em votação na CDHM o projeto de lei de autoria do deputado federal por Goiás João Campos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que ficou publicamente conhecido como “cura gay”. Na prática, o projeto determina o fim da proibição de tratamentos que se propõe a

¹⁵ **Marco Antônio Feliciano** (Orlândia, 12 de outubro de 1972) é um pastor da Catedral do Avivamento, uma igreja neopentecostal ligada à Assembleia de Deus, e deputado federal brasileiro. Eleito pelo Partido Social Cristão (PSC) em 2010 com 212 mil votos, foi o segundo político evangélico com maior número de votos no país e o 12º entre os 70 deputados eleitos pelo estado de São Paulo.”

Foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados do Brasil, cargo que exerceu durante o ano de 2013, o que gerou controvérsia pelas diversas declarações polêmicas de Feliciano, principalmente em relação a temas como direitos dos homossexuais e direito ao aborto. Foi um dos únicos dez deputados que votou em plenário contra a cassação do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em setembro de 2016.

Além de pastor, Feliciano também é empresário, autor de 18 livros, e produtor de DVDs com mensagens de autoajuda que venderam cerca de 600 mil cópias

reverter a homossexualidade. O projeto “cura gay” foi aprovado por essa comissão no dia 18/05/13. Mas, ainda, para entrar em vigor o projeto precisaria passar pelo plenário da câmara dos deputados e do senado federal. No mês seguinte, no dia 7, o presidente da câmara dos deputados Henrique Alves do PMDB arquivou o projeto de lei a pedido do próprio autor o deputado Marcos Campos. Assim, esse projeto somente poderá entrar em votação no plenário da câmara em 2014.

Esse breve relato dos acontecimentos legislativos tem o propósito de explicitar em qual debate o episódio escolhido entra. Não queremos entrar nas disputas em torno dessa questão relacionada a regulação normativa da sexualidade.

Voltando a descrição do episódio, ele é realizado em quatro blocos de vinte e cinco minutos cada, intercalados com intervalos comerciais. Cada um deles apresenta uma problematização e resolução por parte de debatedores espíritas, além de cada bloco produzir um sentido para o texto. A seguir, iniciaremos a descrição do ordenamento social do “Mundo Maior Repórter” dividido pelos blocos, pois cada um tem uma função de sentido distinta. No primeiro, a realidade é construída partir da problematização do papel dos movimentos sociais e do ativismo político.

Primeiro Bloco – qual a função dos movimentos sociais

O “TV Mundo Maior Repórter” constrói, frequentemente, a realidade a ser analisada a partir da problematização do papel dos movimentos sociais e da militância política. Essa problematização é crucial para a compreensão do ordenamento social construído, já que, como veremos no terceiro bloco dos episódios, são os ativismos políticos que produzirão, segundo esse ordenamento, as transformações societárias e a formação de uma noção de temporalidade. Para eles, o tempo tem um sentido evolutivo e progressivo de transformação para maior democracia e direitos sociais e políticos. Por isso, nos primeiros blocos, logo nos momentos iniciais os movimentos sociais são abordados de modo positivo.

Outra categoria chave nos episódios é a “família”. Ela aparece de modo ambivalente ao longo da exibição e com diversos significados e funções. Normalmente, no início, ela é conceitualizada negativamente, sendo os seus membros uma fonte de intolerância à população homo afetiva, por exemplo. Veremos em outros blocos outros significados para ela, dessa vez, positivos, como fonte de afetividade.

No primeiro bloco do episódio “homossexualidade” de agosto de 2013 a questão abordada é sobre o papel da militância e dos movimentos sociais LGBT. É importante

ressaltar isso, pois os personagens são retratados como um sentimento de injustiça, mas não são postos com vitimização, são pessoas que estão fazendo algo apesar das condições adversas. Esses “sujeitos da experiência” não apenas fazem parte do ordenamento social como também são ativos na sua construção e problematização.

Para o programa, os movimentos sociais têm um papel transformador importante na sociedade. Dizemos isso, pois o episódio, neste o bloco, se pergunta qual o papel da Parada Gay. Apresenta-se, assim, dois conceitos sobre esse movimento social específico: um, é uma militância que produz uma forma autoritária e impositiva de engajamento, forçando os demais presentes da sociedade aderirem ao “seu modo de vida”; outro, é um movimento social que reivindica direitos sociais, e por isso, alarga a noção de cidadania.

Como porta vozes dessas posições, temos de um lado a Associação da Parada de São Paulo, representado pelo seu presidente da época da exibição em 2103, o advogado Fernando Quaresma, e de a outra, o deputado pastor Marcos Feliciano. Isto é, se de um lado a Parada Gay é interpelada e tem seu caráter reivindicatório ou se ela tornou apenas festiva. Logo na abertura o âncora apresenta a “Parada Gay”:

Felipe Ohno: uma das manifestações mais expressivas da atualidade, a Parada Gay é a forma encontrada pelos homossexuais e pela sociedade simpatizante de combater a homofobia e reivindicar os direitos civis das lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Considerada a maior do mundo, a Parada Gay de São Paulo é realizada desde 1997. Em 2006, contou com dois milhões e meio de pessoas na avenida Paulista. Número que colocou o Brasil no livro dos recordes.

Cabe notar que na fala, apesar do bloco problematizar esse movimento social, ressalta os feitos da Parada e já de início a define como uma forma de combate ao preconceito. De um modo geral, o “Mundo Maior Repórter” é estritamente simpático aos movimentos sociais e suas pautas. Inclusive, como veremos no bloco 3 desse episódio, reputa transformações importantes na sociedade graças a esses movimentos. Na cena seguinte, Felipe Ohno pergunta para o presidente da Associação da Parada Gay de São Paulo se o movimento perdeu seu caráter reivindicatório:

Quando nós começamos era trazer ao público, dar visibilidade ao movimento LGBT. Sair dos guetos, dos espaços que eram confinados, dar invisibilidade para ter visibilidade e pleitear igualdade de direitos. [...] não. O objetivo da manifestação social é dar visibilidade ao movimento e hoje ela cumpre muito bem esse papel porque hoje nós somos maior parada LGBT do mundo.

Na visão do presidente o principal objetivo da parada é dar visibilidade ao movimento, então, ela cumpre com sua proposta reivindicatória. E na exibição seguinte vem a fala de uma militante que trabalha em um órgão governamental, no caso na Associação Social

do Centro de Combate a Homofobia, ligada na época a secretaria de direitos humanos da prefeitura de São Paulo:

Mariana Mero – ass social do Centro de Combate a Homofobia: ela tem uma força muito grande. E tem que saber muito bem ser utilizada, porque eu acho que é um espaço de reivindicação de direitos, de visibilidade. Para que, principalmente, os órgãos públicos e o poder público possam ele olhar e entender que é uma população específica que necessita de ações específicas para o atendimento de suas necessidades.

Mariana também defende o movimento, mas o que gostaríamos de ressaltar é o fato de um membro do Estado defender direitos de minorias. Isso aponta para uma das facetas do Estado para o “Mundo Maior Repórter”, isto é, como militantes em alguns cargos específicos no aparelho estatal contribuem para o avanço de pautas reivindicatórias de direitos; ao mesmo tempo que, como veremos adiante, outros membros do Estado, notadamente do legislativo são intolerantes. Na concepção desse modelo societário o Estado não é em si mesmo nem “ruim”, nem “bom”, mas composto por pessoas com diferentes estágios de espiritualidade.

Nessa perspectiva, a concepção de “ruim” e “bom” de que falamos, nesse ordenamento social cujos lugares sociais não possuem em si mesmo concepções positivas ou negativas, mas dependem de quem os ocupa, não se dá somente para o Estado, mas para toda a sociedade. Assim, para eles, não há fronteiras e limites claros para compreendê-las, como havia, como visto no capítulo anterior, no “Em Pauta”, mas é relevante entender o comportamento das pessoas e a relação delas com o conjunto da sociedade. Há uma mudança de eixo lógico do modelo societário da concepção dos limites e fronteiras entre o Estado e a religião para a problematização da relação entre a sociedade, fonte de injustiças, e o sujeitos que procuram sentidos para elas.

Retornando à análise do episódio, interessante notar que o antagonista- nesse caso da ativista funcionária pública- será também um agente do estado, um deputado. Em seguida, o programa dá voz no que eles denominaram como o opositor declarado do ativismo dos homossexuais, o deputado Feliciano:

Marcos Feliciano: apelidei todo esse movimento que existe no país como ditadura gay porque o que é uma ditadura? Quando você aciona força e impõe um regime na sociedade. Existe, isso não é uma teoria da conspiração. Não é uma invenção minha. Basta as pessoas analisarem e vão ver o que aconteceu comigo sob a acusação de ser intolerante. Foram intolerantes comigo. Fecharam as minhas igrejas. Machucaram minhas crianças. Violentaram o meu direito de pensar.

O Pastor denomina ditadura porque, segundo ele, há uma imposição na forma de pensar ocasionada pelo ativismo Gay. Apesar de o episódio problematizar o movimento, a próxima fala à do deputado ilustra a violência contra a população LGBT, deslegitimando o deputado. Felipe Onho diz:

Apesar dessa abertura para a diversidade ainda assistimos cenas de muita truculência contra os homossexuais. Foi nessa região da Paulista em 2010 que um grupo de jovens foi agredido por outros cinco garotos com uma lâmpada na cabeça. Segundo o relatório sobre violência homofóbica no Brasil os casos de violência física, psicológica e discriminação contra homossexuais cresceram 46,06% no ano passado. Uma média de treze pessoas agredidas por dia (fonte: sdh -2012). De acordo com o levantamento, a maioria das vítimas é do sexo masculino (71%) e estão entre 15 e 29 anos (61,16%). Quanto aos agressores a maioria é conhecida da vítima (51,02%). Os atos realizados dentro de casa contabilizam 38% do total enquanto agressões nas ruas somam 30%.

Esses conjuntos de dados confrontam a fala sobre a ditadura gay e explicita a visão do “Mundo Maior Repórter” a favor do movimento, pois coloca e dimensiona a violência sofrida pela população LBTTQ. E além dessa explicitação geral, eles, em seguida, especificam a violência em um contexto social, as famílias. Essa categoria está quase sempre presente nos episódios do programa. Podemos afirmar que os discursos centrais desse ordenamento social são em torno do gênero e sexualidade, problematizando, especificamente, as funções das “famílias”. Nesse sentido, ele articula indivíduo e sociedade a partir dessa problematização.

No caso aqui relatado, é abordado o preconceito no interior das “famílias” sobre membros homo afetivos. Essa categoria é frequentemente tratada nos diferentes episódios com variadas abordagens. Nesse dia, ela aparecerá algumas vezes com diferentes funções e significados. Na primeira aparição, a questão é a intolerância de algumas famílias em relação a membros homo afetivos:

Fernando Quaresma – advogado e presidente da Parada: as famílias quando tem um membro LGBT fazem de conta que não veem. Tratam com preconceito. Por exemplo, é uma questão que diferencia do movimento negro. Quando um negro na rua sofre preconceito, quando ele chega na sua família ele tem um amparo na sua família toda. Quando um LGBT sofre uma violência na rua, quando chega na família muitas vezes ele é agredido novamente dentro de casa. [...] esse preconceito vem da onde, vem da falta de conhecimento, da demonização por parte de religiões e religiosos fundamentalistas que tentam de alguma forma usar a homossexualidade dentre outros, porque a gente não pode falar só, são só o LGBTs, não é negro, os praticantes de matrizes de religiões africanas.

Ressaltamos o paralelo para ilustrar a diferença de tratamento nos diferentes marcadores de preconceito, entre o racismo e a homofobia. Enquanto a família é um importante centro de resistência para o movimento negro, segundo o presidente da Associação, a família LGBT é um dos algozes. Além dessa fala, a edição do programa coloca

a intervenção de Quaresma em relação direta com Marcos Feliciano, a postulação dele de que a intolerância da família é fruto da endemonização da prática homoafetiva por religiões e religiosos fundamentalista. E como ilustração da intolerância da família em relação aos seus membros Mariana diz:

Mariana Mero – ass social do Centro de Combate a Homofobia: no caso de um jovem ele é do interior de São Paulo. A família dele por descobrir que ele é homossexual o pai chegou a dar uma martelada na mão dele como forma de punição. E pôs para fora de casa. Esmagou a mão, enfim, ficou uma situação muito complicada de você parar e pensar que ponto chega essa intolerância. De você... que punição é essa. O que isso vai ajudar.

Ainda com a função de desqualificar o deputado, que é uma constante nesse episódio, é exibido uma fala controvertida dele. Essa fala está presente em imagens retiradas do Youtube, ao contrário das demais que foram gravadas pela equipe da “Tv Mundo Maior Repórter”:

Marcos Feliciano – imagem da internet: só no ano passado 30% de pessoas a mais do que o ano anterior foram acometidas de aids e porque ninguém fala. Porque o governo não toca no assunto? Porque a aids é uma doença gay. A aids é uma doença que veio desse povo.

A imagem mostra Feliciano no contexto de uma pregação em um culto falando de modo exaltado sobre a relação entre Aids e a população gay. No interior desse *texto* é evidente a deslegitimação do pastor produzida por essa fala. E em sequência, uma afirmação dele sobre ele ser homofóbico que nos sugere uma inadequação na reclamação dele:

Marcos Feliciano: fui eleito essa semana o segundo maior homofóbico do Brasil. Em uma lista de dez eu sou o segundo. Por que? Eu não bati em nenhum gay. Eu não pratiquei nenhum ato de violência contra nenhum gay. Eu até esse momento tenho sofrendo agressões. Em quatro meses você não vai encontrar nada na mídia, eu xingando, eu batendo, porque sou cristão. Tenho mostrado a minha posição. Mas qualquer pessoa que se posicione contrário ao que eles pensam vai ser rotulado para sempre. Isso é militância, então que Deus tenha piedade de nós.

O efeito dessas falas em sequência nos dá a ideia de que ele poderia ser enquadrado na categorização de “homofóbico”. Com esse jogo de cena termina o contexto do *texto* da construção da realidade pelo episódio. Nele, há a problematização, do papel do movimento social Associação da Parada Gay de São Paulo, a questão da intolerância, no caso, por parte da sociedade em geral, da família e, especificamente, do pastor deputado Marcos Feliciano.

No entanto, apesar das construções positiva e negativa dessa realidade pela sequência argumentativa até o momento, há, produzida em todos os episódios, uma esfera em separada dessa realidade em que especialistas espíritas debatem as causas e origens das questões problematizadas na realidade social. Ao mesmo tempo em que os atores sociais divergem sobre as questões candentes e, assim, constroem a realidade, especialistas em espiritismo - todos eles oriundo de profissões da saúde mental, como psiquiatras, psicólogos e psicanalistas- debatem sobre o mesmo tema a partir da ótica religiosa. Acreditamos que seja esse momento que o “Tv Mundo Maior Repórter” explicita seu ordenamento social e o papel da religião, ou especificamente, o espiritismo na sociedade.

Como observamos acima, um dos personagens principais do debate da realidade é o pastor e político Marcos Feliciano. Ele aparece neste programa em específico, a saber, um programa religioso falando de atores sociais e suas influências. No entanto, esses debatedores espíritas, no escopo dos episódios, não entram em interlocução com ele, mas somente entre si. Como se houvessem dois planos, o da realidade - nesse caso a controvérsia sobre os movimentos sociais - que o deputado pentecostal também faz parte com outros atores sociais, e outro, que explicaria as causas e origens das questões da realidade a luz do espiritismo. Nessa perspectiva, é papel da religião, nesse modelo, explicar as situações de injustiça e intolerância ocorridas na realidade por meio daquilo que eles consideram a sua fonte ontológica, o mundo espiritual. De um modo direito, a religião não intervém nas injustiças, mas lhe confere significado e produz sentido para os sujeitos.

Normalmente, os episódios exibem atores de outras religiões, como se eles fizessem parte da realidade, produzindo, alguns casos de injustiças e, em outros, de equidade. Mas, de todo modo, a capacidade de fornecer uma explicação para as ocorrências é o espiritismo, pois os médiuns têm a primazia da interpretação da realidade baseados no mundo espiritual. Nesse exemplo, esses atores podem ser até fonte de intolerância e preconceito, mas isso também precisa ser explicado pelos debatedores espíritas conforme a doutrina religiosa em questão.

Nesse sentido, o programa explicita dois planos de debates, de um lado, as questões sociais sobre injustiças presentes na realidade, e de outro, a esfera religiosa que a explicaria apontando suas causas e origens e produz sentidos sobre as injustiças. Uma consequência desse ordenamento social é a ilustração de uma doutrina religiosa com dogmas não estritamente rígidos, já que há controvérsias sobre a explicação religiosa sobre o mundo, exibida de forma pública na televisão.

Mais profundamente, nesse dia participaram do episódio Mercedes Marin¹⁶, João Lourenço¹⁷, e a médium Regina Fraga, que encarna um espírito para argumentar sobre o preconceito sobre homo afetivos, a violência a sobre eles e quais as origens dessa prática. Os especialistas em espiritismo não são membros permanentes do “Mundo Maior Repórter”, variando em episódio para episódio.

Outro ponto de destaque é o fato desses especialistas serem sempre profissionais da saúde mental, mas que falam pouco ou quase nada das suas experiências clínicas - aqui envolvendo a homo afetividade- e não “patologizão”, ou seja, não conferem um estatuto de doença às práticas sociais e aos personagens envolvidos. Nesse contexto, normalmente, a explicação não é “mental”, mas é na dimensão espiritual onde estão as causas e origens de “problemas sociais”, das inadequações dos sujeitos e as relações de indeterminação deles com a sociedade.

Dentre todos os temas abordados nesse dia, o movimento social e a intolerância, serão tema de análise por parte desse episódio no primeiro bloco. A primeira a abalizar essas problematizações é a psicóloga Mercedes Marin:

Mercedes Marin – psicóloga: muitos homossexuais ainda estão em guetos. Porque ainda não tem força para se mostrarem para o mundo. Então é positivo nesse sentido. [...] é lógico que no movimento gay, agora uma opinião pessoal, está acontecendo muitas coisas que poderiam não estar acontecendo, como todo movimento. Inclusive essas manifestações que nós tivemos. Essas situações têm que ser modificadas. [...] boa parte do que acontece no movimento gay eu também não apoio. Boa parte do comportamento sexual, especialmente o promíscuo, eu não apoio. Como também não apoio o promíscuo heterossexual. Que está aí em evidência na nossa sociedade. [...] quando se trata do movimento gay que está pleiteando uma posição séria, positiva. Nós temos que apoiar.

¹⁶ Psicóloga Clínica com Pós Graduação em Sociologia. Especialização Psicologia Transpessoal e Técnicas Regressas

¹⁷ **João Lourenço Navajas.** comunicador da Rádio Boa Nova. João Lourenço nasceu em São Paulo (SP) em 08 de junho de 1961. Graduado na Faculdade de Medicina de Santo Amaro, zona sul de São Paulo e pós-graduado em psiquiatria no Hospital Psiquiátrico do Juqueri. Iniciou suas atividades voluntárias na Rádio Boa Nova por intermédio de um convite para participar do programa apresentado por Ercília Zilli e Enéas Canhadas. Foi por eles apresentado para o atual diretor e comunicador Jether Jacomini, por volta do ano de 2007 que o sugeriu: “Bola um programa!”. “Eu criei o nome ‘Novamente’ e o Jether gostou, então eu comecei a fazer o programa e me identificar com tudo aqui! Comecei também a fazer palestras nas unidades dos Centros Espíritas Nosso Lar Casas André Luiz e a minha boa vontade começou a aparecer”. Durante alguns anos Dr. João realizou gratuitamente atendimento psicológico aos colaboradores da FEAL – Fundação Espírita André Luiz e das Casas André Luiz, auxiliando a todos a lidar com os seus mais diversos conflitos. Hoje Dr. João Lourenço atende em consultório, ministra palestras em centros espíritas nos mais variados temas (prevenção de doenças, dependência química, etc.), apresenta o programa “Novamente” e é comentarista do “Jornal Nova Era” pela Rádio Boa Nova e TV Mundo Maior. Também é fundador da Coopercasa – Casa de Apoio Médico e Psicológico e colaborador da FEESP – Federação Espírita do Estado de São Paulo.

Em paralelo à realidade social produzida, a psicóloga também compreende os movimentos sociais de modo positivo, mesmo que não concorde com alguns comportamentos que ela denomina de promíscuo, seja de héteros afetivos ou de homo afetivos. Mesmo as manifestações, no caso a Parada Gay, sofre críticas pelo seu tom de festividade.

Outro tema que passa pelo crivo dos especialistas é a intolerância. Sobre esse assunto a psicóloga, o psiquiatra e a médium opinam procurando traçar as causas disso. A primeira a falar é Marin, acompanharemos de perto o que ela diz:

Mercedes Marin – psicóloga: então ela acontece porque quando nos sentimos ameaçados nós precisamos trabalhar para continuarmos no status quo, naquilo somos e que como defendemos como sendo correto. [...] fobia vem da palavra medo e homo do igual. Então seria o medo do igual. [...] é a falta de flexibilidade mesmo. O ser humano para ele ter essa flexibilidade ele tem que ter tido experiências mais profundas. Muitas vezes ele precisa reencarnar. Outras vezes, situações discriminadas e marginalizadas, não porque ele está sendo punido. Não acredito na punição. Eu acredito no eterno aprendizado. Mas porque ele precisa sentir a outra face para perceber que ambas as situações pertencem ao mesmo evento.

Para ela, a explicação de pessoas intolerantes, lembrando que nesse contexto inclui o deputado Marcos Feliciano, passa pelo processo denominado de “reencarnação”, ou seja, elas não passaram em “vidas passadas” por processos de discriminação para aprenderem a serem mais “flexíveis”. O tema da “encarnação e o seu papel” aparece com muita frequência nos diversos episódios desse programa. E o debate, normalmente fica em torno de função dele, é para produzir aprendizado nos indivíduos, ou para punir pessoas que não realizaram uma vida dentro da concepção espírita.

De qualquer modo, o que se apresenta aqui como solução para as pessoas serem menos intolerantes, e isso é parte da lógica desse ordenamento social, está no plano espiritual e longe do escopo de qualquer ação propriamente humana. É como se afirmasse que para o Feliciano deixar de ser homofóbico ele precisaria encarnar em um LGBTTTQ. Esse ordenamento social ao produzir uma espécie de ontologia do mundo social em outro plano de ação, o espiritual, para explicar a realidade social, ele imputa pouca efetividade prática aos atores sociais para alterar as injustiças da sociedade. Nos outros blocos esta relação entre plano espiritual e alteração da realidade também aparece, e por isso, analisaremos isso com maiores detalhes no final deste capítulo.

Na sequência outro debatedor espírita apresenta a sua análise sobre intolerância, o psiquiatra João Lourenço:

João Lourenço - Psiquiatra: o assunto é novo. Então agora que está vindo à tona é que nós estamos percebendo que ainda existe pessoas com conceitos fixos radicais pautados na desinformação. [...] então qual é a nossa droga? É o radicalismo. É

achar que para tudo existe uma solução rápida e fácil. Só existe uma maneira certa de existir e de acontecer as coisas que Deus condena. Quando Deus é amor, ele acolhe as pessoas, ele consola. Ele esclarece e motiva as pessoas para crescerem.

O psiquiatra argumenta, principalmente, sobre a intolerância religiosa refletindo o que Deus condena. Para ele Deus é amor, ele acolhe a todas as pessoas, inclusive as marginalizadas. A posição dele não necessariamente diverge da anterior, pois para ele não é uma questão de “encarnar”, mas de informar o papel de Deus no amor. Em seguida temos o terceiro ponto de vista, agora de um espírito, o Sam, encarnado na médium Regina Braga¹⁸. Vejamos como se realiza esse processo de encarnação, pois nesse debate no plano espiritual, até os espíritos participam:

Felipe Ohno: para nos ajudar a entender como a homossexualidade é vista no plano espiritual nós vamos fazer agora o que o espiritismo chama de comunicação mediúnica com o espírito San que foi homossexual na sua última encarnação e quem vai dar essa comunicação é a médium Regina Braga. Regina, só queria que você explicasse que fenômeno é esse, é psicofonia?

Regina Braga – Médium: esse é psicofonia.

Felipe Ohno: a comunicação do espírito através da sua fala?

Regina Braga – Médium: comunicação do espírito através da minha fala. O espírito faz uma conexão com você de uma proximidade tão grande que ele usa toda sua parte fonética.

Felipe Ohno: a gente já fez a preparação e nesse momento o Sam já está aqui, vai conversar com a gente. Sam como foi a sua última encarnação? Como você como homossexual você sofreu muito preconceito?

Regina Braga – Sam – Médium: não foi fácil viver na pele de um homossexual devido à falta de amor com que eu me deparei durante toda minha vida. Homossexualidade é uma coisa no espírito, como Deus criou o homem e a mulher, Deus também criou os homossexuais. Não é uma opção, porque se fosse opção nenhum de nós escolheríamos uma vida de tanto sofrimento, de tanto preconceito.

Vemos acima como é posta a origem da homo afetividade de forma ontológica, ou seja, essencializada, já que sua causa é espiritual, e não poderia ser alterada ou revertida por nenhuma prática social ou psicológica. Essa questão retornará no próximo bloco, sobre a origem das orientações sexuais, se é natural, social ou espiritual.

Nele, o episódio produz uma relação do que seria a cura e a origem da homo afetividade. Aparecerá uma novidade em relação ao bloco anterior, a saber, sujeitos com narrativas estruturadas sobre suas vidas e trajetórias no assunto do programa argumentam

¹⁸ Regina Maria Braga, Secretaria Executiva da FEAL – Fundação Espirita André Luiz, autora dos Livros: “Quando os Lírios Voltarem a Florir” e “Panelinha de Orações”, retornou a pátria espiritual nesta madrugada de 30 para 31 de Dezembro. Faleceu no dia 30 de dezembro de 2014.

sobre a realidade construída. Antes terceiros, ou melhor, especialistas falaram sobre a homofobia ou sobre a possibilidade de “reversão” da homo afetividade, agora pessoas relatam suas vivências para argumentar sobre o tema. Neste bloco surgem dois personagens, a Beatriz Calore, mulher transexual¹⁹, que relata sua própria construção da sexualidade, e opina sobre o projeto denominado “cura gay”. E além dela, o pastor que se auto intitula “ex-gay”, Robson utiliza-se da própria “reversão para falar do tema.

Assim, neste ordenamento social, os sujeitos da experiência ganham algum protagonismo quando se refere a problematização da realidade. Mas, também, no próximo bloco serão os especialistas espíritas que explicarão e produzirão sentido a essas narrativas e a realidade na qual estão inseridas.

4.2 Segundo Bloco – das origens da homo afetividade

O ponto central desse bloco é problematizar a origem da homo afetividade a partir da discussão do projeto de lei denominado “cura gay” e responder se ela é natural, social ou espiritual. Logo no início, o âncora Felipe Onho afirma que ainda é desconhecida a origem da homossexualidade e da heterossexualidade, pois, segundo ele, muitas teorias defendem que a orientação sexual surja na fase pré-natal, e outros argumentam que ela é estabelecida depois do nascimento por fatores ambientais ou educacionais. Em seguida é exibida a primeira narrativa pessoal sobre o assunto de Beatriz Calore:

Quando eu era criança, até os oito anos de idade eu tinha um comportamento bem feminino. E eu sofria um pouco de bullying com os meninos que moravam do lado da minha casa porque eu era um pouco diferente deles. [...] quando chegaram os quinze e dezesseis anos. Eu falo, as pessoas acham engraçado porque eu assisti a um anime que era sobre uma escola que tinha um monte de meninas lésbicas. Todas eram lésbicas só que ele era de um teor romântico. E aos poucos eu fui começando a me identificar com as meninas, como eu queria ser como as meninas?

Beatriz Calore: eles falam que todos os gays eles foram estuprados quando eram crianças, sabe, eu não fui.

Beatriz constrói a narrativa sobre sua experiência com o que seria “masculino” e “feminino”, desde a infância, 8 anos. No entanto, sua consciência sobre a identificação com o feminino veio a partir de um desenho animado japonês que retratava uma escola de lésbicas. O que nos interessa dessa narrativa é o fato de uma experiência pessoal com a descoberta da

¹⁹ Nesse episódio o programa confunde, segundo algumas correntes teóricas, identidade de gênero com orientação sexual.

sexualidade estar sendo utilizada para apontar, de uma forma, a “origem” da sexualidade em um plano onde está inserido especialistas sobre o assunto, seja advogado militante, como o presidente da Associação da Parada, ou, religiosos e políticos, como o Marcos Feliciano. Esse procedimento confere um estatuto de legitimidade a essa forma de fala ao conferir autoridade argumentativa às experiências vividas, do mesmo modo a autoridade do especialista, oriunda, principalmente, de estudos acadêmicos.

Na cena seguinte, Felipe Ohno introduz pela primeira vez o projeto de lei sobre a “cura gay”, tema central do episódio, que se articula sobre a questão das origens da homo afetividade. Interessante ressaltar que a argumentação dele caminha para afirmar que os defensores do projeto atribuem a causas psicológicas e, portanto, não naturais, para a origem da homo afetividade:

Felipe Ohno: é acreditando que a homossexualidade não é algo natural e que pode ser sim mudado que o deputado federal da bancada evangélica João Campo (PSDB) apresentou um projeto de lei que permitiria o tratamento psicológico para a reorientação de homossexuais. O PDC 234, apelidado de cura gay, dividiu opiniões e acabou sendo retirado de tramitação por conta da pressão popular.

O episódio apresenta defensores do projeto. Assim como o deputado João Campos, autor do projeto, e o deputado Marcos Feliciano, antagonista do “ativismo gay”, Robson apresentado como pastor e ex-gay, também argumenta a favor da reorientação de homossexuais, só que diversos prismas. E o pastor produz uma longa fala sobre o assunto, utilizando-se como autoridade argumentativa da sua própria vivência:

Robson – pastor ex-gay: assim, a grande verdade é que a homossexualidade é uma coisa muito plural. Eu acredito que uma pessoa pode ser completamente liberta da homossexualidade tecnicamente, psicologicamente e espiritualmente. [...] O grande problema da homossexualidade é que a homossexualidade é uma coisa criada, o sentimento homossexual é um sentimento apreendido. A pessoa não nasceu homossexual ela se tornou homossexual por algum motivo. [...] Talvez uma criança que foi abusada, estuprada, pode ter entrado na homossexualidade, não porque ela nasceu homossexual [...].

Felipe Ohno: e como aconteceu seu processo de transformação?

Robson – pastor ex-gay: então eu comecei a perceber que eu não estava completo espiritualmente, sentimentalmente. Eu comecei a ver que alguma coisa estava errada. Alguma coisa estava fora do eixo. Até que deus ele alcançou a minha vida e eu percebi que a palavra de Deus era verdade e que eu tinha que seguir a verdade que era Deus. Entregando a minha vida para Jesus, fui restaurado e liberto da homossexualidade.

Na argumentação do pastor ex-gay a homo afetividade é plural, a pessoa pode ser revertida tecnicamente, psicologicamente e espiritualmente. Mesmo, para nós, que não seja possível compreender o que seria ser liberto “tecnicamente”, o que nos importa na análise que

para esse personagem a homo afetividade também possui uma dimensão espiritual, um dos temas centrais desse episódio, está relacionado na completude do sujeito.

Como trauma psicológico, o homossexual pode ter sido abusado na infância. No caso desse ordenamento social a argumentação caminhará para a origem da homo afetividade como espiritual. Veremos adiante que este argumento é desenvolvido também em outras instituições, mas é no debate espírita que ganhará relevância. Em compensação, o deputado Marcos Feliciano fala na direção da reversão da homossexualidade na chave dos comportamentos:

Marcos Feliciano: o psicólogo não pode receitar remédio. Se não pode receitar remédio, logo não há cura. Não há cura por que? Porque a homossexualidade não é doença, é comportamento. [...] Se a pessoa é heterossexual, tem tendências homossexuais e procura o psicólogo e diz eu quero sair do armário. O psicólogo pode ajudá-lo. Mas se a pessoa é homossexual e ela tá com uma crise ou uma angústia, ela não quer ser, é um direito da pessoa não querer ser. Se ela chegar para o psicólogo do Brasil eu não quero ser, o que eu faço? O psicólogo do Brasil vai fechar a boca e dizer eu não posso te ajudar nesse caso. [...] a pessoa não nasce, se a pessoa não nasce, se ela é orientada ela pode ser reorientada, existe vários casos disso.

Na fala do pastor a centralidade do projeto de lei está na liberdade profissional do psicólogo para tratar pessoas que queiram deixar de ser homossexual, e ele reforça que, se é uma orientação, a sexualidade pode ser reorientada em outro sentido. Mais uma vez, na edição, Fernando Quaresma é posto retrucando os argumentos do deputado:

Fernando Quaresma – advogado e presidente da Parada: muitos homossexuais iam buscar o apoio de um psicólogo para fazer o seu alt, o seu trabalho de elevação da auto-estima e evoluir quanto a todo o preconceito que ele sofria. Chega no psicólogo eles sofriam mais ainda o preconceito. [...] A que, essa lei está amparando? Os preconceituosos, os psicólogos que estão respondendo por atos que infringiram essa norma.

Para o presidente, os tratamentos psicológicos também são fonte para intolerância e seriam esses profissionais os quais não seguem a norma de oferecer tratamento de reversão, que a lei “cura gay” vem amparar. Antes de caminhar o bloco para o seu fim, com o debate dos especialistas em espiritismo, Felipe, o âncora do programa, argumenta sobre a perspectiva trans-histórica e trans-cultural da homossexualidade. Segundo ele, há cerca de dez mil anos algumas tribos da nova guiné já exercitavam ritos com práticas homossexuais. Além disso, na Grécia antiga a homossexualidade chegava em certos casos a ter uma função pedagógica. E o filósofo grego Sócrates, por exemplo, era adepto do amor homossexual e de acordo com alguns especialistas pregava que o coito anal era a melhor forma de inspiração, ou seja, em Atenas o sexo entre homens se dava para que os jovens pudessem absorver as virtudes e os conhecimentos da filosofia dos mais velhos.

Com esses argumentos sobre as práticas sexuais é que o bloco se caminha para as análises dos especialistas espíritas. A fala do psiquiatra João Lourenço é interessante porque ele procura traçar as origens das pessoas que sofrem preconceito na esfera do espiritual:

João Lourenço - Psiquiatra: a maioria dessas pessoas que passam por esse processo é um processo cármico. Lembrando que carma não é pagar coisas do passado é poder ter experiências que me ajudam a ter o arrependimento, o remorso, e o sincero desejo de reparação em coisas que cometi comigo ou com outros, no caso aí na esfera da sexualidade. [...] então existe o que o Richard Simonete chama de inversão. Inversão sexual que seria a pessoa reencarnado e ela não teve o tempo ou, como foi uma proposta, não ter uma adaptação, um tempo para a adaptação da sua índole emocional, psicológica, de um sexo em um corpo de um outro sexo. Quando ela encarna, nós vamos ver esses ditos homossexuais, como egosintônico, porque você vai pesquisar o ego dele, o âmagô de sua alma, ele é de um sexo e o corpo apresenta outro. [...] e existe o que é egodistônico porque a pessoa aprendeu práticas homossexuais, porém ela não tem a inversão vinda como proposta espiritual. [...] tentar tratar uma alma feminina num corpo masculino ou alma masculina em um corpo feminino eu acho que isso transcende, transpassa o quesito médico, o quesito psicológico.

Mais uma vez, e como já foi dito, isso é uma constância no programa, a questão da encarnação para explicar os infortúnios dos indivíduos. O que reproduz categorias classificatórias para explicar a origem da homo afetividade. Em outras palavras, há pessoas que estão encarnadas em um sexo e quando vão reencarnar em outro, não tiveram tempo de se adaptarem a nova condição, e por isso, são LGBTTTQ, isto é, essas são egosintônico. Quando as pessoas não têm essa “inversão espiritual”, mas são homo afetivas, são classificadas como egodistônico. Outra a analisar é Marin:

Mercedes Marin – psicóloga e médium: no caso do mundo espiritual não existe diferença de gênero porque o espírito ele é. A diferença de gênero começa acontecer quando nós encarnamos, isto é, importante deixar claro. Quando nós encarnamos nós encarnamos em uma natureza dual: dia /noite, bem /mal, lua / sol, e o homem e a mulher.

Mercedes Marin – psicóloga e médium: nunca recebi na clínica um homossexual e chegasse e falasse quero me curar da minha homossexualidade. Tenho vinte e dois anos de clínica. Já recebi sim alguns homossexuais que chegaram e falaram eu tenho dúvidas.

Mercedes Marin – psicóloga e médium: eu diria que esse projeto vem também em encontro a necessidade de pequenos grupos preconceituosos e que querem aplacar um pouco a angústia de terem que conviver com os homossexuais.

Quando o episódio encarna um espírito para opinar sobre o assunto, ele coloca, também no plano espiritual, um sujeito da experiência que produzirá uma argumentação estruturada na narrativa de suas “vivências”, de encarnações:

Regina Braga – Sam – Médium: eu me descobri um homossexual aos seis anos de idade, eu já percebia que eu era diferente dos outros meninos. E fui entender direito o que era a coisa quando eu tinha mais ou menos por volta de dezesseis e dezessete anos de idade e foi aí também que eu tomei como coisa natural, que me chamava a atenção eram os meninos e não as meninas. [...] a origem da minha

homossexualidade deve vir de um passado muito, mas muito remoto. Eu fui um guerreiro, um soldado grego, onde a prática do que hoje se chama de homossexualismo era uma coisa natural. E não deixa de ser natural. [...] são as pessoas que lá na, quando apareceu o cristianismo, na idade média é que mudaram esses conceitos. Quando o homem quer ver atendido seus desejos íntimos e os desejos que eu estou falando são os desejos de poder, ele é capaz de tudo. De mudar, de usar o nome de Deus para dizer Deus condena. O inferno está logo ali.

No contexto da fala acima, Sam produz uma relação ontológica com a sua sexualidade, já que a origem dela é espiritual e ele passou por diversas encarnações mantendo a mesma orientação sexual.

4.3 *Terceiro Bloco – Aceitação e cirurgia de mudança de sexo*

Neste bloco a problematização dos movimentos sociais passam por outras questões já abordadas. Agora, se questiona sobre a visibilidade da população gay. Em outro momento do bloco, o episódio relativiza os papéis das religiões nessa realidade, pois elas não são apenas fonte de intolerância, mas existem igrejas que aceitam LGBTTTQ.

Importante ressaltar como o programa aborda o pluralismo religioso, colocando as igrejas no mesmo plano de debate sobre a realidade, no entanto, serão os debatedores espíritas que possuem o explicar legítimo sobre o mundo social.

O terceiro bloco começa com Felipe Ohno dizendo que de acordo com a organização mundial da saúde uma em cada dez pessoas é homossexual. Segundo ele, somente no Brasil sessenta mil casais se declararam homossexuais em 2010. E indaga: “alguns estudiosos acreditam que o número de homossexual esteja aumentando com o passar do tempo e há quem culpe a ingestão de soja e a poluição por isso. Mas será mesmo que a população gay tem crescido?”

Para responder essas perguntas os personagens farão uma relação entre visibilidade e a percepção de aumento da população homo afetiva. A primeira a opinar é Marina:

Mariana Mero – ass social do Centro de Combate a Homofobia: o que a gente tem conseguido hoje é mais visibilidade do público LGBT. O próprio movimento das minorias sociais como um todo, a questão dos direitos humanos ela vem sendo discutida todos os dias constantemente, tem feito que as minorias sociais elas tenham muita mais força. As pessoas conseguem mostrar muito mais a sua cara.

Para ela, não é somente o público LGBT que está com maior visibilidade, outras minorias também. Isso acontece graças ao debate em torno dos direitos humanos. Argumento semelhante à do presidente da Parada Gay de São Paulo.

Fernando Quaresma – advogado e presidente da Parada: quando você traz a tona o tema e o debate você provoca a sociedade a criar novos conceitos e rever conceitos.

Ressaltamos que, já que se é pelo debate que muitas das consciências são transformadas, o próprio programa realizaria uma atividade transformadora, pois está promovendo essa discussão. Após isso, o bloco altera de assunto e discutirá o papel das religiões na aceitação de pessoas homo afetiva. No começo desse procedimento, Mariana, como já ocorrido em outros trechos desse episódio, atribui uma certa culpa nos movimentos religiosos a nossa cultura de intolerância:

Mariana Mero – ass social do Centro de Combate a Homofobia: grande embate, falando do nosso país e aqui do município de São Paulo é a questão da falta de informação e a questão da nossa própria cultura. Uma cultura baseada, pautada no machismo, em convicções religiosas que fazem com que as pessoas não respeitem o outro.

Na sequência do episódio, o programa apresenta uma instituição que “aceita” homo afetivos como fiéis, A Igreja da Comunidade Metropolitana de São Paulo, que possui como pastora Alexia, mulher transexual. Vejamos, ela diz que sua igreja é procurada por casais para celebrar algo que já existe, o casamento, e que este não é um sacramento. Ele é sim uma “celebração de um sentimento que já existe entre duas pessoas”. O mais curioso é notar que dada essa descrição, a pastora afirma não fazer parte de uma igreja gay, mas de uma igreja cristã que não faz acepção de pessoa. É um lugar para as minorias.

Felipe Ohno não deixa escapar antes disso que o casamento gay é alvo de críticas pelos líderes religiosos. Lembra ele que “Bento XVI quando ainda era Papa chegou a declarar que o casamento gay era uma ameaça para humanidade. Pastores evangélicos como Silas Malafaia e Marcos Feliciano também se colocam contrários a prática e travam uma verdadeira guerra contra o que eles chamam de homossexualismo”. Faz isso para em oposição mostrar a Igreja da Comunidade Metropolitana de São Paulo, onde não só é permitido o casamento gay, como também é a maioria.

Questionada por Felipe o motivo da maioria dos frequentadores da Igreja ser homossexual, Alexia responde que eles vão porque encontram acolhimento e liberdade para serem o que de fato são. E por fim não deixa de mencionar Deus, que ama a todos e “nos fez como somos e que está conosco, caminha conosco”.

Agora, voltando a análise que estávamos fazendo acima, João Lourenço, psiquiatra, comenta ser claro que as pessoas têm mais coragem de se expor quando possuem mais abertura. O que chama atenção é que ele conclui ser danoso para a vida social, as pessoas não se exporem e se esconderem, porque dessa forma elas casam não tendo afeto, mas apenas para esconder a homossexualidade.

4.4 Terceiro Bloco – as famílias

O último bloco desse episódio é inteiramente destinado à categoria “Família”. No primeiro momento mostra a perturbação de pais e mães quando descobrem que possuem filhos e filhas homo afetivos. Esse episódio problematiza as noções de “amor incondicional” dos pais e retrata a dificuldade dos gays e seus pais na “saída do armário” – quando o homo afetivo assume para família a orientação sexual.

Em um segundo, exibe uma família homo afetiva como modelo de postura saudável. O casal retratado, Vasco e Dorival, é o primeiro de pessoas do mesmo sexo a adotar crianças. Eles adotaram duas meninas em tempo diferentes, que por acaso do destino, são irmãs biológicas.

Logo no começo o âncora Felipe introduz o assunto falando que nem toda a família lida bem com o assunto. Muitas vezes o preconceito dentro de casa, segundo ele, cria um ambiente estritamente sufocante, tanto para os homossexuais como para os pais. E apresenta um grupo de apoio a pais de homossexuais, criado pela doutora Edith, especialista na USP em diversidades de orientações sexuais e identidades de gênero. A ideia para a formação do grupo surgiu depois que o filho caçula dela, o sétimo, “saiu do armário”. Segundo ela, ela não tinha com quem conversar sobre isso e sentia-se muito angustiada. Na fala dela ao Felipe é relativizada a relação das mães à obrigatoriedade do amor incondicional aos filhos, como podemos ver abaixo:

Felipe Ohno: qual o grande problema da homossexualidade na visão desses pais?

Dona Edith: o que foi internalizado não foi só que os filhos devem ser heterossexuais, foi que ser homossexual é muito negativo. Então junto do conceito de homossexualidade, vem que os homossexuais são safados, são sem vergonha, são promíscuos. [...] e muitos não têm paciência com os pais, porque eles não entendem a dificuldade. A nossa sociedade não só criou o mito que ser gay é horrível e negativo, mas criou também o mito do amor incondicional. Então as mães e os pais devem amar os filhos incondicionalmente. Isso não existe porque mães e pais são pessoas e não são deuses. [...] a gente fala para o jovem, né, quando o jovem sai do armário o pai acaba entrando. Aí tem que ter um período para que ambos elaboram todas essas situações e depois tendem uma reaproximação.

Tal como foi exposto na fala, a problematização das relações afetivas familiares passa pelo conceito de homossexualidade presente na sociedade, como algo negativo e promíscuo. Mas, ainda, segundo Felipe, o âncora, apesar de toda polêmica que ainda envolve o assunto os homossexuais, eles têm conquistado os seus direitos sociais e legais. O casamento gay, por exemplo, já é permitido em 14 países, inclusive no Brasil, onde a adoção por casais do mesmo sexo também é permitido. Ele, pessoalmente, foi até Catanduva no interior de São Paulo para conhecer o primeiro casal gay a adotar legalmente uma criança no Brasil.

Falaremos brevemente deles agora. O casal Vasco e Dorival está com 21 anos de união. Eles fizeram o cadastro de adoção e depois de um ano a Teodora, a primeira filha, foi adotada. Eles tinham, na época, quatorze anos de união. Esse caso ficou famoso na televisão, pois o casal adotou sua segunda filha, e por coincidência, Helena era da mesma mãe biológica que a primeira menina. O mais curioso é que o fórum também não sabia disso. E diz Velasco que “realmente foi plano divino mesmo. Foi deus que colocou helena para ser liberada justamente na época que a gente era o próximo”. E Dorival reafirma, “então, não é coincidência, isso não é coincidência”.

Outro ponto fundamental discutido sobre essa questão está na fala de Sam, espírito encarnado em Regina Braga. Diz ele que seu pai era uma pessoa rígida, um homem que vinha do sertão, do nordeste e que, acostumado ao machismo foi muito difícil aceitar um filho “naquelas condições”. Ou seja, o pai não aceitou e ainda, quando Sam desencarnou, disse ter sido recebido no plano espiritual com amor. E completa, dizendo que “homens, mulheres, negros e brancos, seja de que religião for, que Jesus possa ser realmente a luz que vai nortear as nossas vidas”. Então, Sam ressalta que no plano espiritual não distinções por orientação sexual e todos são tratados de mesmo modo.

Vejamos as falas dos especialistas- psicóloga e médium e psiquiatra:

Mercedes Marin – psicóloga e médium: a conduta promíscua é condenável em qualquer relacionamento, em qualquer situação. [...] os homossexuais estão aí formando famílias bonitas e educando filhos de uma forma saudável. Eu acredito que o ser humano que nós estamos evoluindo a caminho da integridade. Então podemos estar deixando cair por terra essa necessidade, dessa figura masculina e feminina para estarmos assumindo nosso papel, nossa identidade sexual. [...] para nós entendermos a bíblia nós temos que ter ouvidos para ouvir e olhos para enxergar. Então nós não podemos realmente tomar ao pé da letra. Aliás nenhum contexto literário nós podemos tomar ao pé da letra. Nós temos que sempre fazer uma leitura polivalente. [...] assumindo o comportamento homossexual de uma forma positiva e saudável, ela está ajudando outros homossexuais assumirem também sem se sentirem marginalizados. Está ajudando pessoas que são muito preconceituosas a quebrarem preconceitos. Nós estamos fazendo parte dessas pessoas. Nós vamos entrar em contato agora que eles estão se expondo mais com

peças maravilhosas e que são homossexuais. E que vão fazer um bem para a humanidade porque eles podem se expor mais.

João Lourenço - Psiquiatra: as pessoas condenam usando uma palavra outra chamada perversão. Não, a perversão pode sim ser encontrada inclusive nos heterossexuais. [...] se a motivação é real e verdadeira com amor. Porque a gente vê adoção entre heterossexuais que aparentemente é por amor, mas é para completar as necessidades psicológicas de talvez pessoas que não possam ter mais filhos, questões físicas para ter. e que as vezes deposita na criança toda uma vontade que é dela mas não, realmente de amparar e trazer a criança para si. [...] então para acabar com o preconceito é exatamente o que está acontecendo, tem que se falar sobre o assunto. Aí vamos perceber onde estão os preconceituosos, onde estão os abusadores e onde estão os equilibrados. [...] vendo esse caso de Catanduva, eu acho que se ve a mão de deus, ou a vontade de deus tá acima de qualquer conceito arraigado que o ser humano possa a vir a ter, seja ele, o conceito, científico ou intuitivo ou opinião própria pessoal.

Observamos na fala de Mercedes, psicóloga e médium, a conceitualização de um modelo de família considerado saudável. Este abarca os homossexuais, desde que não sejam promíscuos. Isto é, se um homossexual for monogâmico ele poderá ajudar as demais pessoas gays a desconstruírem seus preconceitos e a não se sentirem marginalizados. Somente se houver um caminho da integridade é que as figuras do feminino e do masculino podem cair por terra, ou seja, que as pessoas podem ter uma identidade sexual, assumir o seu papel.

Nessa segunda parte, João Lourenço caminha na mesma direção que Mercedes, mas vale ainda pontuarmos que fala explicitamente da promiscuidade dos heterossexuais. Ora, para ele a perversão não é exclusiva da homossexualidade. A conclusão que ele dá é a de que podemos sim perceber onde estão os preconceituosos, os abusadores e os equilibrados. Um exemplo é enxergar a mão de Deus, que como ele diz, está acima de qualquer conceito arraigado do ser humano. Curioso então como ele nota essa “mão de Deus” no caso da adoção do casal de Catanduva, o que finaliza o episódio em questão.

5 Fala que eu te escuto: a pedagogia da controvérsia e de si

(fonte: acervo próprio)

Ao entrar no portal de *streaming* dos programas audiovisuais²¹ da Igreja Universal não dá para deixar de notar no seu centro, em letras garrafais, grande e chamativo os dizeres: “Por que você está sofrendo? Milhares de pessoas chegaram até aqui com suas vidas destruídas pelos problemas. Porém, após o atendimento, elas puderam voltar a sorrir.” Essas sentenças, impossíveis de não serem notadas, não estão propriamente ligadas a nenhum programa específico, ao mesmo tempo que, por sua localização no sítio, se relaciona a todos. E também porque imediatamente no espaço ao lado transmite-se ao vivo a programação da IURD, onde todos os seus programas são transmitidos em tempo real. Eles variam de temas e assuntos abordados, de cenários, e até de pastor-apresentador, o que permanece fixo e imóvel na página são estas frases. Na prática, ele é um *link* para de modo *on line*, virtual e instantâneo conversar com um pastor. Ao clicar nos dizeres um *chat* abre e qualquer um, a qualquer momento, pode se conectar a um pastor, e como a própria inserção diz, “procurar compreender as fontes de seu sofrimento”.

Além de um *link* para um *chat*, a disposição no portal sugere que a resposta pode estar na programação passada logo ao lado. Esse seria o mote, provável, presente em toda a programação! E dentre os programas presentes o de maior audiência da igreja, o “Fala que eu te escuto”, não é a exceção, apesar de ele não ser uma transmissão de reuniões de dentro dos

²¹ <http://sites.universal.org/tvuniversal/>

templos e ter uma pauta social e política. Como demonstraremos abaixo é a resposta a indagação do sítio que o ordenamento social dele procura responder e a ela se relacionar.

O “Fala que eu te escuto” é um programa sobre o *Mal-Estar*: modelo societário que articula sujeitos e suas narrativas de sofrimento com a construção de indeterminações da realidade social e política. Como se as regras sociais fossem incompreensíveis para esses sujeitos e levassem ao sofrimento psíquico, dentre elas, a depressão.

Nesse sentido, os episódios são pautados por narrativas do sofrimento causados por tensões sociais, que no “debate” inserido internamente a ele são produzidos com insolúveis ou sem uma solução aparente, pelo menos nas conformações do mundo social. A resposta a esses sofrimentos seria uma alteração no estado de consciência dos sujeitos por meio da fé. Assim, a problematização do social não teria como foco alterar a realidade, mas sim os próprios sujeitos nela inseridos.

Outro ponto relevante que esse programa, dentre os aqui analisados, é o que atribui maior importância e protagonismo aos “sujeitos da experiência”. Todo o procedimento dele é uma espécie de pedagogia prática que ensina uma racionalidade – lógica para a ação – de como debater em controvérsias públicas e de como se “auto governar” para eliminar os infortúnios e sofrimentos causados pela sociedade. Mas antes de analisarmos os episódios dele, faremos abaixo algumas considerações sobre o império midiático que cerca a Igreja Universal.

5.1 Igreja Universal, Império midiático e o Fala que eu te escuto

Algumas denominações evangélicas possuem vasta rede midiática, como é o caso exemplar da Igreja Universal do Reino de Deus. Sua emissora de televisão, a Rede Record, pertenceu ao Grupo Silvio Santos e a Paulo Machado de Carvalho até o dia 09 de novembro de 1989, quando a igreja Universal anunciou sua compra por meio de um processo que somente se finalizaria em 1991, resultando num grande passo para se tornar uma das maiores emissoras de televisão do país. Tal instituição religiosa já era possuidora de duas pequenas emissoras, a rede Família e a rede Mulher.

Em pouco tempo a Igreja Universal demonstrou grande capacidade de expansão da rede televisiva. Em 1989, a Rede Record estava com déficit e demandou da Universal 45 milhões de dólares. Cerca de dez anos depois o faturamento da *Record* ultrapassava os 300 milhões de dólares e o sinal da emissora cobria todo o território nacional (Fonseca, 2003).

Para exemplificar a dimensão do complexo comunicativo construído após a compra da Record, consideremos alguns dados: em 2002²², somente no Brasil, a *Universal* possuía 62 emissoras de rádio e contava com 63 emissoras de televisão ligadas à Rede Record, que é a terceira em audiência no país; dessas 63 emissoras de televisão, 21 são de propriedade da *Universal* (Fonseca, 2003). Em 2008 a *Record* expandiu-se para os canais fechados de TV a cabo com a Record News, canal de notícia 24h por dia.

O *Fala que eu te escuto* é transmitido diariamente, nas madrugadas, pela Rede Record de Televisão. Dos programas da Universal, este é o de maior audiência, atingindo picos de até sete pontos no IBOPE (2013). E desde 2011, é líder de audiência no horário. Diferentemente da maioria dos programas da Universal, cuja produção é regional, com os pastores de cada região ocupando a posição de apresentadores, o “Fala que eu te escuto” é transmitido diretamente de São Paulo para todo o país, de segunda a sexta-feira, ao vivo e apresentado por bispos. Por possuir uma temática variada, composta geralmente por temas em destaque na mídia, a concepção do programa não se assemelha à forma como são organizadas as atividades ordinárias da IURD, cujas reuniões são temáticas, e cada dia da semana é dedicado a um tema específico. Por exemplo, às segundas-feiras é o dia da *Reunião da prosperidade*, que tem por alvo pessoas com problemas financeiros; a *Reunião do Descarrego*, que ocorre às terças-feiras, tem como mote a saúde e a promoção da cura de doenças; e as Reuniões das quintas-feiras são destinadas ao tema da família. A maioria dos programas televisivos dessa igreja mantém correlação com os temas das reuniões nos templos, permanecendo, em alguns casos, os mesmos nomes.

No começo dos anos noventa, o programa chamava-se *25ª Hora* e tinha como âncora e apresentador o pastor Ronaldo Didini. O pastor Ronaldo manteve-se à frente do programa até sua saída da Igreja Universal em 1996²³. Após esse ano, houve alguns apresentadores esporádicos até 1998, momento em que o programa foi reformulado e renomeado como “Fala que eu te escuto”. Nos anos seguintes o programa passou por transformações importantes, entre 1998 e 2008, o programa era produzido em três regiões diferentes, São Paulo, Rio de Janeiro e Norte/Nordeste. E, por fim, a partir do ano de 2008, o programa foi novamente unificado e sua produção voltou a ser nacional.

²² Dados do Instituto de Pesquisas em Comunicação, somente no Brasil, 2003.

²³ Ronaldo Didini deixou a Igreja Universal no ano de 1996 para ser pastor da igreja [Assembleia de Deus](#). Atualmente trabalha em uma instituição religiosa fundada por ele em Portugal.

O programa é constituído por três partes, que também correspondem à divisão feita por nós com fins analíticos: num primeiro momento, edições de reportagens da área de jornalismo da Rede Record, que introduz e tematiza a questão a ser debatida; no segundo, os telespectadores ao vivo opinam sobre o assunto; e o último, o bispo-apresentador conduz uma oração.

A primeira parte, formada por edições de reportagens da área de jornalismo da Rede Record, é produzida a partir de, principalmente, três programas: o *Hoje em dia*, o *Jornal da Record*, e o *Domingo Espetacular*. O *Hoje em dia* é um programa diário, matinal, apresentado por quatro apresentadores: os comunicadores Celso Zucatelli e Chris Flores, o chef de cozinha Edu Guedes e a modelo Gianne Albertoni. O programa além de informar, se propõe a entreter, e seus quadros, geralmente são sobre culinária, moda e saúde.

O *Jornal da Record* é um noticiário de cobertura nacional com o objetivo de apresentar as principais notícias do dia. Já o *Domingo Espetacular* possui a proposta de ser uma revista eletrônica semanal. Seus quadros são variados, apresentando temas como esporte, celebridades, etc. e suas reportagens são de duração maior se comparado com as do *Jornal da Record*.

Esses três programas, com propostas de informação distintas, são editados para compor o corpus de reportagem sobre um determinado assunto no “Fala que eu te escuto”. Apesar de serem distintos no conteúdo, esses programas são similares na forma de noticiar, pois todos utilizam fatos ocorridos com pessoas e são marcados por um enfoque normalmente dramático. O foco das reportagens são pessoas comuns que estariam passando por experiências traumáticas e produzem a partir disso *narrativas de sofrimentos*. Essas narrativas são realizadas por sujeitos anônimos, mas são generalizadas para produzir sentido a todos os espectadores.

A segunda parte é uma parte interativa, na qual os telespectadores, por meio do telefone, opinam sobre o tema a partir de proposições propostas pelo programa. Esses participantes interagem para opinar com o bispo-apresentador; e, por fim, o momento da oração em que o apresentador, bispo da igreja, discursa sobre o tema.

Observaremos agora os processos do primeiro momento do programa composto por reportagens jornalísticas. Essas reportagens versam sobre o assunto da temática escolhida para o episódio do programa “Fala que eu te escuto”. E escolhemos três episódios do programa dividindo-os em três grandes temas, que acreditamos ser representativos do programa como um todo: Justiça, Família e Saúde. Apesar dessa característica de variação de

assunto, observamos que praticamente todos os episódios do programa são articulados a partir de um eixo discursivo sobre a relação entre *felicidade* e *sofrimento*. Ou seja, essa relação é um grande vetor de sentido que permeia todos os episódios do “Fala que eu te escuto”, independentemente de seu assunto.

Para ilustrar essa relação e a produção de uma gramática como contexto discursivo para os momentos seguintes do programa pensaremos em dois planos de análise: o primeiro, sobre *o que* dizem os atores. Assim, serão analisadas as associações entre categorias e seus sentidos. E segundo, *como* dizem os atores. Nossa intenção, nesse sentido, é a de compreender os mecanismos de generalização e singularização do discurso ou, dito de outro modo, como os atores indexam novos sentidos às categorias em cena.

Essa primeira parte do programa – as reportagens jornalísticas - fornece as bases, o contexto discursivo no qual os telespectadores selecionados para o posterior debate com o pastor opinarão sobre o tema proposto.

A seguir apresentaremos três episódios do programa com temas distintos para ilustrar a produção da gramática do debate interativo e demonstraremos as articulações de seus temas com as noções de *felicidade* e *sofrimento*.

Inicialmente investigaremos o episódio de tema Saúde, com o título “Obesidade: o maior desafio é vencer a doença, o preconceito ou os estímulos do próprio corpo?”. Observaremos como a categoria “obesidade” se articula com a de “felicidade” produzindo uma noção de “normalidade”. Então, faremos uma comparação com outros dois episódios programas: um sobre o tema justiça e o outro sobre o tema família.

5.2 *Narrativas do sofrimento: corpo saudável, sociedade e saúde mental*

No episódio “Obesidade: o maior desafio é vencer a doença, o preconceito ou os estímulos do próprio corpo?”, exibido no dia 17/08/2013, observamos que a primeira associação realizada pelo conjunto das reportagens jornalísticas é entre crise emocional e controle do peso. No primeiro momento do episódio, a associação é efetivada pela ação de três atores: o narrador, no caso, o repórter; dois especialistas, uma nutricionista e um endocrinologista, e dois sujeitos da experiência, duas mulheres, Gláucia e Gisele. Ambas estão conseguindo controlar o peso pela mudança de hábitos alimentares e pelo controle emocional. Nessa reportagem, introduz-se, com isso, uma noção de obesidade que está relacionada aos hábitos alimentares. Estes, por sua vez, estariam, como veremos adiante, ligados ao emocional. O narrador começa a reportagem dando a definição para o “fato”:

Repórter: Manter o peso se tornou um desafio cada vez mais difícil. Subir na balança é um sofrimento para muitas pessoas. Elas engordam... emagrecem... e, logo depois, ganham mais peso! É o chamado efeito “sanfona”!

Notemos que o processo de ganhar e perder peso é denominado “efeito sanfona” que, aqui, é colocado de maneira geral utilizando-se expressões como “muitas pessoas” ou “elas engordam”. Esse é o mote a ser desenvolvido até o final dessa matéria jornalística.

Essa reportagem apresenta como especialistas um endocrinologista e uma nutricionista, após a fala do narrador, aparece o primeiro especialista:

Médico [Mário Mancini, endocrinologista]: No fundo, as pessoas não querem modificar os hábitos que estão errados. Elas querem um milagre. Na dieta você tira tal alimento, você come dessa maneira e você vai perder peso. E depois, o que fazer?

Neste caso, o médico age como um mediador. Ou seja, da enunciação genérica realizada pelo narrador, ele acrescenta sentido ao colocar a concepção de “mudança de hábitos”. Postulando, portanto, que haveria uma maneira correta de se alimentar.

Em seguida, a reportagem realiza o primeiro processo de singularização mostrando casos de celebridades. Esse procedimento de reforçar o argumento mostrando um conjunto exaustivo de pessoas públicas como meio de singularização pode ser visto muitas vezes nas reportagens seguintes. Esses casos sempre aparecem após afirmações abstratas para, em seguida, exibir a experiência de pessoas comuns. Como se as pessoas públicas fossem o meio termo do processo de singularização. O narrador faz a seguinte assertiva:

Repórter: Diversas celebridades já foram fotografadas com uns quilinhos a mais. A cantora Beyoncé²⁴ avançou sete quilos no ponteiro da balança. Outra famosa que sofreu com o efeito “sanfona” foi a cantora e atriz Mariah Carey²⁵. Britney Spears²⁶ também já abusou da comida. Resultado: 25 kg a mais que seu peso normal. Alicia Barnton também chamou a atenção não somente pelo ganho repentino de peso, mas também pelo excesso de celulite! Especialmente na parte de trás da perna. Janet

²⁴ Beyoncé Giselle Knowles (Houston, 4 de Setembro de 1981) é uma cantora, compositora, atriz, dançarina, coreógrafa, arranjadora vocal, produtora, diretora de vídeo e empresária americana nascida e criada em Houston, no Texas. Cantora desde a infância, Beyoncé se tornou conhecida no ano de 1997, como vocalista do grupo feminino de R&B Destiny's Child, que mundialmente já vendeu mais de 50 milhões de discos.

²⁵ Mariah Carey (Huntington, 27 de março de 1970) é uma cantora, compositora, atriz e produtora musical americana. Realizou sua primeira gravação em 1990 e se tornou a primeira artista a ter cinco singles de estreia entre as cinco primeiras posições na Billboard Hot 100.

²⁶ Britney Jean Spears (McComb, 2 de dezembro de 1981) é uma cantora, compositora, dançarina e atriz dos Estados Unidos. Britney já vendeu mais de 100 milhões de álbuns, 90 milhões de singles, e 40 milhões de DVD's segundo a Jive Records.

Jackson²⁷ e Jennifer Love²⁸ completam a lista de celebridades que já apareceram acima do peso. Mas recuperaram a boa forma.

Seis pessoas públicas que teriam passado pelo que está sendo denominado de “efeito sanfona” são colocadas como exemplo para demonstrar como ele é verossímil. Essas celebridades são consideradas *sex symbols* pela mídia em geral por seus corpos em forma. A narradora parte desse suposto para noticiar o breve momento em que essas pessoas públicas estiveram acima do peso. É importante ressaltar que as pessoas públicas não são vistas como constituintes de uma posição nas reportagens, pois elas sempre aparecem na enunciação do narrador. Ao contrário do sujeito da experiência que age, ou seja, emite um discurso por vezes indexando sentidos aos termos mobilizados para tratar do tema do episódio relacionando-o a sua experiência pessoal.

A nosso ver, o aparecimento dos exemplos de pessoas públicas é um procedimento que os atores utilizam para generalizar ou singularizar discursos. Esse procedimento aparece como um meio termo, isto é, sujeitos da experiência o utilizam para ilustrar como há outros casos além dos seus ou o narrador- quando expõe enunciados gerais descolados da experiência ordinária das pessoas, para exemplificar a possibilidade da assertiva. O uso de notícias sobre as celebridades para exemplificar o tema é um procedimento comum no programa, pois aparece diversas vezes, em diversos episódios.

Depois de singularizar como casos de celebridades o programa toma mais uma medida de singularização. Apresenta-se o caso de Glaucia Ferreira, um dos sujeitos da experiência, que mudou sua postura em relação aos hábitos alimentares. Glaucia, que é psicóloga, está conseguindo perder peso pela reeducação alimentar. Ela chegou a pesar 135kg e já emagreceu quarenta quilos. Agora almeja perder mais 13 kg. Para ela, o caminho foi uma cirurgia de redução do estômago com método do balão, chamada de bariátrica. Mas adverte que antes de chegar à cirurgia, investiu na reeducação alimentar. Nessa reportagem, o binômio reeducação alimentar e intervenção cirúrgica é apenas pano de fundo da narrativa sobre Glaucia. Em outras reportagens, como veremos adiante, este binômio aparecerá de forma recorrente.

²⁷ Janet Damita Jo Jackson (Gary, 16 de maio de 1966) é uma cantora, compositora, produtora musical, atriz e dançarina natural dos Estados Unidos da América. Janet iniciou sua carreira como atriz em 1973, e desde então participou de várias séries de televisão e cinco filmes. Em 1982, deu início a sua carreira de cantora. Ganhadora de sete prêmios Grammy, ela foi a primeira e única mulher negra a ganhar o prêmio de produtora do ano, além de ganha-lo em 6 categorias diferentes. Jackson já atuou em outras áreas como, escritora, estilista e empresária; tendo sua primeira linha de roupas lançada em 2001.

²⁸ Jennifer Love Hewitt (Waco, 21 de fevereiro de 1979) é uma atriz e cantora norte-americana?

Nessa matéria jornalística o foco é crise emocional e o ganho de peso. No momento seguinte é exibida a fala de Glaucia que narra como costumava controlar o peso, “sempre com um moderador de apetite, remédio para queimar caloria, mas nunca uma mudança, assim, de postura frente à comida.”.

Nesse momento da reportagem entra em cena o segundo especialista: a nutricionista Lúcia Matos, que acompanha Gláucia. Ela afirma que a reeducação alimentar é a única forma de lutar contra o efeito “sanfona”. Essa especialista funciona como agente intermediário, pois ela não acrescenta novo sentido ao termo, apenas o ratifica.

Repórter: Cerca de 12% dos brasileiros estavam de gordinhos a obesos na década de 80. Hoje, são 24%, ou 45 milhões de pessoas com sobrepeso. Muitos deles passaram pela frustrante experiência de chegar ao peso ideal e voltar a engordar: o famoso efeito sanfona ou iô-iô. O filme *O diário de Bridget Jones* narra a luta para vencer o efeito sanfona.

O narrador realiza o seguinte procedimento: primeiro generaliza a questão por meio de pesquisas estatísticas e depois cita um caso específico para demonstrar a generalidade do fenômeno ou para dar-lhe materialidade, por meio de um exemplo, no caso, um personagem de filme. O próprio narrador afirma que motivos para descontar a tensão na comida não faltam. Muitas vezes, comemos não porque simplesmente estamos com fome. E sim, para acalmar nossas emoções. Apresenta-se então o especialista psicólogo, que age como intermediário:

José Cândido de Moraes (psicólogo): Então ela come pouquinho, ela esquece, né... uma coisa que aconteceu com ela durante o dia, então ela vai “puxa, eu tenho que me relaxar, tenho que fazer alguma coisa”. E o caminho que ela aprendeu foi esse. Então, ela tem que aprender um outro caminho para aprender a lidar com as dificuldades da vida.

O interessante é que nesta fala o especialista foi chamado para interpretar as ações do personagem ficcional presente no filme que comeria de forma inadequada por causa da ansiedade. E no momento seguinte, volta a dar mais um passo para a singularização. Assim como no caso das pessoas públicas o exemplo do filme funciona como um passo para a singularização para depois singularizar novamente. Gisele Rao, escritora, diz que cansou de só tomar sopa, virar macrobiótica, apostar na proteína e, inclusive, perder o namorado por conta das dietas da moda, por isso resolveu dar um jeito no efeito “sanfona”. Segundo o narrador, Gisele está mais consciente e menos emocional, investindo agora numa nova dieta:

Gisele: Uma, você... é... han... come devagar, sentindo se você tá com estresse, com ansiedade, com não sei o quê. Você come só se estiver com fome, tá? Não adianta... se te oferecerem alguma coisa, não aceite. E terceiro, você saciada, você para.

É Gisele que realiza a indexação final entre controle emocional e obesidade: “a pessoa que não sabe lidar com as emoções, ela vai ser compulsiva em outras coisas para aplacar a ansiedade”. Para controlar a própria ansiedade e ajudar outros ela criou um *blog*, “Vigilantes da autoestima”. Segundo ela, “a pessoa que não sabe lidar com as emoções, ela vai ser compulsiva em outras coisas para aplacar a ansiedade”.

Vimos até agora exemplos de processos de singularização e generalização. Na reportagem seguinte, o narrador é preponderante e o obeso é construído como vítima, no sentido de que ele não tem escolha, não pode ser nada além de obeso. Neste caso, a obesidade é caucionada por um problema biológico em que o obeso não tem alternativa²⁹.

Tal reportagem traz as narrativas sobre a vida de três jovens que sofrem de uma doença, um distúrbio que faz com que eles sejam obesos. Há somente o narrador e os sujeitos da experiência. Aqui é forte a relação entre obesidade e doença, associada à noção de vítima sem escolha. Na construção da vítima, a primeira associação do discurso apresentado é feita com a categoria “preconceito”. São apresentados problemas familiares e outros problemas de saúde acarretados pela obesidade.

Os três sujeitos da experiência são estadunidenses. Craig Carter, 12 anos, pesa 112 kg; Leona Roberts, 13, que pesa 106 kg, e Chris Leppard, 22 anos, pesando 197 kg. Os três têm um problema genético chamado síndrome de Prader-Willi. De acordo com a reportagem, a doença faz com que eles não tenham a sensação de saciedade e, assim, não consigam parar de comer. A narração procura generalizar e quantificar os portadores da doença definindo de modo mais preciso a doença:

Repórter: De cada 20 mil pessoas no mundo, 1 tem a síndrome de Prader Willi. Nelas, a parte do cérebro responsável pelo controle do apetite não funciona: mesmo que o organismo já tenha recebido alimento suficiente, o cérebro não recebe essa informação. Por isso, a sensação de fome nunca termina.

Dada a definição, a reportagem procura problematizar as relações sociais dos obesos partindo de suas relações com a família. O narrador conta que sempre que pode, Craig

²⁹ Em outro episódio do programa, veremos a construção da vítima no plano social, econômico. Também no mesmo modelo: não há possibilidades de escolha para vítima.

está na cozinha. Durante o preparo das refeições ele fica na frente do fogão, tentando, segundo o repórter, a qualquer custo pegar um pouco do que está sendo feito. São exibidas imagens dos pais enquanto o narrador nos diz que eles estão desesperados. Os pais relatam que o adolescente vive só para comer. Apesar de tentarem manter o cardápio saudável e balanceado Craig não para de engordar. Encontrar roupas que lhes sirvam é um desafio. A mãe, Mia Carter, conta que a maioria das calças, blusas e camisas que ele usa é comprada em lojas de grávidas.

Comprar roupas também é uma tarefa difícil para a família de Leona. A adolescente diz que se acha bonita por ter olhos azuis e cabelos castanhos. Mas gostaria de ter a aparência da cantora Britney Spears. A mãe conta que muitas vezes chora junto com a filha, diz que não se conforma com as críticas que recebe, já ouviu até que deveria trancar a menina numa jaula para emagrecer. O sonho de Leona é levar uma vida normal, ser como as outras adolescentes.

É a primeira vez que aparece a noção de “vida normal”. Na casa de Leona, a situação é dramática e desconfortável. Para evitar que ela sinta vontade de comer o que está no prato dos outros, Leona não participa mais das refeições em família. Ela come sozinha no quarto. A mãe e o padrasto se sentem culpados por excluir a filha desse momento familiar, mas acham que estão certos. Outra medida extrema tomada pelos pais foi colocar travas e cadeados nos armários e na geladeira.

Apesar de possuir a doença referida, Chris não se considera como os outros portadores da doença. Para garantir a independência, ele decidiu sair de casa. Quer morar longe do preconceito e de qualquer controle de comida. A mãe está magoada com a rebeldia de Chris e confessa que, por mais difícil que seja, tenta se preparar para a morte precoce do filho.

Após a narrativa definir a síndrome e apresentar os personagens e suas famílias, o foco recai sobre outros problemas de saúde consequentes da obesidade causada pela doença. Craig tem diabetes e problemas respiratórios que surgiram com o excesso de peso. Três vezes por semana, o pai leva o adolescente para nadar. A água facilita a movimentação, mesmo assim Craig fica exausto rapidamente com os exercícios por causa do peso.

Segundo a reportagem, Leona não respira direito porque a gordura pressiona o tórax. Para dormir, ela precisa usar um aparelho que facilita a respiração. A adolescente sabe que pode morrer se não usar o respirador. Foi o que aconteceu com 17 jovens da mesma idade de Leona e que sofriam da síndrome, de acordo com a repórter: eles dormiram e não acordaram mais.

O excesso de peso também coloca a vida de Chris em perigo. Segundo a reportagem, os médicos alertam que se ele não emagrecer pode ter um ataque cardíaco a qualquer momento. Mas Chris não se importa com o perigo e decidiu viver em outra cidade com um amigo. A despedida é tensa. A família tem medo do que pode acontecer. Acompanhando a mudança na vida do jovem, a reportagem mostra que, em poucas semanas, sem ter a dieta monitorada Chris chega aos 200 kg. Ele sente dores no corpo e conclui que a liberdade para comer o que quiser não compensa.

Em seguida, conta-se que o peso de Leona não para de aumentar e a família decide interná-la numa clínica para obesos. A adolescente enfrentar uma disciplina rígida e terá de fazer exercícios físicos e dieta para sempre. De acordo com a narração, Leona não fazia ideia de como seriam as cinco semanas na clínica. Mas começa a ter noção das dificuldades ao chegar ao restaurante. A funcionária explica que ela só pode comer duas colheres de cada alimento, o que cair do prato na badeja não pode ser consumido. Se as regras não forem respeitadas ela será punida. Depois de cinco semanas internada, uma boa notícia: Leona emagreceu 7 kg e vai voltar para a casa. A família irá assumir a responsabilidade pelo regime que a filha terá que seguir para o resto da vida.

Chris mudou de ideia. Ao invés de morar sozinho e comer tudo o que quiser, vai para um centro de tratamento. Agora a dieta será supervisionada, mas o controle não é tão rigoroso como no caso de Leona. Não há confinamento nem armários trancados. Nas prateleiras, alimento farto, mas de baixa caloria. Chris quer emagrecer e está disposto a substituir a batata frita por legumes e exercícios. Segundo a narração, ele não quer perder o pouco que resta da liberdade com que tanto sonhou.

A narração da reportagem é finalizada da seguinte maneira:

Confundidos com gulosos, ou seja, aquele que possuem escolha e são gordos por essa escolha, os portadores dessa síndrome de fome constante não têm saída. Eles dependem da família e dos amigos. Fazer as escolhas certas é a única garantia de vitória nessa luta pela vida inteira.

Na próxima reportagem veremos a construção da vítima no âmbito social. A história é transposta para o Brasil. Larissa, 9 anos, é apresentada como vítima da obesidade. Porém, ao invés de sua falta de escolha não se dar no plano biológico – a síndrome de Prader-Willis – ela se dá no plano social: sua família faz parte da classe baixa. A construção da figura da vítima, além de também enredar pelo plano biológico – a obesidade como doença -,

envereda o plano social ao retratar uma família que afirma não ter condições de arcar com o tratamento da filha. Segundo a repórter:

Especialistas afirmam que o hábito de se alimentar de maneira errada é um dos principais fatores que levam à obesidade infantil. Larissa sofre com o problema, aos 9 anos de idade, ela já pesa 100 kg. A mãe diz que a filha começou a engordar depois dos 4 anos.

No mesmo procedimento discursivo, a narração vai da enunciação genérica ao caso singular, porém exemplar, de Larissa. De acordo com a narrativa do caso, Larissa tem dificuldades cotidianas por conta de sua obesidade. A mãe dela afirma: "ela não consegue pular corda... ela vê as minhas sobrinhas lá da fazenda pulando corda e ela não consegue pular. Ela não consegue andar muito também". Por isso, segundo a narradora, as barreiras de Larissa vão além. Na escola, ela sofre com o preconceito dos colegas. Nesse momento há uma ligação entre uma definição de "vida normal" ao preconceito. Ou seja, além da doença, há ainda a falta de condições materiais para arcar com o tratamento, as dificuldades consequentes do sobrepeso na realização de atividades corriqueiras para uma criança, como brincar, que também podem causar problemas de socialização da criança e preconceito por parte dos colegas.

A categoria preconceito aparece pela segunda vez no programa, só que desta vez em primeiro plano. O pai reforça o drama da filha: "Ah é muito triste, né. Chega em casa chorando, dizendo o que os amigos fazem, chamam de gorda, feia. Então para gente não é fácil, é triste. É triste demais."

Então, o narrador continua utilizando o discurso indireto do especialista. Começa assim a delinear como Larissa não tem escolha em relação à obesidade.

Repórter: O endocrinologista explica também que a cirurgia de redução de estômago e medicamentos para emagrecer são indicados apenas para pessoas acima dos 15 anos. Nos outros casos, os médicos recomendam que junto com a boa alimentação as crianças pratiquem exercícios físicos.

A reportagem procura contextualizar o caso de Larissa, mas o único modo de ela emagrecer é pela educação alimentar ou pela mudança de hábitos, já que o procedimento cirúrgico não é aconselhável. Agora a reportagem procura generalizar os hábitos das crianças.

Rafael: Hoje, a principal atividade recreativa das crianças é ficar na frente de um monitor, seja ele um monitor de televisão ou videocassete, monitor de computador, ou seja, elas passam um período muito grande inativas.

Nesse momento, é reforçado o fato de que Larissa não tem escolha, pela fala de sua mãe: “Dois meses a gente conseguimos comprar as coisas do regime dela certo, mas ali a gente não tem condições, né, que é só ele que trabalha e o salário ali é muito pouco.” Sem condições econômicas para arcar com os custos do tratamento da filha não há outra escolha para Larissa a não ser a obesidade. Segundo o pai de Larissa: “com o tempo ela não vai poder nem andar. Se continuar engordando desse jeito. E nós não tem condições.”

No fim da matéria aparece Larissa chorando e dizendo como é triste. Da deprimida Larissa vamos agora relativizar noção de felicidade. O mote agora é relacionamento, obesidade e felicidade. A narração conta a história do mexicano Manoel Uribe, de 43 anos, que casou pesando 326 kg. Ele precisou ser transportado de caminhão para chegar à sua cerimônia de casamento. A camisa de seda branca que ele usou é especial, confeccionada especialmente para a ocasião. Antes do casamento foram dois anos e meio de namoro com Cláudia Solis, de 38 anos. Segundo a reportagem, foi ela quem ajudou o noivo a emagrecer. Pois quando eles se conheceram ele pesava 561 kg. E em 2006, foi considerado o homem mais gordo do mundo pelo livro dos recordes. Por causa da obesidade mórbida, Uribe passou os últimos 6 anos preso a uma cama especial feita de ferro. Saiu de casa apenas 3 vezes. A última, no dia do casamento. Manoel Uribe diz que está muito feliz e que quer começar uma nova vida com a amada. Cláudia, a noiva, afirma que sente estar realizando um sonho.

Até esse momento a história foi narrada apenas com a fala do narrador. Com um corte abrupto ele apresenta três falas curtas para problematizar a relação entre Manoel e Cláudia. Os dois primeiros são apresentados como pessoas comuns e o último como um especialista. Cada um deles apresenta opiniões diferentes sobre o casamento de Manoel. A primeira: “Ah meu, ele era muito gordo. Aí até que ele emagreceu um pouquinho, né. Mas não foi muito. Mas o caso é esquisito, é estranho, né. Ele tá casado e tudo...” Seria estranho um homem obeso ter um relacionamento.

A segunda: “O importante é o amor. Acho que independente se a pessoa é gorda, é magra. Acho que não tem problema nenhum.” Não há nada de estranho porque o principal é o amor. E a terceira:

Arthur Kaufman (psiquiatra): A gente não pode achar que a nossa ideia de felicidade é a única ideia que existe, é a única ideia válida. Cada pessoa tem a sua ideia do que é uma felicidade.

O psiquiatra relativiza a noção de felicidade. Assim, a partir desse momento as reportagens que se seguem trabalham com a relação de uma noção de “vida normal” e felicidade. Acompanhemos o caso de Cid Penteado, um “ex-gordo”. Ele aponta para um modelo de felicidade que passa pelo valor da “aceitação social”. A ideia da busca por uma vida normal é ressaltada.

A reportagem começa com o narrador afirmando que Cid descobriu há tempos um caminho para a vida feliz:

Cid Penteado (comerciante): Eu pesei 300 kg. Eu sei, vamos dizer assim, eu sei de carteirinha o que sofre um obeso, as dificuldades pelas quais passa um obeso. E mais do que isso, eu sei das vantagens que existem em emagrecer. Não só no sentido da felicidade ou da aceitação social, mas no sentido da saúde, no sentido da conquista de uma vida normal.

Cid reforça o seu argumento utilizando a autoridade de sua experiência. Ele era obeso e superou as dificuldades, portanto, ele sabe como fazer. O narrador diz que antes de sua mudança de hábitos, Cid passou por uma cirurgia de redução de estômago. Em quase todas as reportagens o binômio intervenção cirúrgica e mudança de hábitos é acionado. Vejamos como o narrador apresenta essa relação: “a conquista de uma vida normal passou pela intervenção cirúrgica e pela mudança radical de hábitos”.

A perda de peso, a superação da obesidade significa conquistar uma “vida normal” e Cid usa a própria história para ajudar, com o seu exemplo de “superação”, quem está acima do peso. O “ex-gordo” faz palestras mostrando a sua “fórmula” para quem também quer ficar de bem com a balança e com a autoestima.

A reportagem seguinte continua trabalhando com noção de vida normal. Nessa reportagem o mote é a associação entre distúrbio emocional e obesidade. A narração é sobre dona Nadir. Ela tem 58 anos, 1,59m de altura e pesa 184 kg. Dona Nadir sofre com a obesidade há 30 anos. Ela chegou a pesar “apenas” 87 kg, mas depois de um distúrbio emocional voltou a engordar. Por meio desse distúrbio ela começou a engordar de 12 a 13 kg por semana. E com a obesidade outros problemas surgiram. A lista contém 22 remédios que a senhora precisa tomar todos os dias para prevenir diabetes, hipertensão, insuficiência vascular e asma. Além disso, o teste de glicemia precisa ser feito três vezes ao dia. Dona Nadir não consegue andar sozinha e é a filha que toma conta da mãe, pois, segundo a filha. Ela não tem condições de ter uma vida normal.

A filha afirma que “é o banho, é a comida, é o remédio, a medicação. Os médicos pedem para que a gente consiga um spa! Condições financeiras a gente não tem”. Mais uma vez a relação entre hábitos e intervenção cirúrgica é estabelecida pelo especialista:

Hamilton Funes (médico nutrólogo): O ideal nessa paciente seria primeiro uma perda dum percentual de peso e a seguir uma cirurgia para se poder resolver definitivamente o seu problema.

O especialista coloca como ideal dona Nadir perder peso para depois realizar a cirurgia. No entanto, como afirma anteriormente, a família não tem condições financeiras para arcar com o tratamento dela.

Repórter: Ainda de acordo com o especialista, a obesidade é uma doença que cresce a cada dia no país. O que comprova é o número de cirurgias de redução do estômago. Segundo levantamento do Ministério da Saúde, em 2001, 497 pessoas passaram por esse procedimento. Sete anos depois, esse número chegou a 3195.

O narrador generaliza o caso de dona Nadir e o coloca como um problema social, já que essa doença cresce no Brasil. Numa reportagem posterior, a questão será colocada como um problema a ser gerido pelo Estado.

Em seguida, mantém-se a ideia da vida normal. Kelly é retratada também como a obesa que venceu e reforça a ideia de uma vida normal conquistada pela mudança de hábitos e intervenção cirúrgica.

Kelly: A primeira vez que eu subi num ônibus também, que eu fui passar na catraca, eu lembro de ter comemorado, ter feito aaah!, ninguém entendeu, né, imagina... essa doida! Aah eu passei na catraca! A bicicleta a mesma coisa, aah eu consegui! Cinema! Eu não entrava no banco do cinema, eu não podia assistir o cinema.

Na fala da Kelly a superação da obesidade é mostrada pela comemoração de se poder realizar atividades corriqueiras, como andar de bicicleta. Essas descobertas, segundo o narrador, só foram possíveis graças à perda de 142 kg.

Kelly conta que era infeliz obesa e que pensou até em se matar “de tantas vezes, de várias formas, né... Eu já derramei muitas lágrimas de sangue! Às vezes, [começa a chorar]...”.

A nova vida de Kelly, de 24 anos, começou depois de uma cirurgia muito discutida: a by-pass do intestino. Na técnica, o intestino delgado recebe um corte. Depois, um atalho é feito para o final do órgão. As duas partes são costuradas. A comida, assim, faria um caminho mais curto e o corpo absorveria uma quantidade menor de gordura. O médico sempre

aconselha bastante água. O líquido entraria como um desencadeador e um acelerador do processo.

Médico: Nenhuma operação no mundo faz milagre. Nenhuma operação no mundo vai permitir que o paciente coma à vontade sem uma grande perda, ou seja, sem uma grande diarreia e perca peso. Isso não existe.

Por fim, a última reportagem deste episódio do programa *Fala que eu te escuto*. Nela a noção de preconceito e de obesidade como doença é reforçada. Um médico especialista defende a adequação dos hospitais, não somente na infraestrutura física das instituições, mas em uma abordagem multidisciplinar para abarcar os dois âmbitos da doença, o biológico e o emocional.

A matéria jornalística inicia-se pela fala do narrador apresentado, Dr. Luís, que segundo o repórter, já fez 2500 cirurgias de redução de estômago e afirma que já viu muitos pacientes morrerem na fila do SUS.

Dr. Luis: Os atestados de óbito, se tivesse um lugar em que se colocasse um “xizinho” e se visse o quão obeso é o paciente nós nos surpreenderíamos com quantas pessoas que tem como diagnóstico um enfarto, uma crise diabética ou um derrame cerebral que foram danos causados pela obesidade que ele tinha.

O especialista defende que se houvesse no atestado de óbito um lugar no qual os legistas pudessem marcar que a morte foi causada pelas consequências da obesidade, seria uma surpresa a quantidade de mortes decorridas dela. Segundo o narrador, o Ministério da Saúde admite não haver estrutura para enfrentar o problema e afirma que está exigindo dos hospitais públicos adaptações para o atendimento aos obesos;

X: Todo paciente que exige esses cuidados especiais, é... tão sendo alvos de um maior controle por parte do Ministério da Saúde, os projetos novos ou projetos de reestruturação de unidades hospitalares já tem que prever essas situações, principalmente os hospitais que vão futuramente se dedicar ao atendimento desses pacientes.

No entanto, Dr. Luis faz uma alerta:

Luís: A cirurgia é 30, 40 %, o resto é a mudança de vida que tem que acontecer. Então é uma doença que pega aqui [aponta para a cabeça], aqui o intestino, uma série de coisas. Então não adianta eu simplesmente chegar com meu bisturi e eu ir lá, eu não resolvo com meu bisturi! Mas eu, o psicólogo, a psiquiatra, a nutricionista, o profissional da atividade física, todo mundo junto, aí que vamos conseguir dar mais ajuda para o que essa pessoa tem.

O problema não seria resolvido somente com adequação da unidade hospitalar, sendo necessária uma abordagem multidisciplinar composta pela participação de vários especialistas.

Dr. Luiz: Você está pegando essas pessoas e resgatando pessoas da sociedade. Você está voltando a dar condições para a pessoa, para que pelo menos ele lute, que ele vá poder trabalhar, que ele possa pegar um ônibus e não ser ridicularizado se ele, se ele entalar na catraca.

E por fim, o especialista afirma que tratar os pacientes de obesidade é resgatá-los para a sociedade e ressalta a possibilidade do obeso realizar os afazeres cotidianos. A fala do médico é seguida de um sujeito da experiência que sofre com o preconceito:

Sirlene: E não é só o preconceito em si só não. É a possibilidade de viver uma vida melhor. Ter qualidade de vida. Eu queria ser assim uma pessoa que tivesse possibilidade de lutar por tudo como qualquer pessoa pode lutar de igual para igual. As pessoas olham você falar até nojo às vezes tinha, eu fico olhando, mas eu falo para Deus que vai chegar o dia que eu vou mostrar para eles, que eu não vou tá mais nessa situação, eu vou conseguir.

Sirlene disserta sobre sua experiência de obesa e sua relação com outras pessoas. Ela, que pesa 165 kg e que desde a infância é obesa, segundo o narrador, tem uma filha, Sara, de seis anos, que estaria seguindo pelo mesmo caminho da obesidade:

Sirlene: E o que eu não quero que aconteça com ela o que acontece comigo hoje. Porque se eu não tiver disponibilidade de cuidar dela e se os governos não tomarem providência é mais um amanhã como eu.

Ela relaciona o futuro da filha em dois planos. O primeiro, sobre as possibilidades dela, sujeito da experiência, de cuidar para que a própria filha não se torne obesa. O segundo, a possibilidade “dos governos”, ou seja, do Estado, de tomar providências sobre a obesidade da filha.

Essa fala marca o final de todas as reportagens e começam, a partir daí as interações entre o bispo-apresentador e os telespectadores. Antes de analisarmos as falas do produto dessa interação, mudaremos de episódio, e, portanto, de assunto. No episódio sobre obesidade, de uma maneira geral, obesidade esteve ligada ao sofrimento dos sujeitos da experiência. Esse sofrimento foi indexado a problemas emocionais e, por vezes, relacionado à depressão. Veremos que, apesar de mudarmos de assunto, analisaremos um episódio que versa sobre a justiça brasileira, o sofrimento definido como depressão também é o vetor de sentido que articula as reportagens.

5.3 *Narrativas do sofrimento: injustiça e sofrimento*

O episódio “Justiça no Brasil, a frase que melhor a traduz é: “tarda mas não falha” ou “falha só quando lhe convém”?” foi ao ar no dia 06/07/2013. A primeira reportagem coloca em dúvida os operadores do processo penal brasileiro através da narrativa sobre os crimes cometidos contra Monique, no qual, há dúvidas sobre o culpado. A narrativa começa com uma fala de Monique carregada de emoção:

Foi Juarez que fez. Foi a mim que ele atirou. Foi o meu namorado que ele matou. E eu que tava olhando para ele o tempo todo. Não tem porque de eu colocar um cara na cadeia inocente. Imagina

No depoimento fica evidente a certeza dela sobre a culpabilidade de Juarez. Em seguida, o repórter narra o ocorrido com as imagens dos locais e as fotos dos personagens. Monique e o seu namorado, Osíres, foram sequestrados e levados para uma gruta no Morro do Boi, em Matinhos, litoral do Paraná para um assalto. Ao chegar ao local, o bandido ordena que eles se dispam para vasculhar seus pertences. Após encontrar noventa reais no bolso de Monique, o assaltante vai ao encontro dela e começa a molestá-la sexualmente. Osíres, ao ver a cena, reage e leva dois tiros no peito morrendo na hora. Monique tenta fugir e leva um tiro nas costas. Na confusão, o bandido foge, mas volta à noite, localiza Monique baleada e caída e a estupra.

O drama do ocorrido e a brutalidade do crime são ressaltados. Monique é encontrada no outro dia, ainda viva, pelos bombeiros e é levada ao hospital. No hospital produz um retrato falado do bandido. Uma semana depois, a polícia prende Juarez, que morava somente a duas quadras da casa Monique. O processo de identificação do suspeito com a vítima foi realizado no hospital mesmo, pois Monique continuava hospitalizada. No processo de identificação, Monique reconheceu Juarez como executor do crime dentre os suspeitos apresentados. Por isso, Juarez foi denunciado por latrocínio – roubo seguido de morte –, tentativa de homicídio e estupro. Nesse momento, a narração silencia e aparece o delegado do caso: “ela imediatamente caiu em prantos e, de uma forma muito emocionada, disse é ele, é ele, é ele. Eu não tenho dúvidas que é esse”.

Na reportagem, tudo indicava para a resolução do crime e a punição do culpado. No entanto, essa história ganhou fôlego e dramaticidade. Um ano depois desse fato, a polícia prende Paulo depois de um assalto e estupro em São Paulo. No seu carro foi encontrado um revólver calibre trinta e oito. Esse revólver passou por uma perícia e, segundo o banco de dados do Instituto de Criminalística, essa teria sido a arma que matou Osíres, namorado de

Monique. Paulo confessou o crime do litoral do Paraná um dia depois da identificação do revólver. Além disso, a polícia encontrou os donos anteriores da arma e descobriu que Paulo a comprou vinte e seis dias antes do crime cometido contra Monique e Osíres, o que implicaria que na época do fato ocorrido com o casal esta arma já estaria em posse de Paulo. Todas as evidências materiais apontam para Paulo como executor do crime. No entanto, Monique continua afirmando que é Juarez o criminoso.

Nesse momento da reportagem aparece um psicólogo contratado pela defesa do Juarez que questiona o procedimento de reconhecimento de Juarez:

Rodrigo Santos (Psicólogo Forense): Esse reconhecimento da maneira que foi feito, ele não sustenta tecnicamente. Muitos países não usam mais esse procedimento, esse procedimento, ele é inadequado inclusive pelo código penal em que você tem que colocar indivíduos que são parecidos.

Rodrigo, especialista em reconhecimento em processos judiciais, argumenta que a forma como foi conduzido o reconhecimento é inadequado, de acordo com o Código Penal. No passo seguinte, o psicólogo generaliza o que supostamente aconteceu com Juarez contando um caso ocorrido nos Estados Unidos que, segundo ele, seria parecido com o do Juarez. Ron foi acusado de estupro e passou onze anos na prisão. Jeniffer, a vítima, o reconheceu por foto na delegacia. Na prisão, por acaso, Ron conhece Bob, sujeito muito parecido com o retrato falado feito por Jeniffer. Bob, que cumpria pena por outros roubos e estupros, confessa o crime contra Jeniffer e, por isso, três anos depois, Ron consegue um novo julgamento. No entanto, para a surpresa de Ron, Jeniffer não reconhece Bob e continua afirmando que ele é o estuprador. Ron é condenado novamente. Sete anos depois do novo julgamento, Ron consegue realizar um teste de DNA. Ao ser comparado com uma amostra do esperma do estuprador, o exame provou que Ron era inocente.

Após apresentar o caso de Ron, Rodrigo afirma:

Rodrigo Santos (Psicólogo Forense): Esse detalhe técnico e esse detalhe do reconhecimento, da maneira com que foi feita ele pode sim ter levado a Monique o que a gente chama de sugestivamente, ou de uma falsa memória. Ela criou uma emoção relacionada a imagem de Juarez, então não nos surpreende e que ela tenha não reconhecido Paulo quando ele foi apresentado novamente. Isso é absolutamente normal.

Nesse procedimento discursivo o psicólogo indexa o ocorrido com Monique a um fato psicológico generalizável. Quando tudo indicava a inocência de Juarez, a reportagem recoloca a dúvida sobre o caso com a fala de um advogado especialista em processo penal:

Advogado: No processo criminal tudo é relativo, nada é absoluto. Eu não digo que está tendo uma armação, mas digo que são fatos que devem ser investigados com mais cuidado. Por exemplo, o sujeito iria ficar com essa arma o tempo inteiro? É uma indagação que a todos que operam o Direito, a todos que militam nessa área sabem disso. É a pergunta que não quer calar a qualquer um. Quem está falando a verdade e quem está mentindo. Não existe nada de definitivo neste caso, ao meu ver.

A reportagem termina com fala do advogado relativizando assim o Direito Penal.

A segunda reportagem é sobre um jovem que supostamente fora preso por causa de uma delegada corrupta, Vera Lucia Dantas, acusada de forjar flagrantes. A questão é abordada através da apresentação dos procedimentos de prisão de Bruno Lenon Aurelio da Silva, que está preso no CDP de Mogi das Cruzes. Além de forjar os flagrantes, Vera Lucia que é casada com o jornalista Laerte Ribeiro Neves também é acusada de passar informações privilegiadas ao marido e ceder imagens dos presos para que ele publicasse.

Durante quatro anos ela esteve à frente da Delegacia de Entorpecentes de Mogi das Cruzes. Neste período surgiram diversas acusações sobre seu comportamento. Segundo a reportagem, Bruno foi abordado dentro de sua casa, não foram encontradas drogas em seu poder, mas mesmo assim a delegada o autuou por flagrante em tráfico.

A versão da história da irmã de Bruno, Pamela, é enfocada. Segundo ela, enquanto esperava a liberação do irmão a delegada veio com uma nota de culpa impressa e disse que Bruno estava detido.

Para Pamela, os danos causados na vida do irmão são irreparáveis.

Pamela: Ele perdeu o emprego, tava com emprego pronto, que ia trabalhar na Folha de São Paulo como entregador, entendeu? E ele perdeu o emprego, perdeu tudo que ele tinha. Porque agora ele vai ficar com nome sujo na justiça e quando for procurar emprego não vai conseguir por causa de coisa errada de delegada? Que se diz delegada, né, porque para mim isso não é delegada.

Pamela estabelece uma relação de causa e consequência sobre a prisão indevida do irmão e sua empregabilidade. O emprego era tudo o que ele tinha e, agora, isso poderia estar comprometido. Na sequência, o presidente dos Sindicatos dos Delegados conceitua a prática da delegada como criminosa:

Presidente dos sindicatos dos delegados: Que houve ali o excesso, conforme estão noticiando oralmente, né, é sem dúvida, que foi a autoridade que presidiu responderá por isso. E responderá tanto na fase administrativa, através de um processo administrativo, como na fase do judiciário também. Como algo que pode concorrer a figura de criminoso. Ela pode ter uma postura de quem é autora de um crime.

Esse especialista postula quais as consequências da prática da delega, tanto no âmbito administrativo como no judiciário, afirmando a caracterização da operadora do processo penal, a delegada, como criminosa.

Na terceira reportagem há um deslocamento do foco sobre o procedimento penal no Brasil. Anteriormente, o foco recaía sobre o “criminoso”, que trabalha no processo penal, que causa injustiça, nessa é sobre o sofrimento de uma mulher que por um erro de digitação foi para na prisão. Essa mulher, Isabel, que trabalha como sapateira, conta como uma pessoa presa é despersonalizada, pois se transforma em um número de processo. Também nos conta como seu sofrimento se transformou em depressão.

A reportagem inicia com a narrativa, pelo repórter, da prisão de Isabel. Seu problema começa quando Isabel foi renovar sua carteira de habilitação em Franca, interior de São Paulo. O funcionário do Detran a informa que o RG do condutor, no caso ela, consta como procurado no sistema criminal. A sapateira procura um advogado e descobre que existe um mandado de prisão contra ela. Na mesma madrugada, Isabel é presa pela polícia na sua própria casa. Foram quatro dias na cadeia.

O narrador afirma que a explicação para a prisão de Isabel estava na cidade de São Paulo, local onde foi expedido o mandato de prisão. Em 1991, o tapeceiro Dorival Sant’Ana matou a tiros o próprio irmão, Nilson Sant’Ana. Por esse crime ele foi julgado e condenado, pegando sete anos de prisão. O problema ocorreu quando foram digitar o RG dele na ficha criminal, ao invés de digitarem o número do RG de Dorival, colocaram por engano o de Isabel.

Isabel então delinea a despersonalização do criminoso:

Isabel: O criminoso não é declarado ser humano, é declarado um número no computador. Então quando eles vão inserir o número desse criminoso no computador da polícia, eles digitam o RG. E na hora de digitar o RG, antes de digitar o número do RG desse assassino, dessa pessoa, digitaram um número diferente que caiu meu nome.

Para a sapateira, o criminoso não é mais considerado um ser humano, mas um número de computador. Na fala seguinte, continua traçando a despersonalização do criminoso:

Isabel: Cada cela tem uma letra e um número, né. Eu era simplesmente chamada por X1 porque nem meu nome eles falavam. Me transformei no X1. Assassino X1. Simplesmente. Só foram lembrar que eu tinha nome, depois que eles tiveram certeza de que não era eu.

Segundo ela, criminoso passa por um processo de despersonalização no qual ele “perde” o seu nome próprio e passa a ser nomeado pela letra e número da cela em que está

preso. Após passar quatro dias na cadeia, o mandado de prisão chega a Franca, com ajuda de seu advogado. O erro foi reconhecido e Isabel libertada.

Isabel: Ainda fiquei alguns meses na base de medicamento, me deu a crise do pânico, eu sentia vergonha, parecia que as pessoas estavam sempre me olhando, sempre comentando... Brutal! Porque não precisava daquilo. Derrotada!

Segundo a história que nos é contada, mostra Isabel passando por problemas emocionais, atravessados pelo processo de despersonalização na prisão. Por conta destes problemas, consequentes de sua prisão injusta, Isabel estuda pedir uma indenização para o Estado, de acordo com a reportagem. O Advogado dela pedirá uma indenização de R\$500.000, além de uma pensão vitalícia de três salários mínimos. O problema, segundo a reportagem, é que o processo contra o Estado deve demorar pelo menos cinco anos: “Até lá a sapateira lida sozinha como drama de um dia ter sido decretada assassina”. Na última intervenção de Isabel, ela faz uma generalização importante:

Isabel: O simples ato duma caneta deu uma reviravolta na minha vida, entendeu? Então eu acho que as coisas tem que ser muito bem feita, com muita responsabilidade. Porque às vezes acham que tão pegando um assassino e tão pegando uma mãe de família. Se eu fosse uma pessoa rica, isso... Será? Que eu teria sido jogada dentro de um carro? É... exposta no meio de bandidos, com tanta facilidade assim? Eu tenho minhas dúvidas.

A sapateira questiona a Justiça brasileira. Segundo ela, nada disso teria acontecido ela fosse rica. Ela esboça uma noção de que há uma justiça para os ricos e outra para os pobres.

Essa associação entre classe desfavorecida e injustiça é reforçada na próxima reportagem por meio da história de dois homens. Segundo o repórter-narrador, Manoel e Luciano dividem a mesma história de injustiça. Eles são acusados de crimes que não cometeram e ficaram encarcerados numa cela com outros presos durante dias: “Tendo que provar da maneira mais dolorosa que não eram culpados”.

Há quatro anos, o motoboy Manoel Pereira Filho recebeu a visita de policiais em sua casa e pediram que ele fosse até a delegacia para esclarecer um caso de atropelamento. Segundo a narração, Manoel não sabia que, por causa de um retrato falado, ele estava sendo apontado como autor de 15 estupros na região onde mora, apesar da descrição não bater inteiramente.

Manoel, chamado de Manezinho por seus amigos, conta que por causa de seu 1,62m de altura também foi alvo de outro erro. Uma vítima o reconheceu como autor do

estupro. Após a reportagem relatar os erros envolvidos na prisão de Manezinho, um especialista, designado como professor da USP, aponta como erro basear os procedimentos de prisão em apenas um relato.

Professor da usp: a investigação descansa apenas a na prova testemunhal e, às vezes, em uma única prova testemunhal, desconhecendo assim o que os romanos na sua sabedoria já diziam, “testemunho de um é testemunho de ninguém”. O indiciado, ele deve ser colocado entre pessoas semelhantes e entre outras pessoas que não induzam a vítima a reconhecer aquela pessoa como criminoso. E ninguém pode ser considerado culpado até que se lhe prove cabalmente a culpa.

O jurista da USP põe como regra do Direito não calcar a culpabilidade de um sujeito por meio de uma prova testemunhal apenas. E vai além, ele coloca em dúvida todo o processo de reconhecimento sob o qual Manezinho foi submetido.

Luciano de Jesus foi preso, em 2005, também acusado de ser esturador. No dia da prisão, Luciano, que é funileiro, estava trabalhando na oficina. Ele foi preso na presença das filhas. “Ela presenciou toda a violência praticada contra o pai”, diz o narrador.

O advogado contratado pela família descobriu o erro. O acusado tem o mesmo nome que Luciano, prenderam um homônimo do verdadeiro acusado. Apesar de Luciano ter o mesmo nome de um homem que havia sido acusado de estupro, a idade dos dois não batia. A data de nascimento do Luciano de Jesus, o funileiro, é 1969. E o ano de nascimento do verdadeiro acusado é 1981. Portanto, há uma discrepância de doze anos entre eles. E há outro detalhe, o verdadeiro acusado tinha sido absolvido e solto em 2004.

Assim como Isabel da reportagem anterior, tanto Luciano quanto Manoel afirmam que sofrem com problemas emocionais relacionados ao fato de terem ido para prisão de maneira equivocada. E por isso entrarão com uma ação contra o estado pedindo indenização por danos morais. No caso de Isabel, sua depressão não é definida na narrativa como danos morais. Já com Manoel e Luciano, o sofrimento emocional causado pela prisão equivocada é denominado por essa categoria jurídica.

Luciano já ganhou em primeira instância, o valor fixado foi de R\$40.000. Entretanto, a família dele quer mais. Manoel quer 3 milhões de reais de indenização. E no fim da matéria Luciano faz um procedimento discursivo muito semelhante ao de Isabel:

Luciano: Na realidade, o governo não tá nem aí, eles erraram, cometeram o erro deles. E para eles está certo e para gente que somos a minoria, a classe que é menos favorecida, para eles não têm muita importância.

Para Luciano o governo não se importa com a “classe menos favorecida”. Então, por oposição, o Estado se importa com a classe favorecida. Assim como Isabel, Luciano produz uma noção de duas Justças no Brasil, uma para as classes favorecidas e outra para classes menos privilegiadas.

Na reportagem seguinte, o mote continua o mesmo: a relação entre justiça e pobreza e surge um novo elemento, o negro. A matéria é sobre o filho de Delice Silva, Alexandre Silva, 30 anos, casado e trabalha como motorista. Segundo ela, ele foi preso injustamente. O narrador nos diz que o drama de dona Delice começou quando seu filho, Alexandre, foi preso acusado de roubo. Para a família de Alexandre o caso envolve vários erros e a Justiça está muito lenta em reconhecer a inocência de Alexandre. Após a fala de dona Delice, há uma quebra de imagem e aparece um jurista generalizando “a sensação da sociedade”:

Saulo Ramos, jurista: “A morosidade do direito penal leva até a sociedade uma sensação de impunidade.”

O jurista generaliza o discurso por meio da noção de sociedade atribuindo uma sensação a esta. Em seguida, a mãe de Alexandre vai enumerando as contradições no processo de seu filho. Contradição 01: Falaram para ela que Alexandre estava por causa de ter cometido um “furto”, mas no processo ele assinou o artigo 157, de “roubo”.

A reportagem esclarece os artigos: “Furto corresponde ao artigo 155 e significa ‘subtrair objeto sem a presença da vítima’. E roubo corresponde ao artigo 157 e pode ser mediante a forte ameaça”. Contradição 2: segundo o pai do Alexandre a vítima foi assaltada no interior da estação. E em conversa com o seu filho, ele afirma que em nenhum momento ele entrou na estação. Contradição 3: Segundo dona Delice, pelo depoimento da testemunha há contradição. Pois a vítima, que diz reconhecer Alexandre, afirma que eram dois indivíduos vestidos com camisetas brancas e seu filho vestia uma camiseta amarela na ocasião.

No fim da reportagem, como nas outras duas anteriores, o sujeito da experiência, Dona Delice, generaliza o caso do filho à uma categoria mais abrangente. Nas falas anteriores, a categoria mobilizada é “pobre”. Aqui, entra a categoria “negro”: “e outra, e se for da cor negra, pior ainda. Porque existe o racismo aqui no nosso Brasil”, diz dona Delice.

Diferente dos casos de Isabel e de Luciano e Manoel, dona Delice não produz a ideia de duas Justças no Brasil. Ao mobilizar a ideia de racismo, ela coloca a clivagem atravessando toda a sociedade brasileira.

Após a assertiva da mãe do Alexandre, o narrador-repórter recoloca a questão do pobre na Justiça brasileira. Segunda a narração, a história de um homem de 54 anos reforça a teoria de dona Delice.

José foi preso sem os documentos com o carro que comprou por R\$1.500. O delegado o fichou com um sobrenome que não era dele. E segundo o advogado que o tirou ele só foi preso por ser pobre:

Bruno Lopes de Oliveira, advogado: E isso tudo aconteceu porque na verdade era uma pessoa pobre, que não tinha instrução suficiente, e não tinha um defensor e na época não tinha um defensor público para atuar em seu caso.

A seguir, a relação entre justiça e pobreza sai do primeiro plano. Agora o mote volta a ser a depressão e a injustiça. A reportagem é sobre Lúcia Silvana Bezerra, 25 anos, que, segundo a narração, ficou injustamente 1 ano, 1 mês e 17 dias atrás das grades. No dia 30 de agosto de 2005, os policiais chegaram com uma ordem de prisão preventiva. Ela foi levada sem ser interrogada. Sem nem saber por que, estava sendo presa. Três meses antes, o celular dela havia sido levado num assalto dentro de um ônibus. Este telefone fora usado num sequestro. Lúcia acabou acusada de participar da quadrilha. Ela foi levada para o presídio feminino de Recife.

O repórter conta que foi a irmã de criação de Lúcia que provou que ela era inocente, pois o advogado não atuava no caso dela. A irmã dela foi atrás de outras vítimas do assalto ao ônibus. E conseguiu testemunhas que confirmaram o roubo do celular de Lúcia.

Segundo o narrador-repórter, a Justiça reconheceu que Lúcia era inocente, mas ela ainda sofre com as lembranças do dia a dia na cela. E por isso, agora ela quer uma indenização. Lúcia chorando afirma: “eu quero justiça, eu quero que pague. Que alguém pague pelo que eu passei porque eu paguei por uma coisa que eu não fiz. E agora, quem vai pagar pelo que eu passei?” Como já vimos em reportagens anteriores (Luciano e Manoel) o sofrimento/depressão é categorizado juridicamente como danos morais.

Na sequência do episódio, os procedimentos legais da Justiça brasileira são problematizados, como no caso da delegada Vera Lúcia, pela corrupção dos seus operadores: realizava prisões ilegais, forjando flagrantes. Um outro caso é apresentado: o delegado corrupto solicita dinheiro da família de acusados sem provas concretas de que eles tivessem cometido crimes para soltá-los.

A matéria é sobre Jefferson Silva, de 19 anos. Ele chegava em casa de carro com a namorada, Lilian Dantas da Silva, quando um outro veículo estaciona próximo deles. Jefferson vai conversar com os dois ocupantes do outro carro, pois o motorista era um conhecido dele. Policiais militares que estavam no local descobriram que o carro do conhecido de Jefferson era roubado e prenderam os três em flagrante. Segundo a narração, no depoimento, Jefferson diz que apenas cumprimentou o outro rapaz e negou envolvimento no crime. Mas foi indiciado ao ser reconhecido pela vítima e ficou preso. A namorada dele foi solta.

Jefferson não tem antecedentes criminais, trabalha há 9 meses numa indústria metalúrgica, em São Bernardo do Campo, e no horário em que o crime aconteceu, conta o narrador, testemunhas afirmam que ele estava em uma academia de ginástica. As imagens do circuito interno da academia serão entregues a Corregedoria de Polícia. Mas é outra denúncia, mais grave, segundo a repórter, que será encaminhada a Corregedoria: a família de Jefferson diz que os pais da namorada dele contaram ter aceitado negociar um valor em dinheiro para que ela fosse liberada.

É exibida uma gravação de uma conversa telefônica entre os familiares de Jefferson e os da Lilian. Nela a mãe de Lilian afirma que pagou dez mil reais para o delegado e seis mil para o advogado contratado para que sua filha fosse solta.

O suposto pagamento para o delegado Reinaldo Lopes Machado teria sido intermediado pelo advogado Bruno Martins. Os dois vão ser ouvidos pela Corregedoria.

A última reportagem deste episódio volta a exibir falhas no processo judicial, causados por erros burocráticos, sem intenção de cometer a injustiça. A reportagem versa sobre a prisão de Daniel. Segundo o narrador, ele diz que perdeu a carteira de identidade em 1999, quatro anos antes de embarcar para o Japão. Ele acredita que o documento foi clonado pelo verdadeiro criminoso. Após passar dois anos no exterior, Ele verificou que possuía dois CPF (Cadastro de Pessoa Física) em nome dele e que em um deles havia várias pendências, por isso foi fazer um boletim de ocorrência. Daniel foi preso na delegacia, pois havia um mandado de prisão em se nome por roubo a banco e posse ilegal de armas. Por causa disso, ficou nove dias detido sem contato com a família, na cadeia pública de Carapicuíba, zona oeste de São Paulo.

Daniel entrará com um pedido de indenização pelos danos emocionais que ele passou na cadeia: “eu quero justiça e que eles me paguem tudo o que eles me fizeram. É isso que eu quero”.

A assertiva de Daniel a primeira parte do episódio fornecida pelo conjunto de reportagens. Nela vimos que o sofrimento, denominado como depressão, causado pelas injustiças do Estado, foi associado à categoria jurídica “danos morais”. A seguir mudaremos de assunto novamente, o foco será “família”, mais precisamente o fim dos relacionamentos e os impactos emocionais causados pelo rompimento.

Narrativa do sofrimento: dissolução da “família” e sofrimento

O episódio “Divórcios: o que mais contribui com eles é a falta de dinheiro, amor ou sexo?” foi transmitido no dia 06/08/2014. A primeira reportagem é sobre a associação

entre traição no casamento e depressão. A matéria é sobre uma mulher, que não quis se identificar e por isso não aparece o seu rosto. Ela sofre de depressão desde a descoberta da traição do marido por meio de um detetive particular.

O primeiro passo da associação de categorias é realizado pelo narrador-repórter:

Descoberta a infidelidade, o próximo passo seria a separação, mas a frustração de ver o marido com outra mulher traria mais que dores de cabeça por divisão de bens ou briga pela guarda dos filhos.

Segundo o narrador-repórter, a etapa esperada após a descoberta da traição seria a separação. Entretanto, as consequências são mais complexas. Nesse momento, o narrador denomina essas consequências de “dores de cabeça”. No procedimento seguinte, aparece a voz da mulher: “decepção muito grande, né. Depressão. Aí assim, né, na hora eu já pensei em me mudar de vez pra outro estado.” A associação é direta entre a decepção pelo fim do casamento e a depressão.

Depois o psicólogo patologiza as práticas sociais do deprimido:

Psicólogo: No caso de realmente ter em vista a traição... sido confirmada, ter presenciado traição, às vezes ela pode ser seguida de uma depressão. Realmente, um abatimento de humor, entre o parceiro traído, vitimizado pela traição. Isso vai fazer com que, por exemplo, ela se desinteresse pelas atividades, ou acadêmicas ou de trabalho. Muitas vezes ela vai perder o apetite, vai ficar com o sono completamente desregulado, vai perder o interesse pelas suas atividades cotidianas. E realmente vai se desconectando da vida pouco a pouco.

O psicólogo generaliza a depressão como consequência da traição. Portanto, para o especialista, pessoas que são vítimas da traição têm suas atividades cotidianas desreguladas. Interessante ressaltar que essas pessoas são vítimas da traição, pois é ela que produz a vítima e não o sujeito que trai.

Nessa matéria a mulher e o seu sofrimento são enfocados. Já a matéria seguinte apresenta uma mulher que age para salvar o seu casamento da rotina. A segunda reportagem faz parte do quadro “*Transformando a relação*”, do programa matinal *Hoje em Dia*. São narradas as atividades da Camila para tirar o seu casamento da “rotina”. O narrador-repórter começa dando uma definição geral das causas do fim dos casamentos, o divórcio. Segundo ele, os casamentos terminam por causa da rotina, falta de interesse ou encanto. Logo na sequência, Camila se culpa pela rotina e falta de interesse de seu casamento:

Camila Oeoka: [Chorando] Eu gostaria assim de ter algumas dicas, melhorar. E me tornar uma mulher mais atraente. Aquela mulher que eu era há dez anos atrás. É um pedido de socorro mesmo.

A vontade de ser como “há dez anos” é marcada também pelo aparecimento dos filhos:

Camila: minha vida mudou muito depois que as crianças nasceram. Sinto falta de um romance. Um pouco mais de romance na minha vida. Quando eu percebo, eu acordei de manhã e, à noite eu tô com o mesmo pijama, não troquei de roupa, não saí, não fiz nada. Eu ando assim, com o cabelo amarrado. Hoje em dia eu realmente... são raras as vezes que ele me elogia.

Em seguida mostra-se uma sequência de imagens na qual Camila aparece “tomando um banho de loja” e passando o dia no cabelereiro. O narrador afirma que Camila não poupou esforços para ajudar o marido. No estúdio do programa, Camila se declara a John, seu esposo:

Camila: Eu acho que toda mulher desde pequeninha, desde que é criança, sempre sonha com uma pessoa assim especial, sonha com uma alma gêmea, um príncipe encantado e comigo não foi diferente. E estou fazendo tudo isso por você, porque você é um homem que merece. A nossa relação é uma relação que merece essa transformação. É uma relação que merece tudo de bom pra que a gente seja feliz pra sempre. Eu quero ficar com você pra todo sempre. Eu queria te pedir em casamento de novo.

O narrador afirma que no estúdio do programa, Camila e John provaram que é possível fazer o sentido inverso a de tantos casais que se separam. Apesar de afirmar que o casal fez diferente, John foi um personagem completamente passivo. Camila é apresentada como se fosse a responsável por tirar o relacionamento da rotina. E Camila generaliza os relacionamentos e aspirações das mulheres por meio de uma noção de conto de fadas. Essa noção aparecerá algumas vezes neste episódio.

A próxima matéria é sobre o “vai e vem” nos relacionamentos dos famosos. As pessoas públicas relacionadas ao entretenimento supostamente se casam e se separam diversas vezes. Há uma generalização e exemplificação exaustiva de casos:

Jennifer Aniston³⁰ conheceu Brad Pitt³¹ em um encontro secreto arranjado por amigos. O casamento dos dois também foi cheio de mistério. Os duzentos convidados tiveram que seguir instruções sigilosas para chegar até a mansão de um amigo da dupla, onde a festa aconteceu. A noiva usou um vestido de seda e cetim. Jennifer e Brad Pitt formaram um dos casais mais requisitados de Hollywood. Depois de ser casada com um ator, Brad Pitt, e de ter namorado um cantor, John Meyer³², Jennifer Aniston não quer mais saber de artistas. A atriz quer namorar

³⁰ Jennifer Joanna Aniston ([Sherman Oaks, 11 de fevereiro de 1969](#)), é uma [atriz](#), diretora e produtora [norte-americana](#). Estabeleceu a carreira na [década de 1990](#) com seu papel como [Rachel Green](#) na série [Friends](#), um papel para o qual ganhou um [Emmy](#), um [Globo de Ouro](#) e um [Screen Actors Guild Awards](#).

³¹ William Bradley "Brad" Pitt (nasceu em 18 de dezembro de 1963) é ator americano e produtor de filmes. Pitt possui quatro nomeação ao Oscar e cinco ao Globo de Ouro, mas somente ganhou um Globo de Ouro.

³² Mayer começou sua [carreira](#) tocando [rock](#) principalmente acústico, mas aos poucos começou uma transição para o [blues](#). Em [2005](#), colaborou com artistas de renome blues como [B.B. King](#), [Buddy Guy](#) e [Eric Clapton](#), e formou o [John Mayer Trio](#). No [49th Annual Grammy Awards](#), em 2007, Mayer ganhou o prêmio de Melhor

agora um atleta. Para a atriz, os atletas além de serem mais saudáveis são bem menos complicados. (Imagem: O vai e vem das estrelas). O ator americano, Ed Murphy³³, foi notícia no mundo todo. Ele se casou com a produtora de cinema, Tracey Edmonds³⁴, na virada do ano, na ilha de Bora Bora, na Polinésia francesa. Quinze dias depois, anunciou a separação.

Nessa passagem, selecionamos apenas dois casos no total de treze exemplos. Nela é ressaltado como é rápido o relacionamento entre “estrelas”. Inclusive por causa dessa complicação, Jennifer não quer mais namorar artistas. E no exemplo de Ed Murphy, ele ficou apenas quinze dias casado.

Como vimos na segunda reportagem, a quarta matéria também faz alusão ao conto de fadas. O narrador afirma que o começo de um relacionamento se resume a um conto de fadas, mas para muitos casais o conto termina antes da conhecida frase “felizes para sempre”. O especialista psicólogo faz asserções sobre o fim de relacionamentos:

Thiago Almeida: A maior parte dos motivos seria um desacordo entre as expectativas, entre o que a pessoa espera, entre o que a pessoa recebe nesse relacionamento e principalmente, a questão dos custos benefícios. Ou seja, entre o que a pessoa se dedica a fazer desse relacionamento e o que a pessoa acaba recebendo do parceiro ou da parceira.

O especialista mobiliza um jargão economicista para fazer associações sobre os relacionamentos: custos e benefícios. Nesta matéria, há um paralelo entre os sujeitos da experiência Enrico, um jovem divorciado, e uma mulher que sofreu violência doméstica. Ambos alegam que o fim do casamento os levou a depressão.

A mulher, que não quis se identificar, foi casada durante cinco anos e afirma que o seu casamento “feliz” era invejado pela família do marido, principalmente pela mãe. Em um dia de muita chuva o marido dela dormiu na casa da mãe. No dia seguinte, ao chegar em casa, ele diz que não quer continuar o casamento. A mulher, ao retrucar, leva um soco no olho na sala de estar do casal. Depois desse fato, o marido recolhe as suas roupas e a abandona com três filhos pequenos.

Álbum Pop Vocal para Continuum e Melhor Performance Vocal Pop Masculina por "[Waiting On The World To Change](#)".

³³ Edward Regan "Eddie" Murphy (nasceu no dia 3 de abril de 1961) é um comediante, ator e músico. Ele foi nomeado ao Globo de Ouro por sua atuação nos filmes: [48 Horas](#), o seriado Policial de [Beverly Hills](#), e o filme Professor alopado.

³⁴ Tracey Edmonds (nasceu em 18 de fevereiro de 1967 em [Los Angeles](#), [Califórnia](#)) é CEO da Edmonds Entertainment Group Inc e da Our Stories Films

Mulher 02: Eu vivi assim, eu vivi, estou vivendo uma situação muito difícil. Eu tive crise depressiva. Eu tentei... suicídio. Chorando... a minha vida é chorar! Chorar, chorar. Eu não vejo solução. Eu não vejo solução e eu não vejo explicação para essa separação também. Num casamento que tava tudo bem, de repente do nada assim, dispara uma bomba e acabou! (?) e tá bom? Não é assim.

Com a separação abrupta, a mulher fica deprimida e pensa até em suicídio. A história de Enrico também o levou à depressão. O início do casamento, segundo ele, foi muito bom, mas com o tempo o casal foi se distanciando. Enrico afirma que sofreu com o fim do relacionamento:

Enrico: Eu deixei de fazer bastante coisa. Deixei de sair, deixei de comer, deixei de... Ah, deixei de interagir com as pessoas, deixei de conversar. Voltei a fumar. Então assim, bastante coisa aconteceu. Virou depressão.

O próprio sujeito da experiência indexa o seu sofrimento à categoria depressão. O procedimento seguinte do episódio é generalizar os casos de divórcios por meio de dados estatísticos: “no Brasil, a taxa de separação subiu 200% entre 1984 e 2007. O número de divórcios concedidos passou de 30.847 para cerca de 180 mil.” Os dados sobre o crescimento dos divórcios em 200% é acompanhada de uma análise do especialista sobre o comportamento das pessoas que acarretam no número de separações:

Psicólogo: Hoje em dia, os parceiros querem ser mais cada vez mais independentes do ponto de vista econômico e do ponto de vista emocional, tá. Então, muitas vezes, essa questão de autonomia, ela acaba implicando negativamente para a vida do casal.

O psicólogo associa a autonomia individual como prejudicial à vida conjugal. Guardemos essa assertiva. Na reportagem seguinte, a busca de uma autonomia individual será referente à condição da mulher. Em seguida, o narrador realiza o procedimento de generalizar os casos utilizando pesquisas. Segundo o programa, a taxa de divórcio subiu 200 por cento entre os anos de 1984 e 2007. Os divórcios concedidos passaram de 30 mil para 180 mil. Além disso, são apresentados dados segundo os quais os divorciados teriam mais risco de contrair doenças. De acordo com os dados apresentados no programa, o risco à saúde de um divorciado é 200% maior e ele tem 44% mais chances de adquirir distúrbios psiquiátricos. O risco de suicídio entre essas pessoas é 290% maior que entre as casadas. É com essa generalização que a reportagem termina, com uma associação forte entre divórcio e doenças mentais.

Na quinta reportagem do episódio, o narrador-repórter estabelece a relação entre homens divorciados e perda de dinheiro. Por meio da ilustração exaustiva de exemplos, são exibidos homens famosos, celebridades, que perderam uma grande quantidade de dinheiro por causa da separação:

Se o amor verdadeiro não tem preço, já não podemos dizer o mesmo do divórcio. Quando o assunto é celebridades ele custa é muito caro! Para aguentar a dor da separação, nada que uns bons cifrões não resolvam. Toda felicidade do casamento transformado em um gigantesco rombo na conta bancária. Michael Jordan que o diga! Juanita Vanoy entrou com um pedido de divórcio do jogador de basquete após descobrir por um detetive particular que ele tinha uma amante. Pediu a guarda dos três filhos, a casa e a metade do patrimônio do casal. O divórcio é considerado o mais caro da história, estimado em 150 milhões de dólares. Quem também sofreu uma queda brutal do patrimônio depois da separação foi o cineasta Steven Spielberg. Amy Irving saiu do casamento de 10 anos com o cineasta levando quase metade da fortuna dele na época: 100 milhões de dólares.

Dos nove exemplos de pessoas públicas que se divorciaram, nós apresentamos dois exemplos. Como exemplificado acima, todos os casos apresentados tratam de *homens ricos* que gastaram milhões no processo do divórcio.

Na última reportagem do episódio, estabelece-se uma associação entre autonomia e relacionamento. Segundo o narrador, de cada dez casais, quatro preferem não oficializar a relação. Como é o caso das celebridades Adriana Bombom³⁵ e o Dudu Nobre³⁶. Eles têm dois filhos e ainda não oficializaram a casamento. Na primeira agência de casamentos do Brasil, segundo o repórter, houve uma inversão, que o narrador aponta como interessante, na última década. Setenta por cento das pessoas que contrataram essa agência não querem casar. E são as mulheres que não estão querendo compromisso. Segundo o dono da agência:

Ari Mihalescu, dono da agência de casamento: As moças de hoje, 22, 23 anos, que antigamente nasciam, eram educadas para o casamento. Hoje, elas querem é ter a vida delas. Elas querem lutar. Tão lutando para ter seu espaço, a sua liberdade. Conseguir um emprego bom. Novos horizontes. Ela não quer mais depender de homem. Ela casa quando ela acha que realmente chegou o momento dela.

Na fala do especialista, o papel da mulher mudou: antigamente ela era formada para casar, hoje ela está mais autônoma. Diferentemente da segunda reportagem, em que o

³⁵ Adriana Bombom ([nome artístico](#) de Adriana Soares; [Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1974](#)) é uma [dançarina](#), [atriz](#) e [apresentadora de televisão brasileira](#). Na televisão, fez participações no programa [Malhação](#), [A Turma do Didi](#), no [Zorra Total](#) e em [Sob Nova Direção](#), todos da [Rede Globo](#). Na [Band](#), Adriana Bombom fez reportagens para programas como o de [Leonor Corrêa](#) e o de [Leão Lobo](#). Em [2006](#) passou a apresentar o programa de variedades [Bom Demais](#), na [Rede Record](#) do Rio.

³⁶ João Eduardo de Salles Nobre, o Dudu Nobre ([Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1973](#)) é um [compositor](#) e [cantor brasileiro](#). Até o momento lançou onze álbuns do gênero pagode/samba.

psicólogo traçou uma análise de contexto sobre as causas dos divórcios e afirmou que um dos motivos das separações é a autonomia individual das pessoas, o dono agência atribui a mudança na condição da mulher, mais autônoma, como causa da falta de compromisso entre casais. O dono da agência aponta também para os “relacionamentos de finais de semana”:

Ari: Eu acho que você mora junto por um tempo ou por quanto tempo que o casal achar que é legal, por que não? Ou você morar na sua casa e ele morar na casa dela. Cada um se encontra de quinta, sexta, sábado. Isso eu tenho clientes aqui que querem. Eles querem viver cada um na sua casa e se encontram no melhor momento que é sexta, sábado e domingo. Vão viajar, vão aproveitar.

Nessa concepção de relacionamento, o casal compartilha apenas o lazer dos finais de semana e não as responsabilidades sobre trabalho ou a rotina do dia-dia. Segundo a narração, no entanto, algumas pessoas não dispensam as formalidades e fazem questão do casamento no civil. Mas segundo um advogado consultado pela reportagem, o papel não prova nada. Na hora de uma possível separação, casados ou amasiados têm direitos iguais perante a lei.

Na sequência, a reportagem exhibe o caso de dois casais. O primeiro, depois de um longo tempo de namoro decide oficializar a relação; e o outro, se mantém amasiado.

Segundo o repórter, Júlio e Denise namoraram durante nove anos, depois se separam por um ano e meio e voltaram a namorar. Na volta do relacionamento, moraram juntos por três anos quando decidiram se casar. Já Lívia e Daniel dividem o mesmo teto há cinco anos e afirmam que estão felizes assim. Segundo Daniel, primeiro é preciso resolver a parte financeira para depois oficializar a relação: “tem que resolver a vida primeiro, depois resolve o papel, né!”

A reportagem termina com uma generalização: “mas acredite se quiser, em pleno século XXI, 70% das mulheres ainda sonham em casar vestidas de noiva.” A narração demonstra a contradição entre a discussão do século XXI de se oficializar ou não casais amancebados e o fato de mulheres quererem se casar de modo tradicional, vestidas de noivas. E com essa problematização sobre a escolha dos casais de optarem sobre a oficialização ou não dos relacionamentos termina a gramática desse episódio.

Vimos como o sofrimento perpassa todos os assuntos nos três episódios. No primeiro episódio, sobre obesidade, o sofrimento aparece tanto como causa da obesidade, quanto como efeito dela: num caso por ser o motor de um processo de ganho de peso, em decorrência de um descontrole emocional ou ansiedade e, noutro, como consequência dos transtornos que um obeso sofre, a depressão. Já no episódio sobre justiça, o sofrimento

descrito como depressão é uma das bases para pedir ressarcimento ao Estado por danos morais. E por fim, no último episódio, sobre divórcio, o sofrimento é associado à depressão advinda com o fim de um casamento considerado estável.

Interatividade: telespectadores fornecem opiniões, mas o debate é insolúvel.

Analisaremos o segundo momento dos episódios do *Fala que eu te escuto* “Obesidade: O maior desafio é vencer a doença, o preconceito ou os estímulos do próprio corpo?”; “A frase que melhor a traduz é: ‘tarda, mas não falha’ ou ‘falha só quando lhe convém’?”; e “Divórcios: o que mais contribui com eles é a falta de dinheiro, amor ou sexo?”. Nesta etapa dos episódios, a configuração do sistema de atores é: o telespectador que opina ao vivo sobre o assunto e o bispo-apresentador que media a interatividade dos telespectadores. O propósito anunciado é o de que telespectadores opinem sobre o assunto fornecido pelo primeiro momento do programa.

Veremos que essa interação condiciona a forma de opinar publicamente conforme duas padronizações discursivas. Numa delas, os telespectadores autorizam o seu argumento pela sua experiência pessoal. Em outra, o participante autoriza o seu discurso evocando um suposto conhecimento especializado sobre o assunto.

No episódio sobre saúde, a forma da interação entre os atores produz argumentos do primeiro tipo. Justiça, do segundo e, família, uma mescla dos dois.

Debatendo saúde e o corpo por sua própria experiência

Neste episódio são fornecidas três posições sobre obesidade: “se o maior desafio é vencer a doença, o preconceito e estímulos do próprio corpo”. A seguir começaremos a delinear passo a passo a gramática desse momento do episódio referente à saúde. Ao todo são nove telespectadores que participam desse programa.

O que é interessante notar é que, das três posições, a terceira no título do programa, “estímulos do próprio corpo”, não apareceu em nenhum momento. Ou seja, no conjunto de reportagens jornalísticas, a alternativa “estímulos do próprio corpo” não foi enunciada por nenhum ator. Analisaremos como cada ator define essa posição.

O episódio, que tem como tema saúde, possui uma peculiaridade em relação aos outros quando se trata da forma recorrente em que é estabelecida a interação entre o bispo-apresentador e o telespectador. Nesta interação em particular, podemos, de modo analítico, restringir as posições em apenas duas: os que sofrem do problema debatido e os que não sofrem.

O bispo-apresentador, geralmente, inicia a relação com o participante por telefone com pergunta: “e senhor (a), sofre desse mal?” veremos duas consequências dessa interação. A primeira é que a opinião geralmente vem colada na experiência do sujeito. Nesse sentido, a participação ganha um tom mais testemunhal. E a segunda é a formação de identidades conforme a autoidentificação em relação ao problema.

A primeira intervenção neste episódio é realizada pela “Dona” Renata, professora de Vila da Penha, Rio de Janeiro. Podemos separar a fala dela em quatro assertivas:

Renata: Eu penso que o problema é vencer a doença porque eu acho que se você vencer a doença, automaticamente não vai existir mais o preconceito e você vai conseguir domar a sua saciedade, a sua fome. Agora, eu acho que o grande problema da obesidade é genético no sentido que existe síndrome, mas elas são raras, problemas de metabolismo existem vários, problemas hormonais, metabolismos lentos são mais frequentes, mas acho que o grande problema é a educação. E isso é cultural. Eu acho que nós somos educados já para sermos obesos. Quando a gente é criança todo mundo acha lindo uma criança gordinha, acha que é sinônimo de saúde. Então as mães dão refrigerante, acabam adoçando as próprias mamadeiras com açúcar. Então eu acho que a gente já desde criança a gente acaba sendo viciada em ser obeso. E quando a gente cresce é um problema muito difícil de ser contornado. Até mesmo porque além da gente não ter aparato no sistema de saúde não é um problema só de nutricionista ou endocrinologista, mas principalmente se torna um problema psicológico.

A fala de Renata possui discursos genéricos. Sempre deslocados na experiência pessoal dela. No início, ela estabelece uma relação de causa e consequência sobre os três posicionamentos fornecidos pelos programas. Segundo Renata, resolvida a doença causadora da obesidade não haverá preconceito e haverá a possibilidade de controlar a saciedade. Na fala dela, “estímulos do próprio corpo” se relaciona com saciedade. No segundo, o primeiro grande problema da obesidade, ainda no âmbito da doença, é “genético”, ou seja, no domínio do biológico. Mas, na mesma intervenção ela apresenta outro grande problema da obesidade: a educação, que seria de outro domínio, o cultural.

Nesse sentido, segundo a telespectadora, pelo fato da criança gordinha ser o padrão de beleza vigente, seríamos, desde a infância, condicionados a ser obesos. E segundo ela, é difícil lidar com as consequências médicas da obesidade, pois o aparato do sistema de saúde não é adequado.

A intervenção seguinte é da “Dona” Cleine Soares, empresária de Vila Zilda, São Paulo. Ao contrário de Renata, dona Cleine afirma sofrer o preconceito de ser obesa:

Cleine: Isso. Eu acredito que seja o preconceito. Porque para mim ele tá ligado com os outros dois, né, no caso com a própria doença e com o estímulo. Porque eu já tive muitos problemas de sofrer preconceito por causa de obesidade, né, de estar fora do peso, hoje já nem tanto, graças a Deus. Mas o preconceito eu acredito que seja uma das coisas que mais judia mesmo da pessoa obesa porque eu tenho o costume de dizer que o gordo ele é referência, né... então se a pessoa tiver que dar algum referencial vai falar ó eu moro perto daquela pessoa ali que é gorda, ou então, ah

você tá sentado perto daquele gordo... então eu vejo como a gordura hoje no nosso país, por ser um país com muitos preconceitos, e por ser uma sociedade que dita, né, os padrões de corpo bonito. Então eu acredito que hoje um dos maiores sofrimentos para o obeso é realmente o preconceito.

E uma coisa, pastor, que eu acredito que nossos governantes poderiam estar fazendo a nível de futuro é começar uma educação na pré-escola a nível de nutrição para a criança aprender a conhecer o corpo, aprender a conhecer os limites, porque nós somos criados dentro de uma sociedade que quando criança é bonito estar gordo, que criança que não fosse gorda é como se tivesse doente, né... então creio que poderia nossos governantes tá pensando uma educação disciplinar para ensinar a criança a aprender a conhecer o corpo, conhecer os alimentos, ver o que mais pode o que menos pode. Acredito que seja algo que talvez pudesse diminuir porque hoje nós sabemos que a obesidade mata mais que a fome no mundo, né.

Dona Cleine, assim como Renata, coloca uma das posições como subordinada às demais. Para ela, o preconceito é o maior desafio para a obesidade. No procedimento seguinte ela aproxima o discurso da própria experiência. Ela maneja, principalmente, três categorias: preconceito, sociedade e educação. Para ela o preconceito está relacionado com os padrões de corpo bonito ditados pela sociedade. A noção de sociedade é tratada quase como sinônimo de país, no caso, o Brasil. A partir de seu diagnóstico para o problema da obesidade, Cleine propõe uma resolução: que os governantes criassem uma disciplina escolar para que as crianças aprendessem sobre o próprio corpo. Pois o padrão de beleza para a infância é gordinho e o magro é patologizado, sendo sinônimo de doença.

A terceira telespectadora a opinar é Dona Eliana, representante comercial, de Bom Retiro, São Paulo. A posição dela é “estímulos do próprio corpo”:

Eliana: Ah, eu penso que é os estímulos do corpo, do próprio corpo.

Bispo: A senhora já enfrentou esse problema?

Eliana: Ah sim, já. Já enfrentei e muita gente enfrenta. Porque as pessoas são escravas da própria vontade, né. Da própria vontade e também dos estímulos do corpo também. Porque hoje em dia para se ter uma boa saúde também tá muito caro. Muito caro, muito caro. Precisa ter quem ensine, a educação vem de berço, né, o berço que a gente fala é dos próprios pais, né. Graças a Deus eu tive uma oportunidade quando minhas filhas nasceram de ter uma ótima ginecologista e um pediatra e ele foi instruindo, né, e as minhas filhas cresceram comendo de tudo: fruta, verdura, carne, tudo. Hoje já comem errado porque é assim, já são grandes, são donas da própria vontade. Mas, é... cresceram com saúde, comendo direitinho, magras, bonitas, saudáveis...

Assim como dona Cleine, Eliana já enfrentou o problema e, no seu primeiro procedimento, generaliza a própria condição, pois “muitas pessoas” enfrentam e a categoria educação é uma das ferramentas fundamentais em sua assertiva. No entanto, a noção de educação e as relações entre as categorias são bem distintas da telespectadora anterior. Para Eliana, o maior desafio são os estímulos do próprio corpo. Ela associa boa saúde com gastos

financeiros, pois, segundo ela, está muito caro ter boa saúde. E segundo a representante comercial, o caminho para minorar o problema da obesidade é a educação. Segundo ela, as pessoas são escravas do próprio corpo e, por isso, é preciso fazer um trabalho de educação. A noção de educação empregada por ela é distinta da noção escolar da telespectadora anterior, já que aqui a noção é compreendida no âmbito familiar. Diferentemente de dona Cleine, para quem a intervenção deveria ser na educação regular oficial, para Eliana o trabalho deveria ser feito dentro da família, “educação vem de berço”. Ela utiliza o exemplo da relação dela com as filhas, que são magras e bonitas, para ilustrar o argumento. E no fim, num procedimento de singularização, ela afirma que educou suas filhas.

A telespectadora seguinte também enfrentou o problema da obesidade, dona Valéria, veterinária, Itaquera, São Paulo:

Valéria: Eu enfrentei e enfrento todos os dias. É. Porque assim... eu nunca fui magra... sempre tive buscando uma maneira para tá emagrecendo e depois eu perdi o foco principal que era emagrecer. Eu uso moderadores de apetite e antidepressivos. Eu, eu precisava deles para sair da cama... e assim... até o dia que eu acordei... para vida... e falei assim, não, eu tenho dois filhos. Eu quero viver. Aí me matriculei numa academia... e tô fazendo a dieta... e tô buscando realmente emagrecer. O maior preconceito... o pior mesmo seria assim não se deixar levar pelo primeiro gole igual com o alcólatra. Ele não pode beber o primeiro copo porque daí ele quer beber todas. No caso, eu tenho certeza, eu não posso comer um pedacinho de pudim que eu vou querer comer o pudim inteiro, então é o autocontrole.

Valéria usa a própria experiência como exemplo para argumentar. Ela associa descontrole emocional e obesidade. Na narração da própria experiência, a veterinária afirma que precisava de medicamentos para sair da cama e cria uma relação comparativa entre o obeso e alcólatra que precisam trabalhar o autocontrole. Ela argumenta, narrando a própria experiência, pois ela tem problemas emocionais.

Após a fala de Valéria, o bispo apresentador sai da passividade de apenas colher os depoimentos e estabelece uma indexação de sentido entre a experiência da veterinária e depressão.

Bispo: Aliás, falar em depressão, tem o pastor Rodrigo?

Pastor: Bom dia, bispo. Estamos aqui a postos com o programa Fala que Eu te Escuto, em todas as madrugadas através do rádio, e nós temos três números à disposição de todos. São os números que a pessoa pode ligar e desabafar conosco aqui. E tem um número que é somente para a oração, para essa pessoa que deseje incluir o seu nome ou o nome de um familiar na oração. Nós temos uma equipe de pastores aqui a postos que tem toda a capacidade de orientar essa pessoa da melhor forma possível. Só lembrando, bispo, que os nomes que essas pessoas nos derem para a oração serão todos eles inclusos na oração que o senhor vai realizar daí dos estúdios do Fala que Eu Te Escuto, bispo.

Bispo: Ok. Inclusive tá passando aí. Cada estado pode sintonizar, ligar, Rio de Janeiro não tá ok, mas tá atendendo também. E você pode ligar e se tá nessa situação.

O apresentador convoca as pessoas que estão passando por problemas emocionais a participarem de um programa de rádio a fim de desabafarem. E faz uma alusão ao próximo momento do episódio, o da oração. Ao ligar para o número indicado é possível incluir um nome para a oração final do bispo ao vivo. Essa intervenção com a convocação do programa de rádio é recorrente em praticamente todos os episódios do programa. De modo geral essa intervenção do apresentador reforça ou recoloca o momento do episódio no mote, que é o sofrimento. Conforme a fala do bispo, pessoas que supostamente sofrem com problemas emocionais definidos como depressão deveriam ligar para os pastores da rádio.

Após esta intervenção voltam os depoimentos dos telespectadores. Dona Tânia, analista de sistemas, de Santo Amaro, São Paulo, é a primeira após a intervenção do bispo. Ela se definiu como magra:

Bispo: Tudo bem com a senhora? A senhora também quer falar sobre o assunto ou isso aconteceu com a senhora?

Tânia: Então, na verdade é o seguinte. Eu sou uma pessoa magra. Eu tenho 30 anos e peso 54 kg. Mas eu já cheguei a 58 kg. E eu não gosto daquela sensação de bochechinha no rosto, o braço um pouquinho mole, então eu acho que o maior desafio para vencer são os estímulos do próprio corpo. É difícil você colocar comida no prato, comer e desejar colocar mais um pouquinho e não colocar. E isso foi o que fez eu vencer. Então eu comecei a colocar, sabe, poucas quantidades de tudo o que eu queria. Fui comendo. Sempre vinha aquele desejo de pegar um pouquinho a mais, uma sobremesa e eu ia resistindo. Hoje eu tenho um controle super legal, consigo manter os 54 kg que eu tenho com a maior tranquilidade, sem sofrer, então eu acho também que as pessoas precisam de mais determinação. Eu sei que quando chega um ponto fica muito difícil, né, precisa de um tratamento mais rigoroso, até mesmo uma cirurgia. Mas eu gostaria de dizer para aqueles que estão no começo, sejam mais fortes! Controle seus estímulos! Resistam! Deu vontade de comer mais? Não coma. Deixa mais tarde, comer uma maçãzinha, uma coisa mais. É o estímulo, é muito difícil. Mas dá para vencer! Basta ter determinação! É como parar de fumar. As pessoas devem parar de fumar para sua própria saúde, comer muito também.

Ao contrário de todas as falas anteriores, Tânia se autodenomina magra. A interação com o apresentador, a forma que ele aborda os telespectadores, produz identificações. Ao afirmar “sou uma pessoa magra”, Tania coloca sua experiência em contraponto com as das participantes anteriores no programa. Nesse procedimento ela se coloca na posição de pertencente a um grupo diferente do das outras telespectadoras, que se denominam obesas. Tânia argumenta que o maior desafio é controlar os estímulos do próprio corpo. Utilizando-se do próprio exemplo para demonstrar como ter autocontrole. No final de

sua argumentação ela associa a imagem do obeso à do fumante que tem que se controlar por causa da saúde. A intervenção seguinte é de Dona Bete, professora de São Paulo:

Bete: A minha opinião é vencer a doença. Né. Porque eu já fui obesa. E já tive 108 kg. Hoje eu tenho 63 kg, né. E... fiz uma redução de estômago há três anos atrás. E eu vou ser eternamente escrava disso porque eu fico insegura, eu tenho medo de engordar novamente, também existe uma parte de preconceito, né... porque eu acabei perdendo excelentes empregos por ser obesa, as pessoas fecham as portas... então assim, vencer a doença... eu costumo falar que eu mato um leão a cada dia... né... por ter muito medo de engordar novamente. E eu pago um preço alto por isso porque essa história de falar que a gente faz redução de estômago e depois vai ser magra, realmente eu sou uma mulher magra, eu *estou* magra, mas não quer dizer que eu *sou* magra... né... então essa é a minha opinião.

Para Dona Bete o mais difícil é vencer a doença. Ela afirma que já foi obesa e já realizou uma cirurgia de redução de estômago há três anos, que a fez perder quarenta e cinco quilos. Revela o medo de voltar a engordar e que por causa do preconceito perdeu várias oportunidades de emprego. Bete, após a fala de Tânia, que se definiu como magra, complexifica a identificação entre “magros” e “obesos”. Apesar da significativa perda de peso, a professora não se denomina como magra, ela põe como sua condição. A intervenção seguinte é de Dona Elaine, também professora da Ilha de Guaratiba, Rio de Janeiro:

Bispo: A senhora também quer só dar opinião ou a senhora já passou por essa situação?

Elaine: Sim, eu ainda estou passando por essa situação. Eu acho que, na minha opinião, o estímulo do próprio corpo é a parte mais difícil por quem passa pelo caso da obesidade.

Bispo: Para a senhora é o mais difícil?

Elaine: Sim, porque o estímulo do próprio corpo, até mesmo assim, você começa a projetar o preconceito até mesmo dentro de você, né... além da obesidade trazer muitas complicações para sua saúde.

Bispo: A senhora tem conseguido vencer?

Elaine: Sim, tenho conseguido. Mas assim a gente tem que trabalhar muito com nosso psicológico, que é uma das principais partes, né, e uma das partes mais afetadas. Tem que trabalhar muito com a nossa autoestima também, que com esse tipo de problema a gente perde muito a nossa autoestima, né. E a gente tem que tentar recuperá-la de acordo com o tempo. É um processo gradativo, mas a gente tem como retornar e resolver essa situação, tem como contornar essa situação.

Elaine se coloca na posição que sofre com o problema da obesidade e maneja com a categoria preconceito de uma maneira distinta do que vimos até agora. Para ela, o obeso começa projetar o preconceito para dentro de si. Nessa perspectiva, ela emprega a noção de

estímulos do próprio relacionado com o emocional. A telespectadora seguinte também se posiciona “estímulos do próprio corpo”, mas usa a autoridade de um conhecimento especializado para opinar:

Bruna: Bom dia, bispo. Então, na minha opinião é que são os estímulos do corpo, porque na faculdade a gente aprende a comer de maneira correta, a tratar os alimentos da maneira correta, mas hoje em dia é muito difícil você seguir uma dieta além de ser muito cara, tem coisas que chamam muito mais atenção do que um prato de salada.

Então as mães acabam aderindo isso aos filhos ou à própria dieta por não ter muito tempo... é... por trabalhar demais e é... por o preço dos alimentos serem muito acima dos alimentos normais. Então eu acho que é muito mais difícil você lidar com as próprias vontades do que você lidar com o preconceito dos outros, da opinião que os outros tem de você.

Sim, deve ser tratado como uma doença, tratada como tal, para que a pessoa tenha uma vida mais saudável. Tem gente que diz que ser gordo é... estar feliz... ter uma vida cheia de regalias e comidas boas, mas por outro lado, se for vendo a saúde da pessoa, é diabetes... é, acaba sendo tratado como um pico de saúde pública hoje em dia.

Então eu acho que o mais difícil mesmo é tratar das vontades que tem muitas tentações nos dias de hoje.

Bruna, nutricionista de São Paulo, como as telespectadoras anteriores não se auto denomina nem gorda e nem magra. Ela utiliza a experiência de adquirir um conhecimento especializado sobre o assunto para opinar. Segundo ela, é ensinado um modo correto de se alimentar no curso de nutrição, mas as condições sócio econômica, preços dos alimentos altos e falta de tempo por parte das pessoas, dificultam seguir as regras adequadamente. Nesse contexto, para Bruna, é mais difícil lidar com as próprias vontades do que com o preconceito dos outros.

Essa participante é a única que opina a partir de um conhecimento especializado sobre o assunto. A telespectadora, Dona Fabíola, promotora, vila Valquíria, Rio de Janeiro, opinou colado na dificuldade dela para emagrecer:

Fabíola: Eu acho que a doença... é difícil superar porque... assim, a gente pensa constantemente em comer... perde sono, acorda para comer... assim, é doença. Precisa de ajuda de psicólogos para te tirar disso, entendeu? É uma coisa muito difícil de passar. Eu já pesei 180 kg, fiz uma dieta radical, que eu cheguei a 67 kg e quando perdi a minha mãe... assim... abalou muito o meu emocional e logo depois eu perdi o meu pai. Eu voltei para 125 kg. E tô agora assim, tentando voltar novamente, né, para poder pelo menos voltar aos 70, 75 kg porque é difícil.

Bispo: E a senhora tá conseguindo?

Fabíola: Agora eu tô indo, começando novamente. Porque agora eu tô até com problema de saúde, eu adquiri asma até por estar muito obesa afetou o meu sistema respiratório. Muitas noites eu passo sentada com falta de ar e já, assim, antes eu era obesa mas eu não tinha problemas de saúde, agora eu já estou um pouco mais velha e já tá afetando muito! A minha saúde.

Valquíria associa obesidade e crise emocional. Ela narra a própria experiência para opinar. A promotora conseguiu emagrecer com uma dieta radical, mas depois de perder os pais, o abalo emocional associado, voltou a engordar. E agora ela está sofrendo como os problemas de saúde relacionado a obesidade, como o asma.

Por causa da interação com o bispo-apresentador os discursos são, normalmente, colados na experiência do telespectador. A intervenção no programa adquire um tom mais testemunhal.

O bispo ao perguntar se o telespectador sofre do “mal” de saúde debatido reforça dois posicionamentos a partir da experiência do sujeito.

Os discursos dos telespectadores acima citados foram, de um modo geral, produto desse tipo de interação com o apresentador e, normalmente, é essa autoridade discursiva que é apresentada pelos participantes.

Justiça: todos nós somos especialista no assunto

O episódio “Justiça no Brasil: a frase que melhor a traduz é ‘tarda, mas não falha’ ou ‘falha só quando lhe convém?’” foi produzido com sete reportagens jornalísticas.

Notemos que com os episódios sobre o assunto Justiça, a interação condiciona a opinião do telespectador como se este fosse um especialista. A primeira opinião foi de Fernanda:

Fernanda: Ah, falha só quando lhe convém. Só que muitas vezes também, aliás, a maioria das vezes, eu acho que a pena, quando ela se faz, ela é muito branda, sabe. Esses criminosos, não é, matam, os ricos, deixam as pessoas... igual aquele senhor que matou a jornalista³⁷ foi, ele foi condenado e ele saiu pela porta da frente só porque tem dinheiro e outros e outros. Agora as pessoas que às vezes (?) tão mal vestidas, sem dente, não é? O negro, eles, o pobre, eles não querem nem saber. Acha que a pessoa furtou, fez alguma coisa, mesmo até que tenha furtado uma galinha, não sai mais da cadeia, entendeu? Se eles puderem eles deixam lá mesmo até morrer e acabam realmente morrendo, não é.

Fernanda, na sua argumentação, produz duas associações. A primeira delas estabelece duas justiças no Brasil, a dos ricos e a dos pobres. E na segunda, a justiça dos ricos

³⁷ O jornalista Pimenta Neves, de 69 anos, que matou Sandra Gomide com dois tiros disparados à queima-roupa em 20 de agosto de 2000. Ele aguardou todo o processo em liberdade. Em [primeiro](#) de novembro de [2007](#), a ministra do [Superior Tribunal de Justiça](#) Maria Thereza de Assis Moura confirma uma liminar que garante que o jornalista fique solto até que se esgotem todas as possibilidades de recurso. Após mais de 10 anos do [homicídio](#), e depois de diversos recursos postergando a prisão, no dia 24 de maio de 2011 o Superior Tribunal Federal confirmou a pena e Pimenta Neves foi preso.

é caracterizada pela impunidade, conforme o caso do jornalista. E a justiça dos pobres é marcada pela severidade.

Essa separação entre duas justiças é bem recorrente nesse momento do episódio. Na próxima intervenção, do Doutor Paulo, advogado de Araxá, Minas Gerais essa distinção também aparece:

Bispo: Como é que o senhor vê essa questão?

Paulo: Bom, eu acredito que a justiça, ela falha quando lhe convém. E o nosso principal problema, em nosso país, é que nós não temos uma única justiça, nós temos duas. Nós temos a justiça para os ricos, os poderosos, aqueles que podem contratar grandes e renomados advogados. E nós temos a justiça dos pobres, aqueles que não tem a quem se socorrer e que, na maioria das vezes, cometem crime por necessidade. [...] Infelizmente essa é a realidade da justiça do nosso país. Eu lamento muito, *na qualidade de advogado*, profissional que sou, ter que, diante de uma rede de televisão, aliás, de maior audiência que é o programa do senhor, lamentavelmente, ter que dizer que justiça no Brasil infelizmente é isso: funciona para uns, para outros não.

Paulo se identifica como advogado e o apresentador o indaga a opinar como especialista. Por isso ele procura balizar seu discurso como um especialista no assunto, evocando sua formação como advogado para opinar, como alguém que possui um conhecimento especializado. Segundo ele, não Brasil há duas justiças: a dos ricos, que podem contratar grandes advogados, e a dos pobres, que, na maioria das vezes, cometem crimes por necessidade. A intervenção seguinte, também é realizada por um advogado, dr. Dércio:

Bispo: E o senhor vê essa questão como? O senhor como advogado.

Dércio: Muito triste porque o tratamento policial é um fruto continuado do autoritarismo que teve a origem no regime militar. No processo penal se busca a verdade real, mas na verdade os erros judiciais estão aí até em razão do erro visual numérico, o que é um absurdo. Então como se julga o juiz? O juiz deve submeter à lei e à justiça. Ele tem que ter inteligência para chegar a uma decisão baseada nas leis, nas provas. Ele tem que ter sabedoria para saber se essa decisão é justa. E coragem para rejeitar ou modificar essas decisões conforme manda a justiça. E o que acontece é que muitos pensam que é Deus e outros têm certeza. E o que é que ocorre, o que é que vem a lume? A total injustiça. [...]

Na interação, o bispo-apresentador convoca o telespectador a fornecer um parecer sobre o assunto como especialista, “o senhor como advogado”. O doutor relaciona o tratamento policial com a ditadura militar. Em seguida, ele disserta como os juízes julgam os processos, segundo ele, estes se consideram deuses. A telespectadora seguinte a opinar é a senhora Iara, da Aclimação, São Paulo:

Iara: Então, bispo, para mim, tá... eu acho que ela tarda quando lhe convém, tá. Eu não acredito na justiça brasileira. Realmente é muito ruim isso, mas eu não acredito

na nossa justiça. Isso é muito ruim, é uma pena. Não, não acredito. Ela só existe realmente para quem tem dinheiro.

Iara fornece uma assertiva com opinião pessoal. Nela a recorrente afirmação de que há duas justiças e que ela somente funciona para os ricos. Na opinião seguinte, Anete, que é promotora de Justiça do estado de São Paulo, é a primeira pessoa a escolher a alternativa “tarda mais não fala”:

Anete: Na minha opinião, bispo, a justiça tarda mas não falha. O que falha são os operadores da justiça. Porque nós dependemos de escrivão, escrevente, de estagiários, estagiários da justiça. Então tudo isso fica envolvido numa máquina judiciária morosa.

Interessante ressaltar como ela generaliza seu discurso para as pessoas que trabalham no Judiciário, utilizando o termo “nós”. A argumentação dela é baseada em sua experiência profissional. Nesse sentido, o problema no judiciário seria a burocracia. Na próxima intervenção, a telespectadora Doutora Alda, médica, de Aracruz, Espírito Santo, fornece uma argumentação com referência a um especialista:

Alda: Eu tenho um amigo que fez Direito e falou para mim, “ó Alda, eu vou fazer Direito, vou ser advogado apenas para ganhar minhas causas pelas brechas que a lei dá”. Então, a nossa justiça até que ela funciona em alguns casos, mas a maioria delas para mim, ela só funciona quando convém a ela mesma. Porque muito dos magistrados, muito dos advogados compram, se vendem, vendem sentenças.

Aqui no meu estado é um escândalo, no Espírito Santo. Foi agora um Conselho Nacional de Justiça (?) teve aqui e a coisa não ficou fácil. Tanto para os magistrados e pro Tribunal de Justiça. Eles têm que andar um pouco mais rápido do que passeando.

Mas o meu parecer é esse, bispo, o meu parecer é que é de acordo quando convém e um pouco da opinião da colega aí que falou antes. E realmente existe justiça, sim. Mas também existe falta de pessoal para trabalhar, de recursos. Igual a lei, por exemplo, a Lei Maria da Penha, fala-se que tem medidas protetivas mas, no entanto, o estado não fornece aquilo que é necessário para que também os juízes possam trabalhar. Então é um emaranhado de coisas que ainda tem que ser consertadas. Mas o meu ponto de vista ainda continua sendo que ela é feita de acordo com o que convém. É esse o meu parecer, bispo.

Alda generaliza seu argumento se referindo a um especialista próximo a ela, um “advogado amigo dela”. Segundo esse amigo, há muitas brechas no sistema judiciário brasileiro e por isso ele funciona apenas em alguns casos. De acordo com ela, os magistrados se corrompem. Em um segundo procedimento argumentativo, ela ilustra a corrupção dos magistrados com o que ocorreu em seu estado natal, Espírito Santo.

E por fim, a última intervenção, que também é a mais longa, Eleine, do Bom Retiro, São Paulo, realiza três procedimentos argumentativos:

Eliana: Ah, eu vejo que a Justiça tarda, mas não falha. O que falha são os operantes dela, né. Tem também o da estabilidade no trabalho, né. Então, eu já trabalhei seis meses em serviço público e é assim, todo mundo lá é o chefe e um não intervém no setor do outro. Não se pode dar palpite, entendeu? Não se pode fazer observações. É uma “panelinha” tremenda lá dentro. Então é assim, por exemplo, se essa pessoa que anotou o número errado e fez essa, aquela matéria lá, a pessoa ir para a cadeia, aquela moça lá, aquela senhora, que trocou o 0 pelo 1 no RG dela, se ele fosse mandado embora por justa causa sem dinheiro a, sem direito a nada haha isso não aconteceria. Se exige tanto para você entrar num serviço público, exige estudo, exige concurso e as pessoas não observam aquilo que fazem.

E quanto aos que deram opinião que o problema é social... é... assim... essas pessoas que acham que o problema é social e tal e não sei o quê, eu acho que as pessoas que dão esse palpite devia descer do seu pedestal e esclarecer aqueles menos esclarecidos. Cabe à nós esclarecer aqueles que não são esclarecidos.

Porque eu nasci pobre. Meu pai foi motorista de ônibus, minha mãe foi servente de grupo escolar, fazia limpeza em grupo escolar, tá. A gente batalhou muito. Quando criança eu morei em cortiço... é... assim... e sempre eu procurei aprender. Sempre assim. Eu tive educação, educação que vem dos pais, não educação que vem de fora. Meus pais eram humildes. Mas, sim, eu tive uma boa educação. Mas eu sempre procurei também conhecer e procurar entende o porquê das coisas, buscar sempre o porquê das coisas. Então eu acho assim, sabe, cabe à nós, os esclarecidos, esclarecer! Desce do seu pedestal um pouquinho! E vai lá, sabe? Vai lá! Visita! Vai nos lugares, visita, procura saber, procura entender, entendeu? Isso acontece porque no serviço público é assim, tem estabilidade, é cada um faz o que quer, trabalha como quer, um não interfere na área do outro e vira essa bagunça.

No primeiro procedimento argumentativo, ela utiliza a própria experiência no serviço público para argumentar que a justiça tarda por causa dos operadores. Segundo ela, o problema está nos operadores da justiça. Os servidores públicos possuem estabilidade de emprego o que permite que eles errem e não sejam demitidos. Em seguida, ela contesta as opiniões dos que problematizam o social por meio da distinção entre a justiça dos ricos e a dos pobres. Ela propõe outra distinção, diferente da justiça para os ricos e para os pobres, que seria entre os esclarecidos e os não esclarecidos. Segundo ela, os esclarecidos deveriam “informar” os menos esclarecidos. Eles deveriam sair de sua posição “superior” e verificar o que “realmente” acontece. E no fim, ela utiliza sua trajetória como exemplo de uma pessoa pobre e de família humilde que conseguiu se esclarecer. Ela argumenta que conseguiu ter acesso à educação graças a sua vontade de conhecer como as coisas são.

Podemos dizer que os episódios com o tema Justiça, de um modo geral, os participantes do debate são especialistas, como advogados, promotores e juízes. Esses telespectadores na interação com o apresentador são convocados a se posicionar conforme suas profissões.

Família: todos temos experiência pessoal sobre o assunto e também somos especialistas para opinar!

Divórcios: o que mais contribui com eles é a falta de dinheiro, amor ou sexo?

A primeira participante desse episódio foi dona Roseli, promotora de vendas, de São Paulo:

Roseli: Olha, bispo, é difícil escolher uma dessas três opiniões aí, viu! Porque, ao meu ver, as três, os três tão ligadas a uma coisa só. Porque um casamento com a falta dessas três coisas é um desastre! Eu opto pelo dinheiro porque... a pessoa que falta o dinheiro, ela não tem dinheiro para pagar as dívidas, a pessoa fica nervosa dentro de casa... aí esfria o amor, esfria o sexo. Então, uma coisa puxa a outra, né! Mas eu opto pelo dinheiro.

Segundo Roseli, as três opções estão relacionadas em uma coisa só. Ela faz uma associação entre falta de dinheiro e o emocional. Segundo ela, a falta de dinheiro mexe com o emocional da pessoa e, como consequência, esfria o amor e o sexo.

A próxima telespectadora, dona Clezilda, de Brasília, se posiciona na posição “amor”:

Clezilda: Ah, é a falta de amor. Porque o amor, ele é a base de tudo. Então onde há amor, aí Deus está. Portanto, não haverá divórcio. E a gente sabe que não é (?) conto de fadas, tudo tem dificuldade, mas com amor tudo é superado. Aí sobre a rocha maior que é Deus.

Ela opta pela falta de amor, porque o amor é, segundo sua afirmação, a base de tudo. Ela associa o amor a Deus às posições fornecidas pelo programa. Para Clezilda, no relacionamento em que há amor, Deus está presente. E, portanto, o relacionamento pode superar as dificuldades.

A terceira a argumentar sobre o assunto é a veterinária Carolina, do Rio de Janeiro:

Bispo: Qual sua opinião, Caroline?

Caroline: Bom. Bom, eu acho que a minha opinião é o amor. Eu acho que as outras opções acabam sendo uma desculpa. Porque o casal que se ama constrói junto uma vida financeira estável, um apoiando o outro na tristeza, nos momentos difíceis, né. E acabam crescendo profissionalmente, financeiramente. E também por amor a pessoa é capaz de mudar, melhorar, sabe, se algo não tiver indo bem na relação. Eu até acho que a falta de amor até em áreas como a política, de alguns políticos que não demonstram amor e respeito pela população, né. A falta de amor pelo próximo, eu acredito que seja por essa falta de amor que não só os casamentos acabam como tantos assassinatos e desgraças estão acontecendo nos dias de hoje. Acho que as pessoas deviam ter mais amor e respeito pelo próximo.

Caroline apresenta dois argumentos. O primeiro é que com amor é possível conseguir uma vida financeira estável, pois o casal constrói junto o lado econômico da relação. Um ajuda o outro nos momentos difíceis. O outro é que o amor deveria ser uma prática em outros âmbitos fora do relacionamento, como o político, por exemplo.

O primeiro homem a opinar é Rafael, de Santa Catarina

Pastor: Tudo bem? E a sua opinião, Rafael?

Rafael, comerciante: A minha opinião é a seguinte, eu, das três como a primeira senhora falou a respeito da união dessas três, do dinheiro, do amor e do sexo, eu acho que o dinheiro hoje ele tá em primeiro lugar. Porque é o seguinte, você tem o amor, você constrói uma família, mas tem que ver aonde você quer chegar em relação a tua família. Se você quer ter uma família, se você quer chegar numa velhice com estabilidade, com segurança, com amor. E é um conjunto que o ser humano precisa, que Deus dá a ele... só que o dinheiro te leva a isso. [...]

Vem a dificuldade, no final do dia você tá cansado, tá estressado. Vem o problema. Falta de condições, de mordomia dentro de casa, de dar o melhor para o filho. Então acaba se criando um transtorno devido ao financeiro que afeta no teu emocional, no teu amor, no sexo. Principalmente no homem, o homem quando ele tem um problema financeiro, né, a primeira coisa que afeta ele é o lado emocional, o lado sexual... Então, na minha opinião, devido até a experiências, a amigos, pessoas próximas, eu acho que é o financeiro no mundo de hoje...eu para mim, o amor tá em primeiro lugar! Nossa! Eu passei dificuldades com minha esposa, até nos separamos, mas voltamos devido ao amor. Batalhamos, conquistamos. Tenho uma família. Deus me honra muito com a família que eu tenho... então, eu acredito que nos dias de hoje, devido a dificuldade social, até das informações que são passadas no dia a dia, da mídia, da televisão, de rádio, da comunicação... o financeiro eu acho que ele tá afetando bem mais os divórcios no dia de hoje.

Rafael também estabelece a associação entre falta de dinheiro e o emocional. Para ele, o dinheiro é o objetivo a ser alcançado para ter a possibilidade de uma velhice com estabilidade. Segundo Rafael, a falta de dinheiro traz transtornos que afetam o emocional. Ele reforça que isso acontece principalmente com o homem. A opinião seguinte é de uma mulher, Ana, de Bauru:

Ana: eu acho que a principal coisa é a falta de amor também. É. Porque quando a pessoa tem amor, ela vai e constrói o patrimônio. Ela se une e vai construir, vai fazer, vai trabalhar. Mesmo que tiver faltando dinheiro. Porque se fosse só falta de dinheiro, que que aconteceria? Esses artistas não se separariam, né, porque eles não tem falta de dinheiro (risos). É a falta de amor. Eu acho que é a falta de amor. E o sexo também, quando as pessoas se amam, as pessoas estão dispostas a se amar e amam o próximo e ama, principalmente, o companheiro ou a companheira que tá com ele, então ele vai fazer de tudo também para se acertar na parte sexual, não é verdade? É isso que eu acho... então, por isso que eu acho que o amor é o principal, né.

Como já visto anteriormente, Ana subordina sexo e dinheiro a amor. Segundo ela, se há amor é possível construir um patrimônio financeiro e as pessoas procuram se acertar sexualmente. A fala seguinte é de Grazielle, de Mandaqui, São Paulo, economista.

Grazielle: Bom, pastor, eu acho que o dinheiro, ele é muito importante e decisivo na hora da separação, mas eu acredito que principalmente o amor... baseado também na falta de afinidade entre as pessoas. Hoje elas casam, elas mal se conhecem, né... então elas começam ao contrário. Primeiro, elas casam, depois elas começam a namorar, depois paquerando. Depois quando vê tá só conversando pelo telefone. É uma situação meio inversa. Então eu acredito que a falta de afi... uma coisa é você ter problema financeiro com dez anos de casamento, outro é ser com um ano de

relacionamento quando você namorou três meses apenas... então, eu acho que o importante mesmo é a convivência. Eu acho que o amor, a falta de amor, ela é determinante para separar um casal.

Graziele opta por amor e fornece uma associação entre casamento e afinidade. Segundo ela, há um processo inverso de um processo de relacionamento “padrão”. A economista afirma que primeiro as pessoas casam, depois namoram. A próxima telespectadora é a Susan, de Joinville:

Suzan: Bem, a minha opinião é com certeza a falta de amor. Hoje em dia, as pessoas banalizaram muito o casamento, entendeu? O casamento eu ainda acho que é uma instituição sagrada, entendeu? Instituída por Deus. E assim, as pessoas sobem lá no altar... falam aquele juramento lindo porque eu acho aquele juramento lindo, né. De amar, honrar, respeitar, ser fiel até que a morte nos separe. E acham que assim, simplesmente vai lá falar por falar? Aquilo não é assim! Aquilo é um compromisso, uma coisa séria. As pessoas abandonam muito umas as outras por qualquer coisa. Eu sou casada há oito anos, já passei por muitas coisas, entendeu? Por falta de dinheiro, por falta de emprego. E até, olha, sinceramente, não me arrependo de ter me casado, entendeu? Não me arrependo de ter construído a minha família e eu ainda vou construir porque eu ainda não tenho filhos. E o que tiver que vir vai vir. Problemas, coisas ruins. Porque todo casamento tem. Não é um mar de rosas. Nunca foi e nunca vai ser. Mas se a gente não amar a outra pessoa e a outra pessoa não amar a gente, isso não vai dar certo.

A próxima intervenção é realizado por um especialista, Doutor Augusto, advogado do Leblon:

Augusto: A minha opinião é obviamente que eu queria ser mais realista possível. Na condição de técnico jurídico, advogado, participei de muitas audiências de divórcio na minha vida profissional. A maioria delas, pastor Carlos, a maioria absoluta foi realmente problemas financeiros... não resta dúvida que o dinheiro se sobrepõe, nesses casos, quando chega ao ponto de um divórcio numa relação de um casal, evidentemente que ele atrapalha o amor e, mais ainda, o problema sexual é afetado diretamente...o dinheiro infelizmente é a mola mestra, na minha opinião, dos divórcios que vêm acontecendo sucessivamente. Ao passo que já estamos quase, como disse muito bem a matéria, né, na nossa TV Record, que houve 200% de aumento. E isso corresponde à realidade. Realmente para mim, o dinheiro, infelizmente, porque eu queria falar o amor. Mas eu não posso, eu não posso me violentar, porque eu estou sendo assim, fora da realidade, da minha realidade que eu vivi na minha vida profissional.

O Dr. Augusto opina como especialista do Direito e diz que em sua experiência profissional presenciou vários divórcios. Para ele, é o dinheiro a mola mestra dos divórcios. O doutor é a única fala de um especialista nesse momento. Normalmente, em outros episódios sobre Família, além de advogados aparecem também psicólogos com frequência. No instante seguinte à fala do Augusto, o bispo intervém com o chamado para as pessoas participarem de um programa de rádio da Igreja Universal:

Bispo: você pode também participar se você quiser uma assistência espiritual, pela rádio 105 FM. Todos os dias, o FQETE em assistência espiritual, está ao vivo, pela 105, com o pastor André. Que está todos os dias ao vivo. Pastor André tá lá? Dá para mostra-lo? Pastor André, bom dia!

Pastor André: Bom dia, bispo Darlan. Bom dia a todos que estão acompanhando o programa FQETE. Estamos aqui a disposição daqueles que estão aflitos, com depressão, pensando em dar cabo da própria vida, pessoas que sofrem com sérios problemas e querem ajuda, querem um aconselhamento. Então se a pessoa quiser conversar conosco, ela pode ligar agora no 2582-0680. Ela vai conversar conosco, vamos orientá-lo e incluí-lo o nome dela na oração. E se a pessoa deseja incluir o nome na oração apenas, ela vai ligar no 2582-0500 ou 2582-0105. Inclusive, essa oração, ela será realizada logo mais no programa FQETE.

Como já vimos nos episódios anteriores, essa fala coloca o momento no foco da discussão sobre depressão. Os pastores atendem em um programa de rádio os telespectadores para desabafarem. Nesse sentido, o mote da fala dele é a depressão. E faz alusão à etapa seguinte do programa, o momento da oração do bispo. Nesse caso haverá somente mais opinião antes da oração. A última participante foi Edilene, empresária de São Paulo.

Edilene (empresária): Bom, sobre o tema de hoje, a minha opinião é a falta de amor. É, assim, eu tenho 32 anos. Sou casada há 11 anos, graças a Deus, e a gente é muito feliz. Dinheiro já faltou, já, no meu relacionamento e nem por isso eu e meu marido nos divorciamos ou nos separamos por conta de falta de dinheiro, não! Imagina! Muito pelo contrário, isso fez com que nós uníssemos mais. Nas nossas fases de dificuldades, fez com que um olhasse para o outro, pelo amor que a gente tem em Deus e pelo amor que a gente tem um pelo outro, olhar para o outro e falar “olha, amanhã vai ser um dia diferente, vai, tudo vai dar certo”. E tudo deu certo e estamos aqui. E se Deus quiser, vamos aí fazer bodas de ouro e tudo mais. Quanto a sexo... eu acho que sexo é parte disso. Então é parte do amor, né, é a concretização do amor. Então, na minha opinião, é pura falta de amor.

Edilene fornece uma opinião próxima a sua experiência pessoal. Ela narra essa experiência relacionando as três opções dadas pelo programa, amor, sexo e dinheiro. Segundo a empresária, a falta de dinheiro não a separou do marido e o sexo é parte do amor.

Conforme os três episódios temos, de um modo geral, duas formas de opinar: uma utilizando a experiência pessoal e outra, como se fosse um especialista no assunto. sujeitos das experiências e especialistas são posições, atores, no momento interativo, essas posições se transformam em procedimento argumentativo. É modo como os telespectadores procuram fornecer “autoridade” em seus discursos.

veremos outro tipo de deslocamento na passagem do segundo momento para o final dos episódios, e desta vez realizada por um especialista que até o momento não argumentou sobre os assuntos debatidos, o bispo.

A dialética do sofrimento

Abordaremos a parte final dos episódios, que tem uma especificidade em relação aos outros momentos do programa, em relação à configuração de atores: esta parte é composta somente por uma posição, a do bispo. E essa posição é diferente do apresentador que interage com os telespectadores, no segundo momento dos episódios, apesar de se ser apresentada pela mesma pessoa. Nesta nova posição, ao contrário da anterior, é explícita a fala de um especialista em um âmbito especializado, o domínio teológico. Ele, o bispo, emite um discurso como membro de uma instituição religiosa, no qual está suposto o seu conhecimento especializado sobre o assunto.

Nesta perspectiva, o bispo é um especialista-mediador já que ele amplia ou desloca os sentidos das categorias mobilizadas.

No processo de construção dos episódios o bispo é o único especialista sobre assuntos relacionados ao domínio teológico. Assim, no âmbito geral do programa, ele tem o monopólio desse tipo de conhecimento, sendo a autoridade sobre o assunto no *Fala que eu te escuto*. Nesse contexto, essa posição encerra a controvérsia que está sendo trabalhada, já que não há mais a suposição de uma incerteza compartilhada na relação entre os atores sobre a problematização do social que foi construída pelo programa. O discurso dele se relaciona às demais no sentido de resolver, encerrar o debate.

No entanto, não há uma quebra radical entre os momentos anteriores e o terceiro a ponto de podermos considerar como se fossem dois programas diferentes, um constituído pelas duas primeiras etapas dos episódios e a outra com a terceira. O bispo age, como demonstraremos adiante, no sentido de tornar essa passagem um processo, portanto, essa posição é a mediadora que articula as demais fases do programa.

Para analisarmos esse momento dividiremos de modo analítico as falas dos bispos em três etapas. Gostaríamos de sugerir que o conjunto dessas etapas compõe uma espécie de roteiro que, de modo geral, está presente em todos os episódios. Na primeira etapa, o bispo relaciona o que foi discutido no episódio com a categoria *Deus*, ampliando os sentidos das demais categorias utilizadas. Nesse sentido, a categoria Deus é a categoria de mediação.

Na segunda etapa, esse ator generaliza a questão social para além das fronteiras dos grupos focados até o momento, como os obesos, os injustiçados e os divorciados, incluindo todas as pessoas que sofrem. Com esse procedimento, o bispo realiza uma inversão importante, que fornece sentido a programa como um todo, pois, se nos momentos anteriores, o *sofrimento/depressão* apareceu como pano de fundo das controvérsias, nesse momento essa categoria torna-se foco do discurso. Dito de outro modo, problematizaram-se como questão social, a doença, o processo penal brasileiro, e o fim do casamento, ficando o

sofrimento/depressão subordinado a essas categorias, posto que apresentada como consequência da obesidade, da injustiça e do divórcio. Já na etapa final o bispo inverte essa relação e o *sofrimento/depressão* passa ao primeiro plano da argumentação e as questões sociais ficam no subtexto do discurso. E por fim, na última etapa, o bispo encerra sua fala fornecendo uma solução associada à categoria de *Deus* para por fim aos *sofrimentos*.

A seguir analisaremos o momento final de três episódios: “Obesidade: O maior desafio é vencer a doença, o preconceito ou os estímulos do próprio corpo?” ; “A frase que melhor a traduz é: ‘tarda, mas não falha’ ou ‘falha só quando lhe convém?’”; e “Divórcios: o que mais contribui com eles é a falta de dinheiro, amor ou sexo?” . Vale salientar que cada um desses episódios possui um bispo apresentador distinto um dos outros.

o *Fala que eu te escuto* é apresentado por uma gama diversa de bispos da Igreja Universal que vai além dos três desses episódios. A Igreja Universal possui uma hierarquia pouco complexa, se comparada à Igreja católica, por exemplo. A hierarquia é composta, de um modo geral, por três níveis: na base estão os obreiros, que são subordinados aos pastores e encarregados de trabalhos menores, como o convite de pessoas à participação nos cultos, recepção das pessoas que chegam aos templos e auxílio aos pastores durante as reuniões. No nível intermediário estão os pastores, que são responsáveis por gerir reuniões e a administração da igreja local. Acima dos pastores, no último nível, estão os bispos, que regulam as linhas doutrinárias e supervisionam o trabalho dos pastores.

Os apresentadores do *Fala que eu te escuto* são sempre membros da alta hierarquia da Igreja Universal. Ou seja, são sempre bispos. O apresentador do episódio sobre obesidade foi o bispo paranaense Wagner Negrão, que, atualmente, é o líder da igreja no estado do Paraná. Já o episódio sobre Justiça foi apresentado pelo bispo Clodomir dos Santos Matos, que nasceu no Rio de Janeiro e, atualmente, é o bispo com mais tempo de atividade no *Fala que eu te escuto*, desde o ano 2000³⁸. Este bispo realiza suas reuniões na Catedral Mundial da Fé no Rio de Janeiro.

Antes de entrar para a Igreja Universal, Clodomir começou sua vida profissional como estofador e mais tarde chegou a se envolver com crimes e até com o tráfico de drogas. Ele foi preso três vezes por associação ao tráfico. Em 1984, aos dezessete anos, Clodomir ingressou na igreja. Morou dois anos nos Estados Unidos, onde aprendeu a fazer televisão, num curso pago pela igreja. Em 1995, o então pastor Clodomir foi consagrado a Bispo pelo

³⁸ Revista Veja edição 05/2000 http://veja.abril.com.br/310500/p_152.html

líder da IURD, bispo Edir Macedo. Em 2000 participou da reformulação do *Fala que eu te escuto* e, desde então, é um dos seus principais apresentadores. Além desse programa, ele participa de outros da grade da Igreja universal como o *Novo Tempo*.

E por último, o episódio sobre família foi apresentado pelo também carioca bispo Darlan Ávila. Ele, assim como bispo Clodomir se envolveu com a criminalidade na juventude.³⁹ Darlan foi consagrado bispo no ano de 1998, pelo líder da Universal Edir Macedo em São Paulo. No ano de 2010, bispo Ávila foi o responsável da igreja pelo estado do Rio de Janeiro.

Esses são os três bispos que dissertam nos episódios analisados. Agora veremos passo a passo a forma de argumentar desses atores.

Saúde

Neste episódio, as opções dos telespectadores para opinar eram “obesidade: o maior desafio é superar a doença, o preconceito ou os estímulos do próprio corpo”. Vimos que a opção “estímulos do próprio corpo” foi a mais acionada pelos telespectadores. Essa opção somente ganhou sentido no segundo momento do episódio, já que os termos “estímulos do próprio corpo” não foram enunciados por nenhum dos atores que tomaram parte dos conjuntos de reportagens jornalísticas. Os termos, nesse contexto, foram indexados pelos telespectadores como associado à noção de problema emocional.

Na passagem do segundo momento para o terceiro, no processo de transição, o bispo Negrão convoca os telespectadores para a oração e opta por “estímulos do próprio corpo” dentre as posições fornecidas:

Wagner Negrão: Prepare o copo com água, nós vamos falar com Deus. E principalmente, você, a senhora, o senhor, que tem enfrentado essa situação, tem passado por isso... aí vem... como essa senhora, doença ou depressão e vai desencadeando uma série de outros problemas. Porque Deus também, ele tem o poder e nós temos visto isso, para trabalhar o emocional, o psicológico, dá força, dá capacidade, dá condição à pessoa para vencer também esses estímulos do corpo. Se é o seu caso, vamos falar com Deus.

Wagner aciona duas categorias que serão centrais na oração que virá a seguir: *depressão e Deus*. Notemos que a os termos *doença e depressão* são utilizadas como

³⁹ Portal arca universal 30/07/2010: <http://universouniversal.wordpress.com/2010/07/30/entrevista-com-o-bispo-darlan/#more-7276>

sinônimos. No primeiro momento desse episódio essas categorias foram associadas de modo que depressão era subordinada à categoria doença. Assim, as doenças causavam a depressão. A problematização do social era sobre as doenças, os problemas emocionais eram uma consequência desses.

Nesta etapa da fala, o bispo realiza as passagens de sentido e prepara o processo de inversão, em que a depressão ficará em primeiro plano, subsumindo a noção de doença. Logo em seguida, após essa intervenção, inicia-se a oração:

Wagner Negrão: Meu Deus, nós nos colocamos agora, Senhor, diante de ti em oração por todas as pessoas que estão nesse momento necessitando de um socorro, de ajuda, pessoas que não estão conseguindo vencer, meu Deus. Esse problema de obesidade já tem trazido problemas de saúde, depressão e muitos até como vimos na matéria com desejos de morte, pessoas que se encontram e se sentem vencidas, desanimadas, prostradas.

Nesta passagem, Negrão é específico na associação entre obesidade e depressão de modo generalizado, “todas as pessoas que necessitam”. E ele estabelece a associação entre vencer o problema e problemas emocionais. Nesse sentido, resolver o problema da doença está intimamente ligado ao emocional. No procedimento seguinte o bispo generaliza para articulação de Deus para o sofrimento como consequência de qualquer tipo de problema:

Wagner Negrão: Seja por esse problema ou por qualquer que seja o problema ou situação, um problema no casamento, no trabalho, profissional, qualquer que seja a situação, meu Deus, que vem levando essa pessoa à angústia, tristeza, a achar que a vida não tem mais sentido, não faz mais sentido, que tem trazido pensamento constante, o sentimento constante de tirar a própria vida, pessoas que estão nesse momento acordadas porque já não conseguem mais dormir, já não conseguem mais viver. Nem calmantes, nem os medicamentos são capazes de leva-las a um descanso, leva-las ao sono. A noite ela passa em claro vendo programas, desesperada, angustiada, sozinha, abandonada. Muitos já desprezados por tudo e por todos. E essas pessoas precisam do senhor, de um socorro urgente. Elas oram conosco agora, meu Deus.

Nesse processo de generalização do sofrimento é ressaltada a ineficácia dos tratamentos medicinais sobre o sofrimento, pois nenhum remédio está resolvendo, segundo o bispo. Na sequência Deus é convocado a agir sobre os sofrimentos a prestar socorro:

Wagner Negrão: E como o senhor é o Deus, Deus que socorre, o Deus que prometeu ouvir, responder, principalmente o aflito, o contrito de coração, aquele que se quebranta diante de ti, que reconhece que o senhor é Deus e que tem o poder para livrar, para mudar a situação. Essa pessoa que reconhece que já não pode fazer mais nada. As suas forças se esgotaram, se esvaíram. Ela já esgotou todos os recursos humanos e sabe que só resta o senhor. E que o senhor pode fazer o que ninguém pode. Então, envolve essa pessoa agora, meu deus, com teu poder, age agora! Age no emocional, no psicológico. [...]. Age, meu Deus, aonde quer que ela esteja, ainda que esteja num hospital, desenganada já pelos médicos, aonde quer que ela se

encontre agora. Que o senhor venha a alcança-la, que o senhor venha então destruir todo o sofrimento das pessoas que ligaram nos programas de rádio, meu Deus, seja aqui em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Brasil, enfim, no mundo, pessoas que estavam aguardando esse momento, que elas sejam envolvidas pelo seu poder, que elas sejam curadas, sejam libertas, sejam livres, que a pressão, que a opressão seja arrancada dessa pessoa. Que o teu poder entre agora, meu Deus, no mais íntimo dessa criatura para arrancar todo o sofrimento, toda angústia. E que ao acabar essa oração, meu Deus. Ao participar desse copo com água ela venha a receber uma paz, uma força, ela venha a receber a capacidade de, a partir de hoje, começar uma nova etapa na vida dela. Nós entregamos nas tuas mãos todos os que estão orando conosco e pela fé determinamos todos abençoados. Em nome do pai, do filho e do espírito santo. Amém. Pode beber, por favor.

No fim da oração, o bispo continua afirmando que Deus pode agir onde a medicina falha e a intervenção requerida é no *emocional*. Notemos como o sofrimento e depressão são o mote de toda a fala do bispo. A doença, no começo da fala dele, foi trabalhada como sinônimo de sofrimento, para colocar esta última categoria como foco de toda intervenção. E a resolução da controvérsia fica a cargo de Deus.

A seguir analisaremos a intervenção do bispo Clodomir em um episódio sobre Justiça. O procedimento argumentativo é semelhante a esse.

Justiça

No episódio “A frase que melhor a traduz é: ‘tarda, mas não falha’ ou ‘falha só quando lhe convém’?”, o apresentador não opta por nenhuma das duas opções fornecidas pelo programa, mas, na passagem para a oração, indexa as categorias de *justiça*, *Deus* e *fé*:

Clodomir Santos: Tá certo. Boa noite! Vamos agora falar com Deus. É momento de oração e olha, minha amiga e meu amigo, por maior que seja a injustiça que o senhor, que a senhora, você esteja sofrendo, Deus é justiça. E Ele age por essa justiça. A base do trono Dele é justiça e juízo. E quando nós o invocamos crendo nessa justiça, ela se manifesta. De acordo com a fé que manifestamos! Ela parece até demorada, muitas vezes. Parece... mas não é. Porque depende da medida de fé que é manifestada. Vamos falar com Deus agora? É o momento de oração.

Nesse momento, ao convocar as pessoas para oração, o bispo finaliza a controvérsia estabelecendo uma relação direta entre *Justiça* e *Deus*. E essas duas categorias são articuladas pela noção de *fé*, que seria o gradiente para mensurar o grau de Justiça a ser obtido. Nesse sentido, quanto maior a fé, maior será a Justiça. Em seguida, no início da oração, o bispo generaliza a noção de Justiça apresentado pelos dois momentos anteriores do episódio:

Clodomir Santos: E o Senhor sabe, meu Deus, que a situação na qual muitas pessoas se encontram nesse instante só pode ser mudada havendo a Tua intervenção, havendo a Tua manifestação. A manifestação da Tua justiça. E como sempre falamos com o Senhor, o Senhor sabe o que é ser injustiçado. O Senhor sabe o que é ser humano. O Senhor se fez um e se fez justiça para nos atender em momentos como o que muitos estão vivendo. Momentos de injustiça, momentos de dor. São pais injustiçados pelos filhos, filhos injustiçados pelos pais, são esposas injustiçadas

pelos seus respectivos maridos, maridos por suas respectivas esposas e por aí vai. São pessoas, meu Deus, que se encontram abatidas, desanimadas, desencorajadas diante dessa situação e de tantos outros problemas que vêm assolando suas vidas. E elas agora pedem a Sua ajuda, pedem Teu socorro, pedem Teu auxílio porque já não suportam mais, já não aguentam mais. Muitas agora enquanto oram, enquanto falam Contigo choram porque a dor, a dor é cruciante, a dor é dilacerante. A dor? A dor é insuportável. Então venha socorrer agora. Socorre, meu Deus! Porque diz a Tua palavra que entre o fraco, o forte e o fraco numa batalha, o Senhor sai em socorro do fraco.

Para Clodomir, nessa etapa, a injustiça está presente em todas as relações e não apenas no âmbito do processo penal brasileiro. Essa injustiça em geral é associada ao *sofrimento* e à *dor*. No procedimento seguinte, o bispo coloca como foco a noção de sofrimento como doença:

Clodomir Santos: E que esse copo com água que nós preparamos, e há quem prepare um copo com água todas as madrugadas, seja agora ungido. Essa criatura que ora conosco numa clínica, no quarto de uma clínica, na enfermaria de um hospital, num pronto-socorro ou mesmo em casa. Senhor, que o que o remédio até hoje não fez, o poder do Teu espírito nessa água faça agora. Quando essa pessoa beber dessa água, desse copo com água que ela preparou, que essa dor maldita seja arrancada do organismo dela! E com ela, a enfermidade. Sim! Determino em nome do Senhor Jesus, meu amigo, senhor, senhora, ao beber desse copo com água essa dor vai passar e essa enfermidade vai sumir! Sumir! Vai desaparecer do seu organismo. Eu determino isso em nome do Senhor Jesus e determino a Tua benção, meu Pai celestial, na vida de todos que estão orando hoje. Em nome do Senhor Jesus, os que creem digam amém, graças a Deus! Vamos beber do copo com água. Beba com fé.

No fim da oração da oração, o bispo Clodomir Santos solicita a intervenção divina para as enfermidades. Interessante ressaltar que, na relação entre todas as etapas da fala do bispo, estão presentes termos associados aos temas Justiça, família e saúde. No começo de sua intervenção, foi feita a relação entre *Justiça* e *Deus*, em um segundo momento, entre familiares (pais e filhos, maridos e esposas) e *Justiça* e, por fim, entre enfermidades, inclusive no seu sentido emocional/psicológico, e *Deus*. Nesta perspectiva, o bispo estabelece uma relação entre doença e injustiça. Ou seja, a categoria doença parece assumir sentidos que extrapolam as concepções biomédicas, segundo as quais estariam restritas aos males físicos e psicológicos.

No próximo ponto, analisaremos a oração do bispo Darlan Ávila sobre o tema Família. Ressaltaremos as diferenças em relação ao programa sobre o tema Justiça.

Família

Os episódios sobre família, normalmente, possuem a convocação para a oração mais longa, e são, de um modo geral, acompanhados por um convite ao templo para presenciar as reuniões da Universal sobre o tema:

Darlan Ávila: Entendemos que o casamento é a coluna de uma família. Entendemos também que a base, que a rocha que sustenta é o amor. Não tenha dúvidas disso. Mas existem outros fatores que podem manter essa união. E quando um casamento é abalado, uma família é abalada. Quando um casamento é destruído, uma família em si, naquele momento ou no futuro, também é destruída. E é por isso que todos os domingos, nós temos feito um trabalho especial para trazer base à família, ao casamento. O que é difícil. Não é fácil você sustentar um casamento nos momentos difíceis. Nos momentos de um deserto que o casal passa. Problemas econômicos, problemas profissionais. É difícil você sustentar uma união em meio a problemas, à lutas, problemas de saúde e tantos outros problemas. Mas as pessoas que têm chegado domingo, na **Terapia da Família**, elas estão recebendo da parte de Deus, a manifestação do Seu poder através da Sua luz, da Sua força, do Seu espírito para terem forças de sustentarem. E não só isso. Mas estão recebendo ensinamentos, orientação conjugal, orientação matrimonial, estabilidade da família. E nós temos feito esse trabalho porque temos família e essa é a base da nossa vida e do nosso trabalho. O nosso casamento, a nossa família, o nosso lar. E isso tem acontecido em todo o Brasil. E, não por quê dizer, em todo o mundo? A Igreja Universal do Reino de Deus, ela tem como base de valor a família, o casamento e é isso que nós temos aprendido como bispo e é isso que nós temos repassado às pessoas. No domingo, nove e meia da manhã, nós temos feito a oração especial para os casais com a orientação matrimonial para dar sustentabilidade ao casamento. Temos também orado pela família, pelos filhos viciados. Todos os domingos, às 9h30 da manhã, em todo o Brasil.

O bispo opta por amor e afirma que é essa categoria que sustenta o casamento. Darlan, no início de sua argumentação, relaciona casamento e família de modo simétrico. Nesse sentido, quando um casamento é afetado uma família é afetada. Segundo ele, é por isso que a Igreja Universal possui um dia específico, domingo, em que as reuniões versam sobre esse tema. A reunião sobre esse assunto chama-se Terapia da Família. Terapia é um termo oriundo do jargão médico, que seria tratamento de alguma doença. Assim como na fala do bispo Clodomir, que associou a doença também a males não físicos ou psicológicos, Darlan ao estabelecer uma relação entre um jargão médico, terapia, e o que está sendo debatido, Família, atribui aos problemas familiares o sentido de doença.

Se compararmos com outras intervenções a convocação é longa, mas em compensação, a oração, geralmente, é mais curta:

Darlan Ávila: Nosso Deus e nosso Pai, nós entramos na sua presença nesse momento. E fazemos em seu nome e no nome de senhor Jesus, levando conosco milhares de pessoas que agora, meu Pai, estão sofrendo, chorando. E é por essas pessoas, meu Pai, que diante do Senhor, diante do Teu trono, meu Pai, nos prostramos. Vá ao encontro, meu Pai, de cada mulher e cada homem que está enfrentando uma situação de divórcio. E nesse momento talvez filhos desse casamento, acompanhando essa programação se sentiram até tocados, meu Pai, porque estão vendo o pai e a mãe se divorciarem, a família acabando. E por isso, meu Pai, nós temos uma sociedade tão cruel. Porque a família é cada vez mais desprezada.

O bispo Darlan Ávila, no início de sua oração, indexa *Deus* à categoria do âmbito das relações familiares, *pai*. A partir desse momento, *pai* passa a ser sinônimo de *Deus*. A

oração, nessa etapa, é dirigida às pessoas que sofrem por causa do divórcio, para na etapa seguinte, a *depressão* ser a categoria central da intervenção do bispo:

Darlan Ávila: Então que o Senhor possa tocar em cada pessoa, pessoas que agora estão pensando na própria morte, em meio a depressão, tendo ao seu lado psicotrópicos, calmantes, pessoas que não têm mais prazer em viver. Na verdade, muitas não vivem mais, apenas existem. Então que o Teu espírito e o Teu poder possa tocar **no corpo doente, na alma aflita, no espírito abatido, trazendo, meu Senhor, o socorro, suprimindo a necessidade de cada uma dessas pessoas**, meu Pai. Porque, meu Pai, só o Senhor pode tomar conhecimento, saber o que de fato está acontecendo com ela. O que está no interior dela, nos seus pensamentos. E muitos têm pensado em dar cabo da sua vida. Mas que nesse momento de fé, a Tua luz, a Tua presença, a força do Teu espírito possa se manifestar em cada coração. Meu Deus, consagre e abençoe o copo com água. Faça dessa água um santo remédio.

A oração termina com a relação entre Deus e sofrimento, no sentido de que Deus resolve os problemas de depressão.

Independente do tema, as categorias *Deus* e *depressão* foram centrais em todas as falas dos bispos. Nas três intervenções a controvérsia foi encerrada com essa relação. É importante notar que todas as falas, em alguma etapa, relacionaram o sofrimento com algum jargão médico – doença, enfermidades, terapia. Assim, a noção de sofrimento empregada em todos os programas relaciona-se a males corporais, psicológicos, assim como familiares e sociais. Nesta perspectiva, os bispos realizaram o processo de inversão em que o *sofrimento*, que nos momentos anteriores dos episódios era consequência da obesidade, injustiça e divórcio, e, nesse momento, passa a ser a questão a ser resolvida. Nesse sentido, apesar da grande diversidade de temas tratados nos episódios, como Saúde, Justiça ou Família, poderíamos afirmar que o *Fala que eu te escuto* possui um único grande tema que engloba os demais, o *sofrimento*.

6 Conclusão

A nossa intenção para contribuir para o debate da relação entre as religiões e a sociedade foi a de analisar como elas “pensam” essa relação, na qual fazem parte. Por isso, este trabalho tem um caráter iminentemente etnográfico, descrevendo como, a partir de um modelo televisivo, a forma debate, três agências religiosas produzem ordenamentos sociais distintos.

Todos esses ordenamentos sociais produzidos pelos programas televisivos, de um certo modo, fazem parte do nosso imaginário social sobre os papéis considerados legítimos da religião na sociedade. Eles coexistem enquanto realidade simbólica e são visualizados de modo público e coletivo, já que exibidos pela televisão por uma linguagem televisiva reconhecida, a forma debate. Nesse sentido, programas religiosos possuem com tema assuntos candentes da sociedade brasileira, como as eleições presidenciais de 2014, o projeto legislativo de 2013 denominado de “cura gay”, e os índices de violência urbana.

Apesar da fórmula televisiva visar o debate, os atores sociais inseridos nesse contexto partem de um consenso compartilhado formulando as bases de um repertório comum para eventualmente discordar. Assim, foi possível trabalhar os episódios das produções televisivas como totalidade coerentes, cujas as diversas vozes ou falas internas são polifonias que não retiram a coerência interna. Por isso, como estratégia metodológica, os operacionalizamos como *um texto* que para ser melhor compreendido necessitaria de uma leitura estrutural, onde fossem mapeados seus conceitos, problemas teóricos e relações internas entre conceitos. Assim, pudemos etnografar as construções *nativas* sobre as funções e papéis da religião na sociedade.

Mais do que uma variedade desses papéis socialmente aceitos das religiões na sociedade brasileira, argumentamos ao longo deste trabalho que o processo é complexo, pois *os textos* produzidos pelos programas televisivos constroem as realidades sociais nas quais debatem em seguida. Desse modo, a própria concepção do que é “sociedade” também é relativa. A construção da realidade por parte deles são verdadeira epistemologia do social que implicam em lógicas distintas dos ordenamentos sociais propostos, formulando modelos societários distintos.

Assim, podemos agora refletir sobre as distintas lógicas de modo perspectivo elucidando seus limites e possibilidades e auferindo as possíveis tendências desses modelos. Como método comparativo vamos eleger o repertório e as categorias centrais mobilizadas, a

formulação dos problemas sociais e o papel traçado para as religiões, nos três modelos societários etnografados neste trabalho.

De um modo geral, a título de conclusão podemos afirmar que há dois tipos de Política - regência de pessoas ou grupos para fins de poder - inseridas nos três modelos: a Política da Justiça, na qual o ideário de ampliação de direitos é o centro, baseados em concepções de “bem comum”; e a Política do sofrimento, cujo função é apaziguar os desconfortos emocionais dos indivíduos, calcadas em concepções individuais de bem-estar.

Política da Justiça: como explicar as injustiças da sociedade.

Parece-nos que o modelo melhor acabado nesse paradigma da Justiça é o programa católico “Em Pauta”, pois além de possuir todo o seu repertório fundamentando no discurso do Direito Liberal, postula como questão o Estado de direito democrático, diagnosticando um déficit democrático na sociedade brasileira. Com um didatismo professoral, o programa explica os problemas sociais na visão deles dando pouco ou nenhuma relevância ao sujeitos comuns e anônimos que somente possuem sua própria experiência.

Dessa maneira, ela explicita seu estatuto laico ao postular e delinear as fronteiras entre o Estado, a sociedade civil e esfera privada. Produz um Estado sem igreja, mas uma sociedade civil religiosa, marcada pelo protagonismo da igreja que fornece os valores morais da nação. Esse ideal normativo de bem comum, o qual estabelece os critérios de governo da coletividade, apesar de desconsiderar as individualidades, como demonstrado nos episódios sobre sexualidade. Ficou explícito que o central é o embate entre o Estado, domínio do Direito, e a igreja, protagonista da sociedade civil.

Um pouco diferente é o “Mundo maior repórter” que desloca o eixo da questão entre Estado e igrejas para a relação entre os indivíduos e a sociedade, possuindo como repertório articulador os discursos sobre “gênero e sexualidade”. Para ele, a função da religião é explicar as origens e causa das injustiças na sociedade. Isto é, produzir sentido e significado para os sujeitos dos infortúnios do mundo social.

Nesse modelo, os sujeitos possuem algum protagonismo, mesmo que quem possui a autoridade última para explicar a realidade são os especialistas em espiritismo. Como as causas últimas sobre as questões da realidade são oriundas do mundo espiritual são eles quem tem a primazia argumentativa nos episódios. Nesse sentido, esse modelo atribui uma ontologia, uma essência, ao mundo social baseada na esfera espiritual.

Enquanto o “Em Pauta” a relação com o bem comum é o alargamento dos direitos democrático, para esse modelo a questão é aprofundar os direitos individuais e estabelecer liberdade de ser e estar na sociedade.

Portanto, em ambos os casos se estabelece uma certa dependência entre a religião em questão e a explicação dos processos sociais e seus enfrentamentos com as injustiças.

Políticas do sofrimento: uma pedagogia de autogoverno.

Dos três ordenamentos sociais o do “Fala que eu te escuto” é o único que se enquadraria nesse paradigma. Apesar dele estar sozinho nesse item, nos parece que, se usarmos como critério de legitimidade a visibilidade, ou seja, o grau de alcance e permeabilidade no meio social, ele é mais socialmente aceito entre os três. Segundo a metodologia do IBOPE⁴⁰ de aferição de audiência, os 9 pontos de pico que o programa atinge nas madrugadas da Rede Record correspondem a mais ou menos seis milhões de pessoas assistindo o programa na grande São Paulo, diariamente. Se compararmos aos outros dois, vemos uma grande disparidade de audiência. O “Em Pauta”, segundo o portal Canção Nova, não chega a ter uma audiência de oitocentas mil pessoas em todo Brasil, e o “Mundo Maior Repórter, possuiu no máximo duzentas mil visualizações no portal do Youtube.

É claro que esses índices de audiência podem retratar de modo pouco fidedigno a compreensão mais abrangente da sociedade brasileira sobre o ideal de justiça, no entanto, acreditamos que esses números indicam uma tendência de como se as pessoas compreendem a sociedade. Sai os discursos sobre as violações de direitos coletivos ou individuais e entra o discurso de como a sociedade nos faz sofrer psiquicamente. O repertório sobre o Direito liberal ou sobre “Gênero e sexualidade” dos modos legítimos de “ser e estar” no mundo perdem força de persuasão e em comparação do desconforto emocional em mundo considerado cada vez mais caótico.

Se o outro paradigma, por um lado, formula explicações para os contextos de injustiças sociais, esse, por outro, ensina-se como parar de sofrer. Por isso, denominamos esse paradigma, também, de *racionalidade*, pois além de explicitar como a realidade funciona, o “Fala que eu te escuto” produz uma pedagogia de uma lógica de como se comportar na sociedade. Uma pedagogia que no âmbito tem uma dimensão prática, principalmente, quando

⁴⁰ www.ibope.com.br

nos referimos ao segundo momento do programa, quando no exercício da argumentação os telespectadores participam do debate proposto.

Mas é no fim, no terceiro momento do programa, que se coloca as respostas de todas as crises emocionais fonte de sofrimento, seja por causa da família, ou por saúde, ou por justiça, a solução é adesão a *fé*. Interessante notar, que ao contrário do “Em Pauta” que as soluções dos problemas sociais passam pelo protagonismo institucional da igreja Católica, nesse modelo ele lógica prescinde da arquitetura organizacional da própria igreja. No limite, esse modelo de gestão de pessoas, baseado no autogoverno, atribui uma autonomia tão relevante aos sujeitos que eles podem não necessariamente seguir a institucionalização da igreja.

Baseado inteiramente em repertório do sofrimento e da depressão, racionalidade do “Fala que eu te escuto”, produz: corpos “saudáveis” nas discussões sobre Saúde; relacionamentos orientados para o núcleo familiar, nos debates sobre Família; e, pessoas autogovernadas pela fé ocupando cargo no Estado. Como podemos notar é uma lógica de ação social que deveria estar presente em todos os âmbitos da sociedade.

Nesse caso, esse programa elimina as fronteiras tradicionalmente pensada, a separação entre Estado e igreja.

7 Referências Bibliográficas

- ANG, Ien and HERMES, Joke: "Gender in/and media consumption". In: *Living Room Wars - rethinking media audiences for a postmodern world*. London: Routledge, 1996.
- ASAD, Talal. *Genealogies of Religion*. New York: Johns Hopkins, 1993.
- BIRMAN, Patrícia. "Imagens religiosas e projetos para o futuro". In: BIRMAN, Patrícia (Org.). *Religião e espaço público*. Rio de Janeiro: Attar, 2003. p. 235-255.
- BOLTANSKI, Luc. *L'Amour et la Justice comme compétences. Trois essais de sociologie de l'action*. Paris: Editions Métailié, 1990.
- _____. *De la critique*. Paris: Gallimard, 2009.
- _____ & THEVENOT. *De la justification: les économies de la grandeur*. Collection NRF Essais, Paris: Gallimard, 1991.
- _____. *The Sociology of Critical Capacity*. Paris: European Journal of Social Theory, n. 2, Vol. 3: 359-377, 1999.
- _____ & Chiapello, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.
- _____ & Clavérie, E. "Du Monde Social en tant que Scène d'un Procès". In: BOLTANSKI, L. et alli (eds.) *Affaires, Scandales et Grandes Causes*. Paris: Stock, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHÍNOV). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BAKHTIN, M. *Estética e criação verbal*. São Paulo: WMF Martins fontes, 2011.
- BIRMAN, Patricia & MACHADO, Carly. *A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.27, n.80, pp.55-69, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAMPOS, Leonildo S. *Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*. ed. Petrópolis. São Paulo: Vozes; Simpósio, Unesp, 1997.
- CASANOVA, José. *Public Religions in the Modern World*. Chicago: Chicago University Press, 1994.
- CEFAÏ, Daniel. "Introdução". In: *Arenas Públicas*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011.

- CHAVALIER, Philippe. “O cristianismo como confissão em Michel Foucault”. In: (orgs) CANDIOTTO & SOUZA. *Foucault e o cristianismo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- CORRÊA, Diogo. *de Luc Boltanski De la Critique: Précis de Sociologie de l’émancipation*. São Paulo: Revista Sociedade e Estado. Volume 25 Número 3, 2010. p. 589 a 600.
- COSTA, Sergio. *As Cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- DARDOT, Pierre, & LAVAL, Christian. *A nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FIGUEIREDO, A., & LIMONGI, F. *Bases institucionais do presidencialismo de coalizão*. São Paulo: Lua Nova, 1998. P. 44, 81-106.
- FONSECA, Alexandre Brasil. “Igreja Universal: um império midiático”. In: CORTEN, André, DOZON, Jean-Pierre, ORO, Ari Pedro (Orgs.). *Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- FOUCAULT, Michel: *História da Sexualidade – A vontade de saber*, Vol. 1, Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. *Segurança, Território, População*. Curso no Collège de France 1977-1978. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- GEERTZ, Clifford. “A religião como sistema cultural”. In: *Interpretação das culturas*, Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- HABERMAS, Jurgen. *Direito e Democracia*. Vol I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- _____, Jurgen. *Direito e Democracia*. Vol II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- _____. *Dialética da secularização. Sobre razão e religião*. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2007.
- _____. *Entre Naturalismo e Religião*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.
- _____. *Fé e Saber*. São Paulo: Editora Unesp, 2013
- LEMIEUX, Cyril . *À quoi sert l’analyse des controverses?* Paris: Mil neuf cent. Revue d'histoire intellectuelle. n° 25 pages 191 à 212, 2007.
- MARIANO, Ricardo. *Laicidade à Brasileira*. Porto Alegre: Revista Civitas. V. 11, N.2, p. 238-258, 2011.

- MEYER, Birgit & MOORS, Annelies. *Religion, Media, and the Public Sphere*. Indiana: Indiana University Press, 2005.
- MONTERO, Paula. “Religiões e dilemas da sociedade brasileira”. In: *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. (Vol. I: Antropologia). São Paulo: Sumaré; ANPOCS, 1999.
- _____, Paula. *Max Weber e os dilemas da secularização*. São Paulo: Novos Estudos Cebrap. N. 65, 2003. P. 34-44.
- _____, Paula. *Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil*. São Paulo: Novos Estudos Cebrap. N. 74, 2006. p. 47-65.
- _____, Paula. *Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso*. Rio de Janeiro: Religião e Sociedade. 32(1): 167-183, 2012.
- PAEGLE, Eduardo G. M & FILHO, Eduardo M. A. M. *Mercado e discurso religioso na modernidade líquida*. Estudos de Religião, v. 23, n. 37, jul./dez. 2009.
- PAEGLE, Eduardo G. M. A “McDonaldização” da fé - um estudo sobre os evangélicos brasileiros. São Leopoldo/ RS: Protestantismo em Revista. Volume 17, set.-dez, 2008.
- POMPA, Cristina. “Para repensar o conceito de religião”. In: MOREIRA, A. OLIVEIRA, I. (orgs) *O futuro da religião na sociedade global*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- POMPA, C. “Introdução”. Dossiê *Religião e Espaço Público*. Ed. 1. Rio de Janeiro: ISER, 2012.
- SCHELIGA, Eva Lenita. *Educando sentidos, orientando uma práxis: etnografia das práticas assistências de evangélicos brasileiro*. São Paulo: Tese (Doutorado em Antropologia Social), USP, 2010.
- VITAL, Christina & LOPES, Paulo Victor Leite. *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulhere de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.
- THOMPSON, John B. *Mídia e Modernidade: uma teoria social da mídia*. São Paulo: Vozes, 1999.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora da UNB, 2009.
- WILLIAMS, R. *Cultura e sociedade (1780-1950)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.